

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

DIEGO DAROS DUCIONI

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS COM
PAÍSES EM DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO**

**CRICIUMA
2017**

DIEGO DAROS DUCIONI

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS
COM PAÍSES EM DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Júlio César Zilli

CRICIUMA

2017

DIEGO DAROS DUCIONI

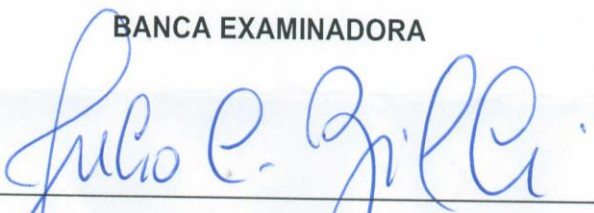
**ANÁLISE COMPARATIVA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS
COM PAÍSES EM DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Me. Julio Cesar Zilli

Criciúma, 06 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Julio Cesar Zilli – UNESC - Orientador



Prof. Me. Thiago M. Francisco - Mestre - UNESC



Prof. Jean Peterson Rezende - Especialista - UNESC

CRICIÚMA

2017

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, desejo agradecer a Deus por todas as bênçãos na qual Ele vem provido que vem permitindo que eu consiga alcançar mais este objetivo em minha acadêmica.

Agradeço, também, à minha família: meus pais Sovenir e Mirian, e a todos os outros parentes que compartilham do meu dia a dia e que, por meio de seu inigualável apoio e compreensão sempre presentes durante os momentos de desafio.

Agradeço ao meu orientador, Professor Mestre Júlio César Zilli, que me guiou durante esta experiência, até o momento, única em minha vida acadêmica, sempre de maneira dedicada e comprometida para com este projeto em todas as etapas.

Obrigado aos meus queridos amigos e colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que fosse cumprida mais esta etapa e cujas presenças me acompanharam nesta longa jornada que valorizo imensamente.

Muito obrigado.

RESUMO

DUCIONI, Diego Daros. **Análise comparativa das relações comerciais brasileiras com países em diferentes níveis de desenvolvimento**. 2017. 163 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O fim da Guerra Fria no final do século XX representou o predomínio dos ideais capitalistas sob o comércio global, permitindo a intensificação do processo de globalização das economias e a inserção internacional de diversos países. Baseado neste contexto, este estudo objetivou analisar as relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016). Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se pela abordagem essencialmente qualitativa e, quanto aos fins de investigação, descritiva e explicativa. Os dados coletados são de natureza secundária provenientes de fontes bibliográficas e documentais. A área de estudo delimitou-se aos cinco países selecionados para cada nível de desenvolvimento econômico, junto ao Brasil. Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo. Verificou-se a crescente representatividade dos países emergentes a nível global, e também com o Brasil. As negociações brasileiras com os emergentes adquiriram as mesmas características das negociações com países desenvolvidos, em contraste com as comercializações com os países em desenvolvimento, marcadas pelas vendas de produtos manufaturados e compra de produtos básicos. Além disto, o Brasil, como um país emergente, está gradativamente exportando mais produtos de natureza manufaturada, mesmo sendo um grande fornecedor de produtos básicos. Evidencia-se ainda a presença do petróleo, bruto ou derivados como produtos mais relevantes nas operações comerciais brasileiras. Na esfera da cooperação internacional, a maioria dos atos bilaterais firmados não possui característica comercial e sim âmbitos técnicos e de cooperação em diversos investimentos em setores específicos das economias envolvidas.

Palavras-chave: Relações Comerciais; Desenvolvimento Econômico; Cooperação Internacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Países-membros e observadores da OMC.....	22
Figura 2 - Disposição dos principais blocos regionais no globo.....	27
Figura 3 - Localização da União Europeia e seus países membros.....	29
Figura 4 - Balança comercial Brasil-MERCOSUL (2006-2016).....	31
Figura 5 - Países-membros do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte	32
Figura 6 - Localização dos países membros da ASEAN no sudeste asiático.....	33
Figura 7 - Países considerados desenvolvidos segundo o FMI.....	35
Figura 8 - Países Emergentes (destacados em verde e amarelo) segundo o BBVA.....	37
Figura 9 - Volume comercializado pelas economias emergentes em 2005 e 2015...38	
Figura 10 - Evolução do saldo comercial Brasil/China nos últimos 20 anos.....	51
Figura 11 - Saldo da Balança comercial brasileira entre 1995 – 2015.....	56
Figura 12 - Os dez principais países fornecedores de produtos ao Brasil desde 1997.....	58
Figura 13 - Participação das exportações Brasileiras nas exportações mundiais.....	60
Figura 14 - Os dez principais países compradores de produtos do Brasil desde 1997.....	62
Figura 15 - Quantidade de medidas por tipo entre os anos de 2003 até 2012.....	67
Figura 16 - Evolução do PIB do grupo desenvolvidos <i>versus</i> PIB global.....	76
Figura 17 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB	78
Figura 18 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	79
Figura 19 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	80
Figura 20 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	81
Figura 21 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países desenvolvidos selecionados em US\$ trilhões/FOB.....	82
Figura 22 - Exportações brasileiras para os países desenvolvidos deste estudo por fator agregado em 2016.....	85

Figura 23 - Importações brasileiras oriundas dos países desenvolvidos deste estudo por fator agregado em 2016.....	88
Figura 24 - Evolução do PIB do grupo emergentes <i>versus</i> PIB global.....	100
Figura 25 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	101
Figura 26 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	102
Figura 27 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	103
Figura 28 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	104
Figura 29 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países emergentes selecionados em US\$ trilhões/FOB.....	105
Figura 30 - Exportações brasileiras para os países emergentes deste estudo por fator agregado em 2015.....	108
Figura 31 - Importações brasileiras oriundas dos países emergentes deste estudo por fator agregado em 2015.....	112
Figura 32 – Evolução do PIB do grupo em desenvolvimento <i>versus</i> PIB global.....	122
Figura 33 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	123
Figura 34 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	125
Figura 35 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	126
Figura 36 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.....	127
Figura 37 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países em desenvolvimento selecionados em US\$ trilhões/FOB.....	128
Figura 38 - Exportações brasileiras para os países em desenvolvimento deste estudo por fator agregado em 2015.....	131
Figura 39 - Importações brasileiras oriundas dos países em desenvolvimento deste estudo por fator agregado em 2015.....	135
Figura 40 - Participação dos países-membros dos grupos em estudo nas exportações e importações totais brasileiras (2006-2016).....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da Balança Comercial Brasileira durante a década de 1990.....	45
Quadro 2 - Os cinco produtos mais importados pelo Brasil desde 1997 (por NCM).....	58
Quadro 3 - Os cinco produtos mais exportados pelo Brasil desde 1997 (por NCM).....	61
Quadro 4 - Classificações das medidas de defesa comercial.....	65
Quadro 5 - Variação do número de medidas de defesa comercial Brasileiras em vigor durante o governo Lula (países com maior número de medidas ao final do mandato).....	66
Quadro 6 - Tipos de pesquisa conforme seus fins.....	69
Quadro 7 - Referências utilizadas na elaboração do marco teórico.....	70
Quadro 8 - Trinta e dois maiores parceiros comerciais do Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.....	74
Quadro 9 - Países que compõem cada nível de desenvolvimento econômico.....	75
Quadro 10 - Os cinco países desenvolvidos de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.....	83
Quadro 11 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países desenvolvidos deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	86
Quadro 12 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países desenvolvidos deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	90
Quadro 13 - Classificação da natureza dos atos internacionais.....	93
Quadro 14 - Tipos de atos internacionais.....	93
Quadro 15 - Atos internacionais entre o Brasil e países desenvolvidos assinados entre 2006 e 2016.....	95

Quadro 16 - Os cinco países emergentes de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.....	107
Quadro 17 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países emergentes deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	110
Quadro 18 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países emergentes deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	114
Quadro 19 - Atos internacionais entre o Brasil e países emergentes assinados entre 2006 e 2016.....	117
Quadro 20 - Os cinco países em desenvolvimento de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.....	129
Quadro 21 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países em desenvolvimento deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	133
Quadro 22 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países em desenvolvimento deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.....	137
Quadro 23 - Atos internacionais entre o Brasil e países em desenvolvimento assinados entre 2006 e 2016.....	140
Quadro 24 - Análise comparativa dos níveis de desenvolvimento presentes no estudo entre os anos de 2006 e 2016.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALICE WEB	Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BBVA	<i>Banco Bilbao Vizcaya Argentaria</i>
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CARICOM	<i>Caribbean Community</i>
CPA	Comissão de Política Aduaneira
DECOM	Departamento de Defesa Comercial
EMPI	<i>Emerging Markets Potential Index</i>
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOB	<i>Free on Board</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SISCOMEX	Sistema de Comércio Exterior

TPE	Teoria da Proteção Endógena
EU	União Europeia
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO E CONTEXTO GLOBAL.....	19
2.1.1 A regionalização e os blocos econômicos	25
2.1.2 Desenvolvimento socioeconômico: economias desenvolvidas, emergentes, em transição e em desenvolvimento no século XXI	34
2.1.2.1 Economias desenvolvidas	34
2.1.2.2 Economias emergentes.....	36
2.1.2.3 Economias em desenvolvimento e economias em transição	40
2.2 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO BRASILEIRO.....	43
2.2.1 Regionalização e globalização – O Brasil consolidando sua internacionalização	46
2.2.1.1 O Brasil e as relações comerciais extracontinentais	48
2.2.2 O cenário atual – O Brasil pós-governo Lula	52
2.3 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	55
2.3.1 Importações brasileiras	56
2.3.2 Exportações brasileiras	59
2.3.3 O Brasil e a defesa comercial	63
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	68
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA.....	70
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	72
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	72
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	74
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO	74
4.2 CATEGORIA - PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	76
4.2.1 Os países desenvolvidos e a economia global	76

4.2.2 Balança comercial Brasil x economias desenvolvidas	83
4.2.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado	84
4.2.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado	88
4.2.3 Cooperação internacional – economias desenvolvidas	92
4.2.3.1 Atos internacionais Brasil x países desenvolvidos	92
4.3 CATEGORIA - PAÍSES EMERGENTES	99
4.3.1 Os países emergentes e a economia global	99
4.3.2 Balança comercial Brasil x economias emergentes	106
4.3.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado	108
4.3.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado	112
4.3.3 Cooperação internacional – economias emergentes	116
4.3.3.1 Atos internacionais Brasil x países emergentes	116
4.4 CATEGORIA - PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	121
4.4.1 Os países em desenvolvimento e a economia global	122
4.4.2 Balança comercial Brasil x economias em desenvolvimento	129
4.4.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado	131
4.4.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado	135
4.4.3 Cooperação internacional – economias em desenvolvimento	139
4.4.3.1 Atos internacionais Brasil x países em desenvolvimento	139
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA	145
5 CONCLUSÃO	151
REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

O comércio existe desde a antiguidade como uma ferramenta que proporcionou às primeiras nações a aquisição de bens ou serviços que eram necessários, evoluindo progressivamente com o passar dos séculos. Nesse sentido, Keedi (2011) acrescenta que tanto a abundância quanto a falta de recursos foram motivos para a criação do comércio.

David Ricardo, criador da Teoria das Vantagens Comparativas em 1817, afirma que o comércio internacional pode ser justificado pelos diferentes fatores produtivos e especializações das partes envolvidas. Desta forma, criam-se vantagens comparativas que aplicadas estrategicamente geram ganhos de comércio significativos. Baumann (1996) acrescenta que esta mudança de oferta e demanda foi um dos fatores que impulsionou a globalização, fenômeno que ampliou a participação de outros países nesse processo.

Por mais que seja um fenômeno que ganhou destaque nas últimas décadas, a globalização vem se desenvolvendo de forma lenta e com restrições devido a complexidade de fatores econômicos, sociais, tecnológicos e produtivos que a mesma afeta. Segundo Baumann (1996) a globalização é compreendida como uma variedade de fenômenos, não apenas um. Economicamente falando, Ianni (1993), defende que a integração entre os países propiciada pela globalização criou o conceito do mundo como uma “fábrica global”.

A “fábrica global” sugere que as economias funcionam como membros integrados de uma economia global sujeitas a sentir os efeitos do mercado suprindo-o com o que competitivamente lhes oferecem mais vantagem, promovendo o desenvolvimento econômico de diversos países em uma forma inédita (IANNI, 1993).

A separação dos países por nível de desenvolvimento é uma prática comum nos âmbitos da economia. As diferentes nomenclaturas de “segregação econômica” foram popularizadas pela Teoria dos Mundos do francês Alfred Sauvy, quando, em 1952, pela primeira vez se referiu aos países mais pobres e neutros em relação ao conflito ideológico entre os americanos e soviéticos, de países do “Terceiro Mundo” em um artigo no jornal francês *L’Observateur*, diferenciando-os dos países do “Primeiro Mundo” capitalista e “Segundo Mundo” comunista.

O Terceiro-mundismo de Sauvy defendia que os países-membros deveriam se unir e revolucionar a economia global, agindo como novos atores no teatro econômico que surgia. O ideal defendido pelo autor francês há cinquenta anos, pode ser encontrado atualmente no conceito de “países emergentes” e como estes estão se destacando no mercado, segundo Mulvaney (2011).

Entre estes países emergentes está, por exemplo, o grupo BRICS, abreviação para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O termo foi criado pelo analista econômico Jim O’Neill em 2001 e ganhou muito destaque junto aos investidores.

O’Neill (2001) foi um dos primeiros pesquisadores a analisar os países em desenvolvimento, pois estes possuem a capacidade econômica de se tornarem grandes líderes do mercado internacional até 2050. Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) diagnosticou em 2011 que os BRICS representaram dois terços do crescimento da economia global nos anos de 2008 e 2009.

Os BRICS são países culturalmente muito diferentes, mas que possuem características econômicas em comum. Vieira (2009) analisa que, todos os países membros do BRICS apresentam uma população numerosa e por consequência, um mercado interno de muito potencial, e, graças às medidas de desenvolvimento e políticas contra a pobreza, fortaleceram o poder de compra de sua classe média. Internacionalmente falando, todos os BRICS se abriram para o comércio internacional durante a década de 90.

Apresentando tais características, o Brasil hoje busca conquistar novos mercados estratégicos. Uma evidência disso são os novos acordos de comercialização de gado com Oriente Médio e Ásia, evidenciados pelos dados Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2016. Desta forma, o país aparenta tentar criar um repertório maior de parceiros em diferentes níveis de desenvolvimento para dinamizar sua economia.

Neste sentido, o estudo tem por objetivo analisar as relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016).

Esta pesquisa está construída em cinco capítulos. O primeiro capítulo, a introdução, apresenta o universo em estudo, a situação problema, os objetivos

gerais e específicos, bem como a justificativa para a elaboração da pesquisa. O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica abarcando temas econômicos a nível nacional e internacional.

O terceiro capítulo detalha os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração da pesquisa, contemplando o delineamento da pesquisa, definição da área e ou população alvo, o plano de coleta e análise dos dados da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta os dados resultantes da pesquisa no intuito de responder à situação problema apresentada. Por fim, destacam-se as conclusões, dispostas no quinto, e último, capítulo.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

No decorrer da segunda metade do século XX, o desenvolvimento socioeconômico foi um dos grandes enfoques dos governantes brasileiros na tentativa de tornar o país uma potência global. Entre os anos de 1945 e 1960 o Brasil apresentava médias de crescimento entre as mais altas do planeta, ficando na média de 6,3% de crescimento ao ano, segundo Prado (2015). Entretanto, em consequência aos altos gastos do governo militar sem obter o retorno esperado, a economia nacional se estagnou durante a década de 1980 e só voltaria a crescer na década seguinte.

Durante a década de 1990, mudanças do mercado global pós-guerra-fria, como os ideais neoliberais, propiciaram que as economias voltassem a crescer. Por meio da abertura dos mercados e da criação de blocos econômicos e com menor intervenção estatal na economia, aumentou-se a circulação de capital livremente pelo globo. O Brasil e outros países cuja industrialização já havia se consolidado, se apropriaram da globalização das relações comerciais e impulsionaram seu desenvolvimento. Dessa foram, seriam posteriormente chamados de países emergentes, pois se encontram no caminho de se tornarem países desenvolvidos.

Representando cerca de 40% da economia global em 2011, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização Mundial do Comércio, os países emergentes revolucionaram a situação econômica do planeta e aumentaram a competitividade do mercado. Competindo

tanto com os países desenvolvidos quanto os em transição, o Brasil enfrenta novos desafios com estes diferentes mercados.

Dessa forma, o trabalho se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: **Quais as características das relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016)?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar, por meio da balança comercial do Brasil, os países componentes de cada nível de desenvolvimento;
- b) Comparar a participação dos países membros de cada nível de desenvolvimento em escala global;
- c) Caracterizar a balança comercial do Brasil com os países membros de cada nível de desenvolvimento;
- d) Discutir a cooperação internacional do Brasil com países membros de cada nível de desenvolvimento.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho apresentado teve como o objetivo analisar as relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016) que vai ao encontro com a situação atual em que se encontra o cenário internacional: países emergentes ganhando participação cada vez maior no cenário internacional; economias

consideradas desenvolvidas com desaceleração em seu crescimento buscando novos mercados; e também países antes considerados subdesenvolvidos apresentando um crescimento econômico que merece atenção. Neste meio, o Brasil tem procurado buscar novos mercados como uma forma de dinamizar e acelerar novamente o crescimento de sua economia.

Dessa forma, definiu-se importante uma análise de como o Brasil estava negociando com estes diferentes mercados de características econômicas tão diversas, além dos acordos estabelecidos com os mesmos. Assim, pretendeu-se com esta pesquisa compreender e descrever os pontos descritos para que acadêmicos e profissionais da área de Comércio Exterior possam utilizar os dados levantados como parâmetros importantes a considerar, visto que, os países que serão abordados neste estudo já participam, ou tem potencial para participarem mais ativamente, da balança comercial brasileira.

A pesquisa é oportuna, pois, o Brasil é hoje uma das grandes economias globais, ficando na 9ª colocação na classificação do Fundo Monetário Internacional (FMI) em março de 2016, e tem sua economia voltada ao mercado externo. Os últimos dez anos apresentaram diversos fatores internacionais que impactaram na balança comercial brasileira e merecem análise. Durante este período, o Brasil viveu períodos de otimismo econômico, seguido de desconfiança gerada pela crise econômica internacional e mais recentemente, crise econômica e política no âmbito nacional que também moldaram as atividades comerciais brasileiras.

Conseqüentemente, este estudo é relevante para o pesquisador, pois o estudo bibliográfico permitiu um melhor entendimento acerca do tema proposto, somando em seu crescimento acadêmico e profissional nas áreas de Comércio Exterior e Relações Internacionais abordadas, visto que a pesquisa enfatizou um passado recente cujos acontecimentos refletem no futuro destas ditas áreas.

O trabalho é relevante para as empresas que atuam no mercado internacional, ou desejam atuar futuramente, pois as mesmas podem usar os resultados da pesquisa como parâmetros para seus futuros projetos de negócios. E, finalmente, também é importante para a universidade, pois este estudo pode auxiliar futuras pesquisas referentes aos temas abordados.

A monografia é viável ao se evidenciar a disponibilidade de informações necessárias para a pesquisa nos diversos bancos de dados de órgãos nacionais e

internacionais, visando analisar as relações comerciais brasileiras. Por meio dessa disponibilidade de informações, estimou-se que a pesquisa tivesse custos mínimos financeiros para sua execução. Dessa forma, concluiu-se ainda que era possível a realização deste estudo dentro do prazo estipulado pelo Curso de Administração – Comércio Exterior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo fornecer sustentação teórica ao tema em estudo. Para este fim, são apresentados dados históricos e a evolução da economia internacional nas últimas décadas a partir dos atuais ideais de mercado e também como se consolidou a participação Brasileira no mercado internacional durante o mesmo período até os dias atuais.

É recomendado que, para a melhor compreensão e análise destes temas, haja a separação em dois diferentes momentos: a perspectiva global do mercado; onde serão expostos estudos e pensamentos sobre as mudanças ocorridas na economia internacional durante a segunda metade do século XX, tal como a expansão do neoliberalismo econômico, o GATT, e os processos de globalização e regionalização das economias.

O segundo momento abrange especificamente o contexto brasileiro da internacionalização de sua economia durante o período analisado no momento anterior e sua evolução em relação com os acontecimentos ocorridos em escala global.

2.1 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO E CONTEXTO GLOBAL

O comércio internacional é definido por Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) como o local que se executam as atividades de comércio e investimentos efetuados por empresas além das fronteiras nacionais de seus países de origem, diferenciadas como exportações e importações. Desde sua criação, o comércio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. De acordo com Silva (2008, p. 23) “Sabe-se que nenhum país é auto-suficiente (sic) o que faz com que busque no mercado internacional fontes que supram de suas carências”.

Um exemplo da importância dos bens comerciais são os conflitos armados causados desde a antiguidade por acesso a esses bens. Atualmente, as guerras possuem um interesse econômico como principal motivador. Segundo Klare (2001) os confrontos que ocorrem no Oriente Médio e África Subsaariana podem ser caracterizados como guerras cujo objetivo primário é o acesso a petróleo e pedras preciosas, respectivamente.

Levando em consideração o poder que exerce sob a sociedade, o comércio internacional é estudado durante séculos. As teorias das vantagens absolutas de Adam Smith e vantagens relativas de David Ricardo do século XVIII e XIX formaram a base da teoria clássica econômica ao conceituar que o país que deseja obter sucesso no mercado internacional deve se especializar naquilo que lhe oferece vantagens comerciais comparando aos outros países. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) define o princípio das vantagens comparativas como a comercialização que se apresenta benéfica não apenas em custo de produção, mas também em eficiência na qual o país pode desfrutar ao negociar o produto em questão.

Segundo Moreira (2012), desde a elaboração das teorias de Smith e Ricardo, novos pensadores se embasaram nos princípios clássicos na tentativa de teorizar a natureza do mercado, mas se aprofundando em diferentes aspectos. O modelo de Heckscher-Ohlin considera a ideia que a participação de um país no mercado está vinculada aos insumos que o mesmo tem ou não em seu território, caracterizando desta forma, como será sua base manufatureira e relações comerciais. Por outro lado, o modelo de gravitação defende que o tamanho da economia de um país atua como um “ímã” para os países próximos, e, quanto maior o poder econômico do país, mais capaz de atrair a atenção das economias distantes geograficamente ela é.

Dessa forma, a não compreensão absoluta de como o mercado internacional funciona deriva do fato de que ainda não foi possível defini-lo com exatidão. O mercado está em constante mudança, e, atualmente com a rapidez proporcionada pelo processo de globalização econômica, os efeitos do mercado entram em ação em uma velocidade ainda maior.

Não é possível conceituar o comércio internacional atual sem relacioná-lo com a globalização das atividades econômicas. Segundo Baumann (1996) essa globalização compreende uma variedade de fenômenos e abrange diversos aspectos das relações sociais, podendo ser analisada de uma maneira financeira, comercial, institucional, sob a ótica de produção ou ainda econômica. Por sua vez, Campos e Canvezes (2007) define o termo globalização como o conjunto de mudanças socioeconômicas que as sociedades contemporâneas vêm recentemente atravessando em escala global. Entretanto, o conceito de globalização como um

processo recente não é universalmente aceito por todas as literaturas.

É possível evidenciar que não existe um consenso sobre quando exatamente a globalização teve início. O fenômeno é considerado por muitos como um processo que surgiu nas últimas décadas, enquanto outros consideram a globalização o resultado de mudanças iniciadas séculos atrás. Os estudos de Cignacco (2009) e Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) defendem que a globalização é um processo iniciado há pelo menos quinhentos anos e é dividido em diferentes etapas conforme os avanços tecnológicos e produtivos. Dentro desta definição, alguns autores consideram que o início da globalização se deu durante as grandes navegações realizadas pelos europeus, enquanto outros consideram a revolução industrial como a primeira grande fase.

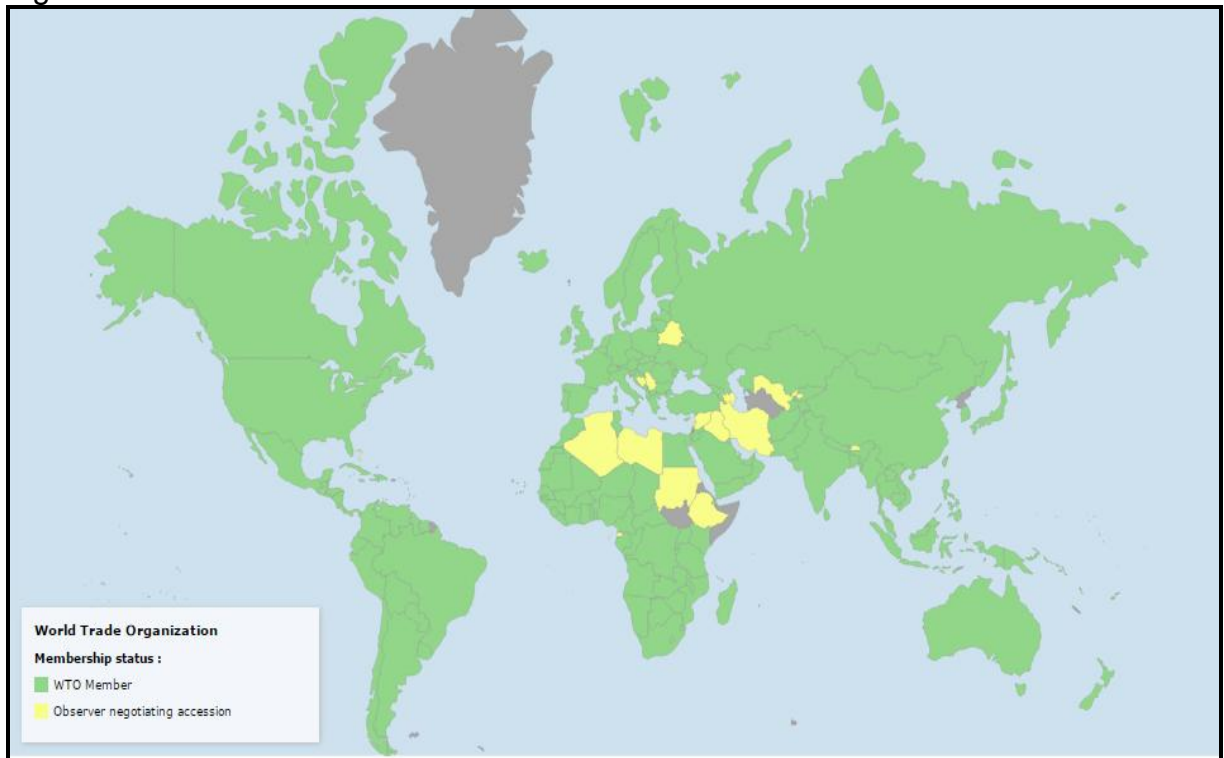
No entanto, Baumann (1996), defende que a globalização é um processo mais recente, iniciada após a segunda metade do século XX, e se difere da internacionalização ocorrida nos séculos anteriores devido a maior intensidade de seus efeitos para todos os envolvidos e que sua origem não está ligada às políticas específicas governamentais, como ocorreu nos processos de internacionalizações anteriormente.

Elencar todas as razões do sucesso da globalização não é uma tarefa simples. O crescimento das empresas a nível internacional, somado aos avanços tecnológicos e a expansão do capitalismo que ocorreu durante a segunda metade do século XX ajudaram na construção de uma sociedade globalizada. Cervo (2008) argumenta que os novos dispositivos de comunicação desenvolvidos permitiram a informação viajar em uma velocidade incomparável e com um custo agregado cada vez menor, agilizando as negociações ao aproximar virtualmente países geograficamente distantes, acelerando os processos de caráter comercial e diplomático

Sob o contexto da expansão capitalista, Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) elenca que a formação do (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)) em 1947 foi um dos principais momentos formadores da mentalidade econômica que serviria como embrião para o ideal de globalização. Este acordo foi instituído na Conferência de Bretton Woods com o principal objetivo de negociar as reduções das barreiras comerciais entre os países, ideia esta que o neoliberalismo adotaria intensamente décadas mais tarde.

Segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010), o GATT foi se tornando cada vez mais influente ao convencer os países que seus ideais estimulariam a industrialização e modernização dos mesmos. A assinatura do Acordo de Marrakesh em 1995 substituiu o GATT pela atual Organização Mundial do Comércio (OMC), que se tornou a responsável por regular o novo cenário comercial mundial, que agora tinha o antigo bloco socialista integrado ao modelo capitalista de mercado. A OMC cresceu rapidamente com vários países aderindo como membros e outros ainda analisando fazer-lo como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Países-membros e observadores da OMC.



Fonte: Adaptado de Organização Mundial do Comércio - OMC (2012).

A partir de 1991, ano da dissolução da União Soviética, as nações pertencentes ao antigo bloco comunista obtiveram liberdade para negociar com os países do lado capitalista, se tornando novos agentes nesse novo contexto do mercado. Segundo Campos e Canvezes (2007), o fim da guerra fria deu a liberdade para muitos países do bloco comunista realizar reformas em suas economias que as tornassem mais livres e abertas para o mercado. Foi o que aconteceu com a China, países do sudeste asiático e até mesmo países não alinhados com o comunismo no século passado como a Índia. Todos estes países atualmente, segundo dados da

OMC, apresentam altos índices de desenvolvimento econômico devido estas medidas.

Os efeitos da globalização econômica atingiram diversas esferas de integração a nível regional e internacional. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) define que as dimensões da globalização atingiram não apenas o crescimento dos fluxos de investimento e interdependência das economias globais, mas também permitiu a construção de blocos regionais de integração, convergência de culturas e uma globalização também das atividades produtivas, transformando toda a cadeia produtiva de determinados produtos deslocando-os conforme as vantagens comparativas e relativas.

Ainda segundo o autor, pode-se justificar o sucesso da globalização como fenômeno comercial à adoção dos ideais neoliberalistas por parte dos principais órgãos internacionais como a OMC, o antigo GATT e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O neoliberalismo econômico é um conjunto de ideias político-econômicas idealizadas pelo americano Milton Friedman que, em resumo, defendia a abertura das economias para o mercado internacional, a derrubada das barreiras comerciais e não interferência do estado na economia do país, salvo em situações críticas que ameaçariam a indústria doméstica. Santos (2001) relata que o ideal neoliberal se propagou intensamente durante a década de 1980 e foi uma das grandes bases para o modelo econômico como conhecemos hoje. Segundo o autor, os processos de regionalização, globalização e abertura econômica das economias na década de 1990 se deram devido à adoção do ideal neoliberal que havia sido propagandeado durante a década anterior.

Ainda segundo o autor, a partir do momento em que o mundo compra a ideia neoliberal de abertura econômica vendida pelos órgãos internacionais e pelas grandes economias, cria-se uma grande expectativa em torno do futuro do comércio global. A União Soviética, por exemplo, implementou os ideais neoliberais nas políticas *Perestroika*¹ e *Glasnost*² que colocaria um fim à guerra fria ao fazer o país abandonar o comunismo e aproxima-lo do ocidente.

¹ Política adotada pelo governo soviético de Mikhail Gorbachev em 1986 na tentativa de reestruturar a economia socialista do país através da abertura econômica e da redução dos gastos. (FERREIRA, 2004).

² Política adotada por Mikhail Gorbachev dando maior liberdade de expressão à sua população e meios de comunicação além de exigir maior transparência por parte do governo soviético. (BACIC, 1993).

Entretanto, a ineficácia dos ideais neoliberais em promover o crescimento econômico de diversos países da África e América Latina, além da eclosão de diversas crises econômicas, reforçam os ideais de Santos (2001) que questiona a eficiência do neoliberalismo como ferramenta do desenvolvimento econômico global e critica a vulnerabilidade que o mesmo provoca nas economias que não possuem ainda uma base consolidada e ficariam à mercê da “mão invisível” do mercado.

Na sociedade capitalista, é comum, devido oscilações de mercado e de demandas e ofertas, que as economias cheguem a um período de crise econômica. Segundo Pignata e Carvalho (2015) as crises econômicas são partes naturais do ciclo capitalista assim como as recessões e depressões econômicas. Segundo o autor, as crises econômicas são períodos em que um país perde controle sobre sua inflação, produção ou comercialização e consumo de determinados produtos.

Por consequência estes fatores abalam setores inteiros da economia nacional podendo causar queda no crescimento, diminuição do capital circulante no mercado e aumento do desemprego afetando o poder de compra da população. Pignata e Carvalho (2015) resumem a crise econômica como um desequilíbrio em um setor da economia que vem a contaminar todo o sistema econômico nacional.

O autor ainda argumenta que as crises obrigam os governos a reelaborar suas estratégias econômicas priorizando amenizar os efeitos desta crise para que o país possa voltar a apresentar crescimento nos anos seguintes. E após as aberturas de mercado, devido à inserção de um número maior de agentes ativos nas economias, os governos deixaram de ter um controle direto sobre sua economia, deixando-as mais vulneráveis aos efeitos do mercado externo.

Por mais que o neoliberalismo como ideal econômico seja questionado, a globalização como fenômeno permitiu que as economias alcançassem uma integração inédita e, eliminando todas as barreiras protecionistas ou não, conseguiram se desenvolver economicamente a sua própria maneira. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) cita dados de 2004 do Banco Mundial comprovando este crescimento ao descrever que a taxa de crescimento per capita do Produto Interno Bruto (PIB) e, as economias em desenvolvimento que adotaram a integração global apresentaram crescimento de 5% do PIB, enquanto que os países desenvolvidos apresentaram 2%, contrastando com as economias em desenvolvimento que não adotaram a integração global que apresentaram um recuo

de 1% em seu PIB.

Esta integração global teve suas raízes ideológicas com a expansão do ideal do multilateralismo surgido após a segunda guerra mundial. Ideal político-econômico em que o Brasil foi membro ativo desde o princípio. Segundo Cervo (2008) o multilateralismo implica que as nações trabalhem juntas em cooperação a um objetivo comum e que todos os membros possuam voz de influência nos processos de decisão. Para o autor, as potências desenvolvidas sempre utilizaram do unilateralismo para fazer valer seus ideais em que eles tomavam as decisões e as economias periféricas eram obrigadas a obedecer. Com o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, estes começaram a exigir maior participação no processo de decisão, descentralizando a política global, tornando-a multilateral.

Segundo Cervo (2008), a multilateralidade é bastante visível durante o governo Lula no Brasil, quando diplomaticamente o país deixou de ser apenas obediente às regras e passou a ser parte ativa da produção de regras da estrutura do capitalismo, enfrentando as economias hegemônicas e conquistando seu espaço. Este enfrentamento por parte do Brasil às grandes economias no cenário global é causado pelo fato de que o país aumentou sua importância nos âmbitos do comércio internacional, portanto não podia apenas obedecer às exigências de abertura de mercado aos produtos das economias desenvolvidas sem exigir em troca seus benefícios.

Ainda de acordo com Cervo (2008) este cabo de guerra entre o Brasil e as potências econômicas marcou boa parte do governo Fernando Henrique Cardoso e Lula. Uma das principais consequências da expansão do neoliberalismo durante as décadas de 1980 e 1990 foi o surgimento do regionalismo por meio da criação dos primeiros blocos econômicos regionais.

2.1.1 A regionalização e os blocos econômicos

O regionalismo é um dos efeitos causados pelo fenômeno da globalização como processo de integração ampliada entre os países. Ao contrário de Baumann (1996) que via a regionalização como um fenômeno em oposto ao processo de globalização, como uma ferramenta de defesa das economias locais contra o

neoliberalismo exagerado, Cervo (2008) trata a regionalização como uma etapa natural do processo de globalização, onde as economias próximas geograficamente se uniriam primeiro para incentivar o desenvolvimento local para em seguida encararem o mercado global, destacando que um dos principais motivos que leva um país a focar na integração regional à global envolve a facilidade maior em negociar com países mais próximos geograficamente, historicamente ou culturalmente.

Existem diferentes termos para tratar do processo causado pela regionalização. Entre os quais se encontram: mercados regionais, blocos econômicos, blocos regionais e sistemas de integração. Entretanto, todos servem à definição de Cignacco (2009), na qual os blocos regionais são ambientes de integração formados por dois ou mais países na qual se apresentam diferenciais em relação aos outros países que trazem benefícios aos países participantes.

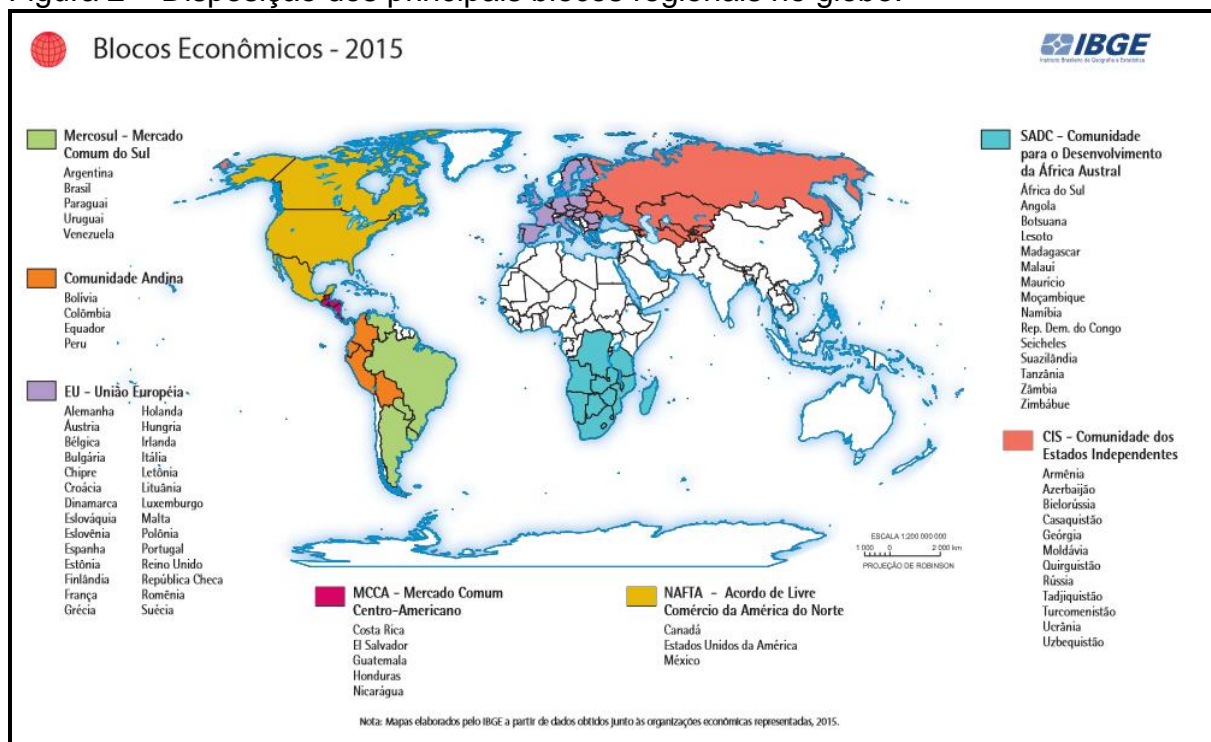
As origens dos blocos regionais derivam dos acordos comerciais em escala global que surgiram no período pós-segunda guerra mundial quando, segundo Furtado (1998), as economias passaram a visualizar a cooperação econômica como ferramenta mais eficaz para atingir o desenvolvimento e a integração econômica, pois o livre comércio que tais integrações causam permite uma melhoria no padrão de vida da população.

As integrações entre os países são concretizadas por meio da criação e blocos econômicos regionais utilizando critérios que aproximam os países entre si. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) cita como exemplos de conexão os fatores históricos, culturais, linguísticos, econômicos ou políticos. Porém, vale destacar, que os blocos econômicos não surgem de uma hora para a outra. Todos os blocos regionais têm origem em acordos comerciais entre países, a partir de onde as relações entre os mesmos se estreitam e os obstáculos para a integração entre os países se reduzem.

Cervo (2008) destaca que o MERCOSUL surgiu de diversos acordos comerciais envolvendo o Brasil e Argentina durante a década de 1980 que aos poucos foi integrando os também interessados Uruguai e Paraguai, propiciando a criação do bloco regional na década seguinte. Diversas nações recorreram à regionalização como maneira de adquirir vantagens comerciais. A Figura 2 ilustra os principais blocos regionais atuais e sua disposição no planisfério terrestre.

Segundo Maia (2001), existe diferentes tipos de integração regional em que os países podem fazer parte, evoluindo desde benefícios tributários, até mesmo união política. As classificações dos blocos regionais mais comumente utilizadas são: Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômico-Monetária e União Política, seguindo uma ordem crescente de integração. Cignacco (2009) considera ainda a Zona de Preferência Tributária como a primeira forma de integração, vindo antes da Área de Livre Comércio. Segundo o autor, a mesma consiste em acordos que tentam reduzir as barreiras comerciais entre os países sem que haja alteração nas estruturas tarifárias.

Figura 2 – Disposição dos principais blocos regionais no globo.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015).

A Área de Livre Comércio se assemelha, segundo ideais de Cignacco (2009), à Zona de Preferência Tributária, pois ambos não remetem a alterações na tributação dos países, entretanto, a Área de Livre Comércio tenta a eliminação das barreiras não tarifárias e não apenas a redução. Um exemplo de bloco econômico que se encontra neste estágio é o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

A União Aduaneira, por sua vez, tem como objetivo permitir que os bens comercializados entre os países membros possam circular livremente. Para Maia

(2001) este nível de integração advém da eliminação das barreiras comerciais operacionais. Outro diferencial deste tipo de bloco econômico é a adoção de uma tarifa externa comum. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) salienta que nesta fase de integração, o bloco econômico desenvolve uma política comercial em comum com países não membros, adotando tarifas de importação e outras barreiras em relação a um produto ou país em todos os países membros. O principal bloco econômico que se encontra neste estágio seria o MERCOSUL. Vale ressaltar, no entanto, que o objetivo deste bloco econômico é tornar-se um Mercado Comum.

O Mercado Comum, segundo Maia (2001) é o nível de integração regional caracterizado pela livre circulação não apenas de bens, mas também de outros fatores de produção como capital, tecnologias, serviços e mão de obra, além das medidas já presentes na União Aduaneira. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) salienta que um dos motivos do MERCOSUL ainda não tem se tornado um Mercado Comum de fato se deve a uma ainda reduzida cooperação entre os países membros em esferas comerciais, políticas e trabalhistas.

A União Econômica, seguindo a evolução do Mercado Comum, apresenta os mesmos graus de integração que o nível anterior, entretanto a integração das políticas monetárias e fiscais é mais profunda. Segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) a União Europeia é a grande representante desta forma de integração em nossa atualidade, pois um dos principais elementos que caracterizam a União Econômica é a adoção de uma moeda em comum para uso nos países membros e o compartilhamento de políticas fiscais, agrárias e cambiais. Devido estas características, segundo o autor, este tipo de bloco regional também é chamado de União Monetária.

O último estágio de integração regional é a chamada União Política, na qual há as instituições nacionais perdem força perante a instituição regional, funcionando como um único país. Ainda como apenas uma integração idealizada, nunca concretizada, Cignacco (2009) descreve as possíveis razões para que alguns países desejem formar uma União Política: *i)* a melhoria das relações diplomáticas a nível internacional ou intrazona; *ii)* normatização de aspectos migratórios; *iii)* benefícios comerciais com outros países membros; e *iv)* além de facilitar a reforma estrutural em diversos setores da economia. Não sido colocado em prática até o momento, a União Política é o objetivo de alguns blocos regionais atuais, como por

exemplo, a Comunidade da África Oriental.

O bloco econômico de maior sucesso em sua execução até o momento, indiscutivelmente é a União Europeia. Sua origem remonta aos acordos de cooperação comercial entre países da Europa Ocidental após a segunda guerra mundial. Segundo Maia (2001) o estreitamento constante das relações comerciais destes países durante aproximadamente quatro décadas permitiu que em 1992, com o Tratado de Maastricht, a União Europeia surgisse oficialmente como um bloco regional já preparado economicamente em nível de integração para adotar medidas ainda maiores de aproximação entre seus membros. A União Europeia começou com apenas seis países (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda) e atualmente conta com mais de vinte países membros e outros interessados em unir-se ao bloco. Atualmente o bloco conta com vinte e oito países-membros como ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Localização da União Europeia e seus países membros.



Fonte: Adaptado de Europa (2017).

Segundo Cignacco (2009) a União Europeia é o único bloco econômico a atingir com totalidade os objetivos determinados, incluindo a criação de uma moeda única na figura do Euro e de um Banco Central Europeu. O autor enfatiza ainda que, do ponto de vista comercial, a União Europeia é um dos blocos econômicos mais protecionistas e teve esse propósito desde sua criação. Seus países apresentam diversas barreiras tarifárias e não tarifárias para produtos provenientes da comercialização com países não membros.

Entretanto, a União Europeia também encara graves desafios a nível interno quanto à abdicação da soberania nacional de alguns países membros. Segundo Cavusgil (2010) a grande maioria dos países componentes da União Europeia não se opôs a abdicar um pouco de sua soberania nacional em prol da integração continental, mas, o mesmo não pode ser dito sobre o Reino Unido, país que sempre se negou a adotar a união monetária junto ao resto do continente e, em 23 de junho de 2016, o Governo Britânico iniciou o processo de saída do bloco regional após a realização de um referendo evidenciando que tal era o desejo da maioria de sua população. Sobre as consequências da saída do Reino Unido da União Europeia, Deakin (2016) afirma que se reduzirá pela metade a migração que ocorre no país, incentivada pelas políticas de fronteiras abertas da UE, e por consequência disto, aumentar o salário dos trabalhadores britânicos.

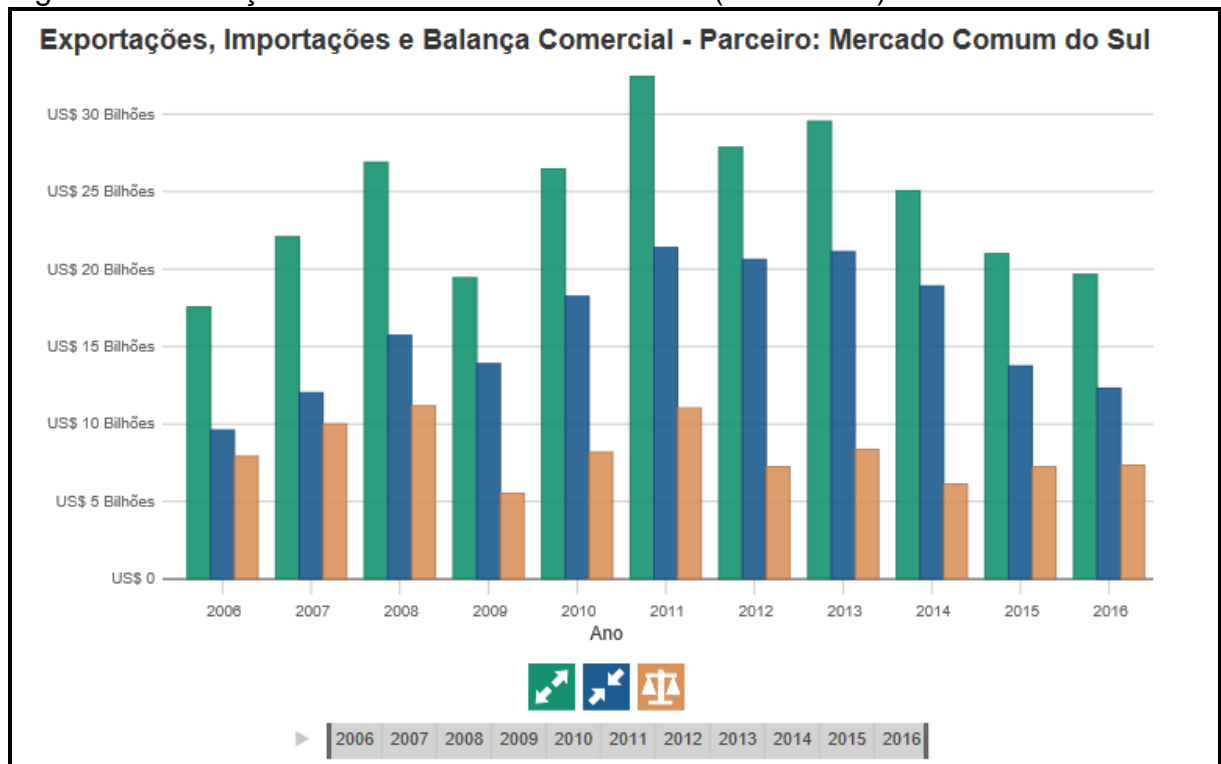
Em relação ao continente americano, quatro blocos econômicos se destacam dos demais: o NAFTA, o MERCOSUL, o CARICOM e a Comunidade Andina. Os dois últimos apresentam menor representatividade a nível econômico. A Comunidade do Caribe (CARICOM) é composta por aproximadamente vinte e cinco países e tem como principal objetivo a criação de um mercado comum na região, enquanto a Comunidade Andina, estabelecida em 1969 por Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, tem nos últimos anos estudado uma fusão com o outro grande bloco regional Sul-Americano: o MERCOSUL, conforme destaca Silva (2008).

Segundo o autor, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é o maior bloco regional do continente sul-americano em termos de território e PIB total (80% do PIB total do continente). Estabelecido em 1991 após décadas de acordos de aproximação econômica, o MERCOSUL apresentou um rápido crescimento na sua

primeira década de instalação atraindo a atenção de diversos investidores e outros países que cogitam adentrar no bloco junto a Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Um destes casos foi o da Venezuela, que adentrou ao bloco em 2012, mas encontra-se atualmente suspenso do bloco devido o não cumprimento das obrigações necessárias para adesão ao bloco, segundo informações do Itamaraty através do Portal Brasil (2016), e também o caso da Bolívia, que desde 2015 iniciou processo de adesão ao bloco regional. Para o Brasil, o MERCOSUL é um dos maiores parceiros comerciais do país, mas conforme apresenta a Figura 4, as negociações comerciais entre os países membros estão decaindo.

Figura 4 – Balança comercial Brasil-MERCOSUL (2006-2016).

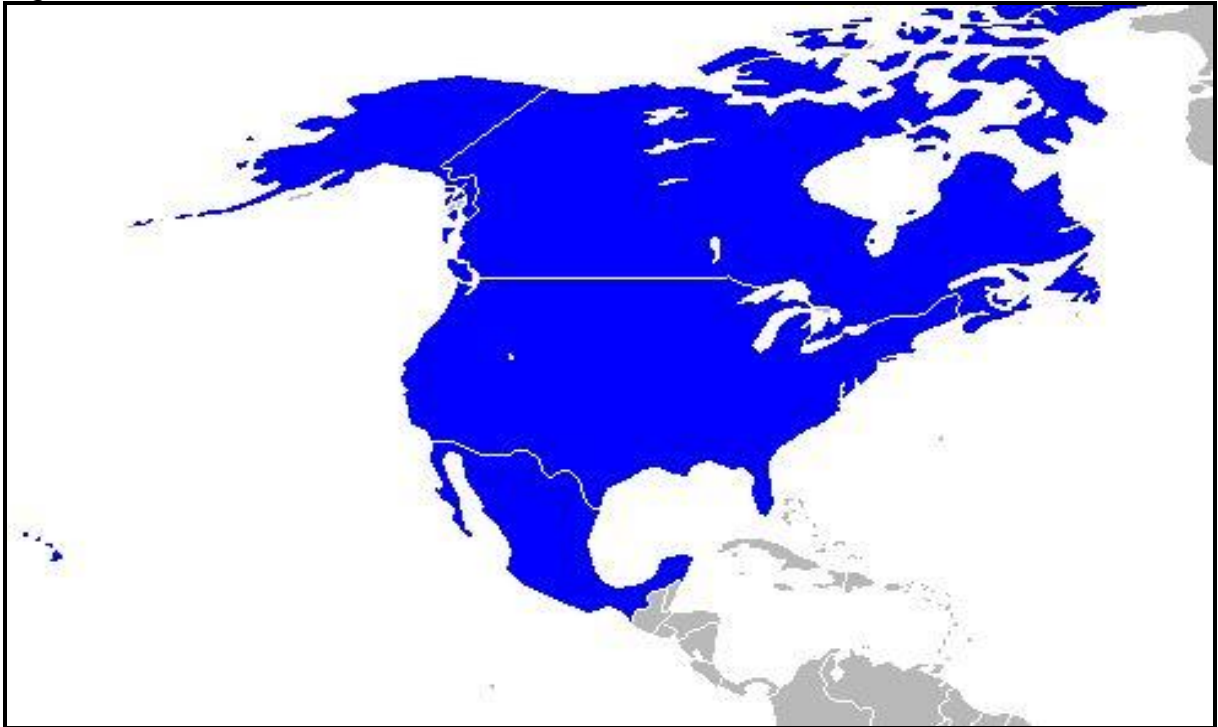


Fonte: Adaptado de COMEXVIS - MDIC (2017).

O bloco regional é considerado uma união aduaneira imperfeita, pois ainda se encontra em processo de expansão de sua integração. Segundo Cavusgil (2010) há a previsão de que o MERCOSUL aprofunde seus laços de integração, evoluindo para uma União Econômica, ou o mesmo corre o risco de perder representatividade para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), tratado incentivado pelo governo americano e frequentemente rejeitado pelo brasileiro, pois implicaria em perda de soberania econômica a nível regional.

Um dos blocos econômicos que também se integrariam a ALCA, hipoteticamente, seria o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) que abrange os Estados Unidos da América (EUA), Canadá e México com a localização ilustrada na Figura 5.

Figura 5 - Países-membros do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte.



Fonte: World Customs Organization - WCOOMD (2012).

O NAFTA ainda se encontra em níveis iniciais de integração, caracterizado por Baumann (1996) como uma zona de integração tarifária que visa mais a desregulamentação comercial local do que uma integração a nível econômica. Entretanto, Cavusgil (2010) enfatiza a importância que o bloco teve para seus países membros, triplicando o volume comercializado entre os mesmos e contribuindo para o crescimento da economia Mexicana, um dos países considerados emergentes atualmente.

Enquanto, segundo o autor, o continente africano ainda apresenta poucos blocos regionais caracterizados como representantes de peso a nível internacional (blocos como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, Comunidade da África Oriental, e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral ainda encaram problemas internos para sua execução plena), o mesmo não pode ser dito da porção asiática do mercado onde prevalecem a ASEAN.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é um dos poucos

blocos econômicos existentes na Ásia. Segundo Cignacco (2009), o bloco foi fundado em 1967, o bloco é composto por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã, como ilustra a Figura 6, e tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico da região.

Figura 6 – Localização dos países membros da ASEAN no sudeste asiático.



Fonte: ASEAN (2017).

Atualmente a ASEAN constitui uma área de livre comércio com intenção de expandir a integração futuramente agregando inclusive a China e o Japão ao seu bloco regional, o que causariam uma maior representatividade internacional para a região. Para Cavusgil (2010) o bloco teve sua evolução retardada devido à grande disparidade entre as economias dos países membros, comparação exemplificada entre a economia emergente que a Indonésia representa atualmente, contra o Vietnã que apresenta altos níveis de pobreza.

A disparidade entre as economias dos países membros é um dos critérios levantados pelo autor como determinantes para o sucesso de um bloco regional. Além também da similaridade política, cultural e geográfica. É interessante que se compreenda também o que motiva um país a adentrar a um bloco econômico

e as vantagens que o mesmo adquire ao se unir a outros países. Majoritariamente, os motivos se classificam em caráter econômico e diplomático. Segundo Cavusgil (2010), Cignacco (2009) e Baumann (1996), a criação dos blocos regionais permite:

- i)* A expansão de mercado;
- ii)* O aumento da produtividade;
- iii)* A atração de investimentos;
- iv)* A renovação tecnológica;
- v)* A melhoria nas relações diplomáticas;
- vi)* O aumento do comércio na região;
- vii)* O Estabelecimento de normativas a nível regional;
- viii)* A possibilidade da realocação de indústrias;

Por consequência dos fatores listados acima, diversos países conseguiram elevar o padrão de vida de sua população e das nações vizinhas ao adotar a cooperação econômica em sua região. Ou seja, os países utilizam dos blocos regionais para elevar seu nível de desenvolvimento socioeconômico.

2.1.2 Desenvolvimento socioeconômico: economias desenvolvidas, emergentes, em transição e em desenvolvimento no século XXI

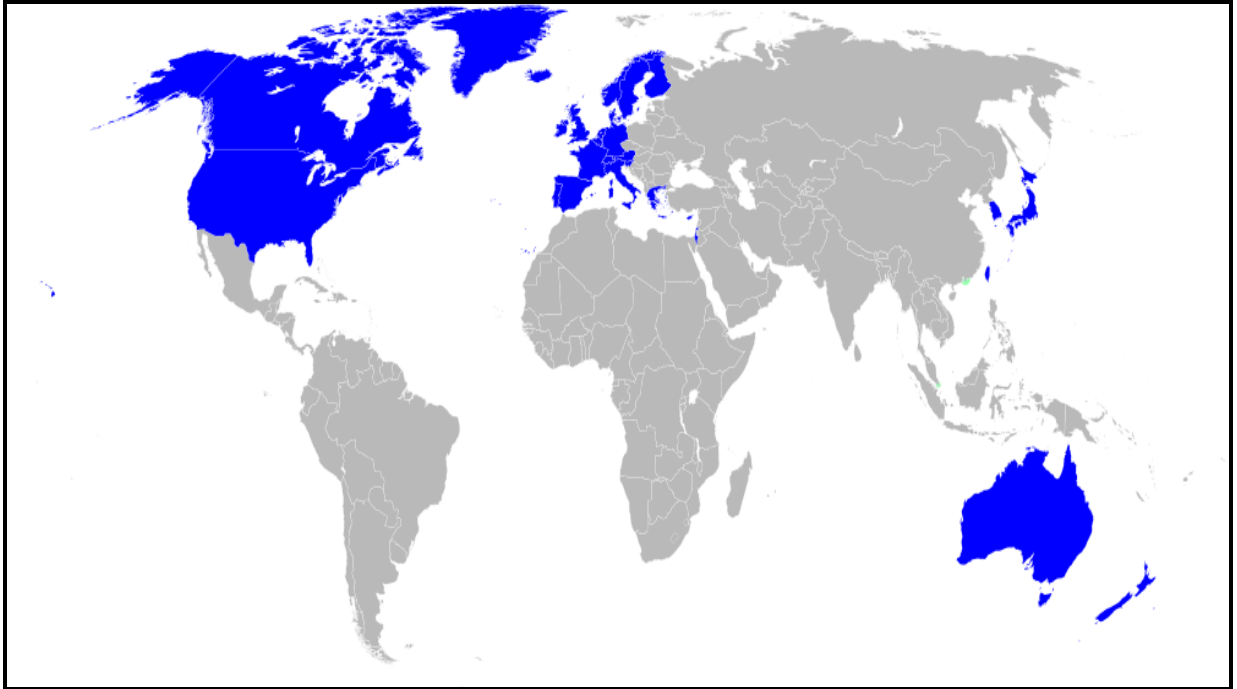
O desenvolvimento das economias é estudado e teorizado desde o começo do século XX. Schumpeter, em 1912, foi o criador da primeira teoria do desenvolvimento econômico onde relacionava o desenvolvimento das economias principalmente à obtenção de crédito e capital. Desde então, a partir da evolução natural do mercado, diversos conceitos estabelecidos também sofrem modificações, como é o caso das análises dos níveis de desenvolvimento socioeconômico e a classificação dos países com base no mesmo. Segundo Arbix *et al.* (2002), os termos mais predominantes são países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento.

2.1.2.1 Economias desenvolvidas

As economias desenvolvidas são os países pioneiros em relação à industrialização de sua economia e historicamente aqueles que construíram impérios coloniais durante o século XIX. Segundo Silva (2008) os países desenvolvidos são os países mais ricos do mundo moderno, apresentando alta renda per capita, indústria extremamente competitiva e excelente infraestrutura comercial e um risco-país mínimo. Os principais países deste grupo são os Estados Unidos, Japão,

Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Austrália. A Figura 7 ilustra estas economias mencionadas além dos demais países considerados desenvolvidos e sua localização no planisfério terrestre.

Figura 7 – Países considerados desenvolvidos segundo o FMI.



Fonte: Adaptado do site oficial do FMI (2017).

Os países desenvolvidos são as economias dominantes no cenário global desde a revolução industrial. Sua capacidade produtiva e poder de capital permite que os mesmos, mesmo representando apenas 14% da população do planeta, correspondem a aproximadamente metade do PIB mundial (48% em 2009), segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010). Os países desenvolvidos possuem suas economias baseadas no capitalismo e adotam o ideal neoliberal em que o estado interfere minimamente na economia do país, com poucas restrições em relação ao comércio internacional além de possuírem um forte poder de compra.

Segundo o autor, o número de países considerados desenvolvidos é de aproximadamente 30, se encontrando principalmente no continente Europeu e Norte-Americano, com as principais exceções a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a população dos países desenvolvidos conta com as melhores instalações e serviços de tecnologia e educação em relação ao resto do planeta, por exemplo, 51% da população destes

países tinha ao menos um computador pessoal em 2009 e 53% era usuário de serviços da Internet.

Um dos grandes desafios atualmente dos países desenvolvidos é o crescimento acelerado dos países emergentes, que representam uma ameaça à sua hegemonia de mercado. Apresentando uma economia já consolidada cujo foco é a prestação de serviços e produção de produtos de marca de alto valor, as economias desenvolvidas apresentavam um crescimento médio anual de 2% nos anos anteriores à crise econômica mundial. Neste mesmo período, marcado pela ascensão das economias emergentes, países em crescimento acelerado como China e Índia apresentavam médias de crescimento acima dos 6% segundo Norris (2006) em artigo econômico do New York Times, e este crescimento resultou na perda de fatias do mercado global por parte dos países desenvolvidos, principalmente para a China, graças às inúmeras vantagens comparativas que estes países emergentes apresentam em relação a sua capacidade produtiva.

2.1.2.2 Economias emergentes

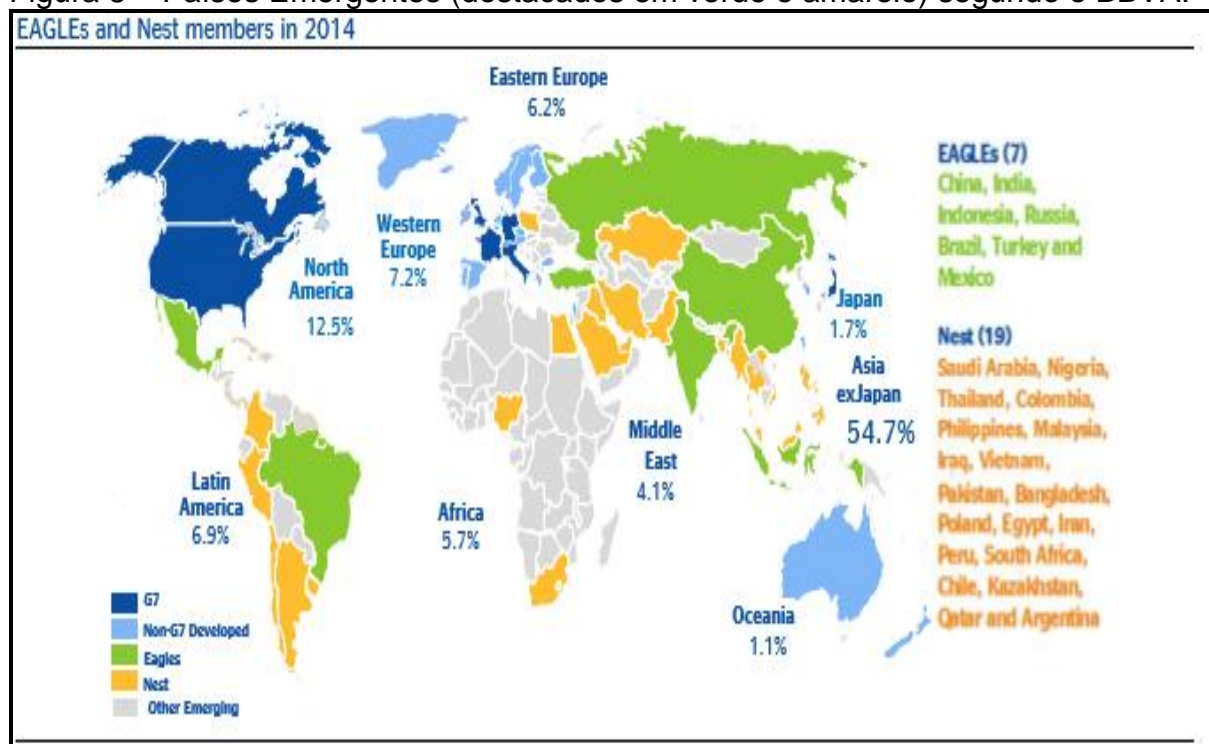
Os países emergentes, ou economias emergentes, segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010), são aqueles que passaram por um rápido período de industrialização e crescimento econômico após os anos 1980 e encontram-se no caminho de juntarem-se aos países desenvolvidos em poder econômico. Os principais emergentes hoje no cenário global são Índia, China, Rússia e Brasil. Segundo o autor, os motivos deste crescimento acelerado se devem à numerosa população jovem existente nos países compondo uma classe média com crescente poder de compra, o que contribui para o crescimento do país. Atualmente, 62% da população hoje vivem em países considerados emergentes e seus países representam aproximadamente 43% do PIB mundial total.

Os países emergentes apresentam algumas semelhanças no seu passado recente. Os atuais BRICS, abreviação para Brasil; Rússia; Índia; China e África do Sul, durante a década de 1990, passaram por momentos de forte mudança em suas economias. Segundo Ribeiro e Moraes (2015) as economias destes países sofreram um forte processo de liberalização e privatização de várias empresas estatais. Este último fenômeno citado é perceptível principalmente nos países do

antigo bloco comunista: a Rússia e a China. Estas características apresentadas pelos BRICS há 20 anos, segundo o autor, podem ser vistas hoje em outros países em desenvolvimento que apresentam rápido crescimento econômico similar aos BRICS nas décadas passadas, como por exemplo, os Emirados Árabes Unidos, a Polônia e a Indonésia.

Estes países são classificados pelo Banco BBVA como os futuros novos países emergentes e estão ilustrados na Figura 8.

Figura 8 – Países Emergentes (destacados em verde e amarelo) segundo o BBVA.



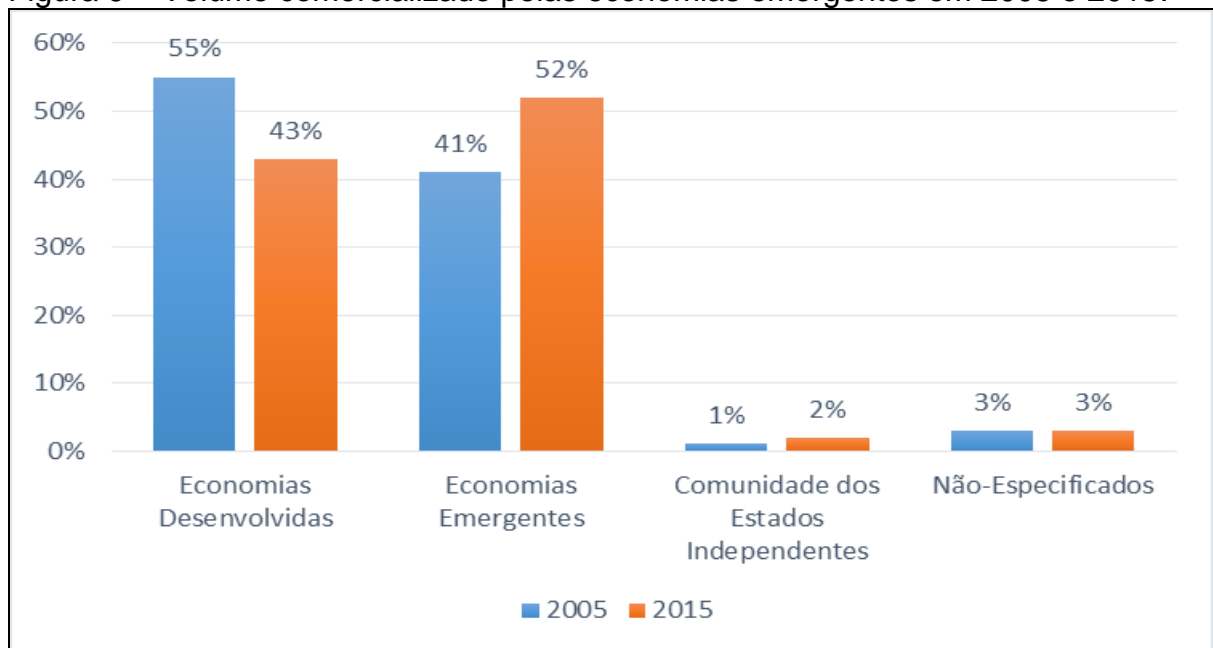
Fonte: Adaptado de BBVA (2014).

Ribeiro e Moraes (2015) destaca que é importante notar que os países emergentes ainda apresentam aspectos considerados característicos de economias em transição ou em desenvolvimento, tanto positivamente, quanto negativamente. Segundo o autor, estes países possuem uma base manufatureira de baixo custo o que atrai os olhares dos investidores, não apenas de países desenvolvidos, mas também de outros parceiros emergentes, como mostra a Figura 9, expondo o quanto os países emergentes passaram a investir muito mais entre si segundo a OMC:

A partir da figura 9, observa-se que em dez anos, as economias emergentes elevaram em 11% o volume comercializado entre si (percentual em laranja), ultrapassando o percentual representado pelas economias desenvolvidas

(em azul). Ou seja, os países emergentes passaram a investir mais em outros emergentes do que nos já desenvolvidos. Em consequência disto, devido considerável poder de compra de sua numerosa população, os países emergentes mostram serem destinos extremamente viáveis para a comercialização de produtos de maior valor agregado.

Figura 9 – Volume comercializado pelas economias emergentes em 2005 e 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2015).

Dentre as características negativas dos países emergentes que ainda persistem de seu passado menos desenvolvido, segundo Ribeiro e Moraes (2015), encontram-se a instabilidade política, a falta de infraestrutura, a fragilidade da proteção intelectual, a alta burocratização e falta de transparência e sistemas judiciários ainda em formação. Dentre estas características listadas, Arbix *et al* (2002) enfatiza a preocupação que os investidores têm com as instabilidades políticas que os países emergentes apresentam. Dentre os países considerados emergentes, a Rússia é o listado pelo autor na qual a instabilidade política constantemente prejudica suas relações comerciais. Mais recentemente, porém, pode-se incluir neste contexto o Brasil e a Turquia devido às crises políticas que estouraram em 2015 que marcaram os governos de Dilma Rousseff no Brasil e Recep Erdogan na Turquia.

O grupo definido como países emergentes é comumente utilizado para

definir os países membros dos BRICS, que são as economias emergentes de maior representatividade a nível internacional. Porém, o número de mercados emergentes é bem maior e continua em expansão. Ramos (2014) destaca que a dinamização das economias está permitindo que mais países alcancem importantes níveis de desenvolvimento econômico, tornando mais amplo o conceito de país emergente, pois um dos principais critérios que é levado em consideração, segundo o autor, é o potencial do seu mercado interno.

Uma das principais características dos países emergentes em comparação aos países em desenvolvimento é a notável melhoria na qualidade de vida de sua população, o que segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) influencia no poder de compra da mesma. O autor ressalva que o conceito de país emergente permite que muitas economias hoje em estágio de desenvolvimento daqui a alguns anos alcance o mesmo patamar dos atuais BRICS.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) descreve algumas características que distinguem os mercados emergentes dos demais e que servem como vantagem para o crescimento e importância que os mesmos adquiriram. Segundo o FMI, os mercados emergentes vivem um momento de rápida liberalização de seu comércio e a eliminação de suas barreiras comerciais o que incentiva o aumento da competitividade de sua indústria.

Quando analisada as condições de infraestrutura destes países, por mais que ainda não seja ideal, o FMI ressalta que ela é consideravelmente melhor quando comparado aos países em desenvolvimento, principalmente em relação à disponibilidade de serviços de telefonia, informática e internet para a população. Entretanto, não apenas as informações citadas são garantias de sucesso para os investidores quando os mesmos analisam a rentabilidade de investimentos em países emergentes. Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) elenca o EMPI, ou em português, o Índice de Potencial de Mercado Emergente. O EMPI é um conjunto de fatores que devem ser levados em consideração ao comparar os diferentes mercados emergentes para fim de obter uma base mais segura de investimento. A partir dos dados do EMPI da organização Global EDGE os indicadores a serem analisados devem incluir:

- a) O Tamanho de Mercado que consiste de uma análise da população, principalmente urbana;

- b) A Taxa de Crescimento de Mercado em relação ao PIB real do país;
- c) A Intensidade de Mercado que é composta pelo consumo privado e PNB per capita considerando os gastos da população;
- d) A Capacidade de Consumo de Mercado que enfoca na parcela da renda que a classe média local mantém para consumo próprio;
- e) A Infraestrutura Comercial abrangendo um olhar direcionado a capacidade das linhas de telefonia, número de computadores pessoais, estradas e vias de acesso pavimentadas entre outros;
- f) A Liberdade Econômica que analisa o quanto o governo intervém nos negócios;
- g) A Receptividade de Mercado que representa uma visão do volume das importações daquele país em relação a um determinado produto para mensurar a aceitação do mesmo pelo mercado consumidor;
- h) E o Risco-País abrangendo o risco político que represente uma ameaça às relações comerciais e investimentos.

O EMPI não é um método perfeito de análise da viabilidade de investimentos, porém, ao elencar diferentes aspectos populacionais, econômicos e estruturais, o mesmo permite filtrar diferentes aspectos dos países analisados, tornando mais fácil a tomada de decisão. Deve-se lembrar, no entanto, que nenhuma economia emergente possuirá boa avaliação em cada um dos aspectos, visto que ainda trilham o caminho para alcançarem o desenvolvimento econômico (CAVUSGIL; KNIGHT; REISENBERGER, 2010).

2.1.2.3 Economias em desenvolvimento e economias em transição

O terceiro grande nível de desenvolvimento econômico é representado pelas chamadas economias em desenvolvimento e as economias em transição, que segundo Cavusgil (2010) são caracterizadas por países de pobre industrialização e economias estagnadas. Estes países eram anteriormente conhecidos como países subdesenvolvidos, entretanto este termo aos poucos entrou em desuso.

De acordo com os dados do FMI (2009), os países em desenvolvimento são a grande maioria dos países do globo, abrangendo um número aproximado de 150 países, 24% da população mundial e aproximadamente 9% do PIB,

caracterizado como os países de menor infraestrutura e acesso aos serviços de telefonia e internet.

Anteriormente chamados de países do terceiro mundo, as economias em desenvolvimento apresentam os piores indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os índices de natalidade destes países são as maiores a nível global, assim como o índice de mortalidade infantil, analfabetismo, desnutrição e baixa expectativa de vida. Considerando que a educação está fortemente alinhada com o desenvolvimento econômico de um país, a perspectiva de saída da pobreza por parte destas economias depende da melhoria nesta área (CAVUSGIL, 2010).

A saúde também se encontra como uma das grandes precariedades destas economias em desenvolvimento. Sem falta de estrutura e investimento, os países mais pobres, principalmente africanos, são os mais afetados pelo vírus HIV por exemplo. Por consequência, Cavusgil (2010) define que uma população doente é uma população improdutiva, deteriorando a produtividade e o padrão de vida destes países.

Machado (1999) classifica os governos dos países em desenvolvimento como majoritariamente endividados. Este endividamento advém da necessidade constante de empréstimos internacionais ou de planejamentos econômicos ineficientes. Além disso, seus governos são, em grande maioria, autoritários que cobram alta tributação da população e apresentam altos índices de corrupção afetando o desenvolvimento de diversos setores precários de seus países. Além disso, a forma como seus governos lidam com o comércio internacional também prejudicam o crescimento econômico dos mesmos. Comercializadores de produtos do agronegócio ou *commodities*, os países em desenvolvimento sofrem com uma alta regulação e burocratização de sua economia reprimindo sua indústria.

Com o Estado interferindo constantemente nas relações comerciais, principalmente com a manutenção de diversas barreiras comerciais e medidas protecionistas, os investidores acabam abrindo mão de investir nesses países, investimentos estes já caracterizados como de alto risco devido a infraestrutura local e instabilidade política constante. Tudo isso, a partir de Arbix *et al* (2002), contribui para que o fluxo comercial do país continue baixo e o mercado externo não consiga servir como suporte para crescimento econômico ao tentar compensar as conturbações internas destes países. Sobre a renda própria nestes países, 57% da

população destes países vive com menos de US\$2,00 por dia, que se limita ainda mais após descontar os gastos necessários com a subsistência familiar, segundo o FMI.

Machado (1999) descreve que, do ponto de vista econômico, para se compreender as relações comerciais de um país em desenvolvimento, é necessário explorar suas dependências, ou seja, os produtos que os coloca em uma situação desfavorável em comparação às economias desenvolvidas. Além disso, os países em desenvolvimento não possuem a influência ou poder de barganha como os países emergentes.

O contexto é um pouco diferente ao se analisar as economias em transição. Estes países são aqueles que compunham o antigo bloco comunista durante a guerra-fria e passaram por um processo de liberalização e até democratização de suas economias permitindo a inserção no mercado internacional. Para Popov (2009) estas economias apresentam um desenvolvimento humano relativamente melhor em comparação com os países em desenvolvidos graças às políticas socialistas, variando entre os países do grupo.

Os principais países em transição são aqueles da Europa Oriental, Ásia central e oriental que haviam adotado o comunismo como filosofia político-econômica durante a segunda metade do século XX. Entretanto, o processo de liberalização dos mesmos foi diferente entre si e apresentaram diferentes resultados (POPOV, 2009).

Enquanto países como Rússia e China, que já possuíam grande representatividade a nível internacional e obtiveram sucesso por meio da privatização e do apoio internacional, o mesmo não foi uma realidade nas economias de menor porte. Neste sentido, Popov (2009) destaca que os países da Europa Central e Oriental são aqueles que obtiveram o maior sucesso em sua transição ao adotarem reformas radicais em suas economias, chamadas de terapias de choque pelo autor, na qual a privatização e a desregulamentação dos preços e políticas de mercado permitiram aos países um interessante crescimento econômico. A Polônia, grande exemplo de crescimento do leste europeu, apresentou um crescimento do PIB em aproximadamente 175% entre 1989 e 2008.

Entretanto, Popov (2009) ainda argumenta que outros países não adotaram as reformas radicais como os países do leste europeu citados, mas

também apresentaram um crescimento do PIB igualmente impressionante. O Azerbaijão, país da região do Cáucaso, foi durante muito tempo o ex-membro da União Soviética que mais cresceu, até ser alcançado em 2007 pelo Turcomenistão. Isto, só vem a reforçar como os países deste grupo reagiram de maneira diferente, pois os países da Ásia Central, por exemplo, não passaram por um momento de privatização da economia, e sim mantiveram uma política industrial rígida a partir da produção e comercialização de combustíveis.

2.2 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO BRASILEIRO

Desde o período colonial o Brasil se comportou como um país exportador de produtos primários e, importador de bens manufaturados. Mesmo com a recente consolidação de sua industrialização, o país ainda é frágil competitivamente na produção de bens manufaturados em comparação a outros países. Silva (2008) salienta que durante a década de 1980 o Brasil adotou políticas de investimento em produtos de baixo custo de produção, deixando em segundo plano os recursos tecnológicos mais caros, prejudicando a indústria em longo prazo. Ao deixar de criar políticas de investimento na produção e indústria em longo prazo, o Brasil perdeu competitividade em relação ao mercado internacional.

Entretanto, foi na década de 1980 que o Brasil obteve um salto significativo em suas exportações. Segundo dados da SECEX (2006) as exportações brasileiras saltaram de 20,1 bilhões de dólares para 34,4 bilhões em 1989. Este aumento contribuiu para que o país obtivesse um período de superávit econômico, pois o Brasil, segundo Silva (2008) adotava também durante a década de 1980 políticas inibidoras a importações devido à crise gerada por sua dívida externa, permitindo às exportações dominarem a balança comercial.

Segundo Lacerda *et al.* (2003) é importante ressaltar que durante a segunda metade da década de 1980 os países latino-americanos começaram a abrir suas economias para o mercado internacional, afetando as balanças comerciais de toda a região. Esta abertura comercial viria a se consolidar durante a década de 1990 e foi influenciada pelos conceitos neoliberais do Consenso de Washington e órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial que incentivavam a derrubada das barreiras comerciais para importações e

o direcionamento das políticas de desenvolvimento para o mercado externo. Segundo Cervo (2008) os países latino-americanos foram encantados pelos ideais neoliberais e pela globalização durante aquele período.

O Brasil foi um destes países a adotarem tais medidas durante a primeira metade da década de 1990. Segundo Cervo (2008) o país reduziu suas barreiras às importações permitindo que o coeficiente desta atividade voltasse a crescer. O processo de globalização e criação dos blocos econômicos, como por exemplo, o MERCOSUL, influenciou o Brasil a adotar uma postura mais alinhada aos conceitos neoliberais, atraindo diversos investimentos estrangeiros para o país.

Neste momento, segundo Souza (2008), foi possível evidenciar a fragilidade da indústria local comparando competitivamente com a indústria estrangeira, pois esta começou a marcar presença no cenário nacional e afetou os números das exportações do país. Em uma economia sem dinamismo, as exportações que eram compostas majoritariamente por produtos primários, representavam menos de 5% do PIB nacional, um número preocupante visto a importância que o comércio internacional tem para a economia de um país. Coutinho (1996) avalia que o momento econômico do Brasil já fragilizado na década de 1980, devido à crise da dívida e desordem das finanças públicas, comprometeu a inserção rápida competitiva do país no cenário global que surgia.

Preocupado com a competitividade da indústria nacional brasileira, o presidente Fernando Collor de Mello em 1990, desenvolveu sua nova política industrial, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que envolvia acordos de cooperação com países próximos como a Argentina. Como parte do processo de abertura econômica, Souza (2008) descreve a PICE de Collor como um conjunto de investimentos voltados para modernização e reestruturação da indústria por meio principalmente do aumento da produtividade e eficiência na comercialização de bens e produtos. Entretanto, esta política não conseguiu concretizar seus objetivos devido a falta da criação de medidas que permitiriam a sua execução efetiva e o impeachment do presidente em 1992.

Posteriormente a isto, segundo Souza (2008), o sucesso do Plano Real em 1993 durante o governo Itamar Franco permitiu o país reviver um novo período de crescimento econômico. Apresentando um crescimento do PIB na casa de 4% ao ano e controlando a inflação, Franco abriu caminho para que Fernando Henrique

Cardoso, eleito presidente em 1995, mudasse o foco da economia para o mercado externo novamente.

Aproveitando-se do sucesso do Plano Real, Fernando Henrique conseguiu atrair os olhos do mercado externo para o país ao criar medidas que permitiriam os investidores obterem maiores lucros ao optarem pelo Brasil. Segundo Cervo (2008) durante o governo FHC o Brasil conseguiu finalmente atrelar-se as novas tendências do comércio internacional, adotando uma política voltada à adaptação à globalização.

Segundo Rigolon e Giambiagi (1999) Fernando Henrique Cardoso ao redirecionar totalmente a economia ao mercado externo, fazendo-a depender de capital de investidores estrangeiros, por consequência permitiu a ausência de uma nova política industrial, tornando o país novamente vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais do final da década de 1990 quando o volume de capital entrando no país caiu drasticamente.

Considerando também que as exportações nacionais estavam concentradas nas mãos de poucas empresas que não conseguiram equilibrar a balança comercial, o país entrou em recessão econômica. Marcando déficit em todos os anos da segunda metade da década, segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) (2016), o Brasil fecharia o milênio não apresentando crescimento econômico em 1999.

Quadro 1 – Evolução da Balança Comercial Brasileira durante a década de 1990.

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO	CORRENTE COM.
	US\$ BI	VAR.%	US\$ BI	VAR.%	US\$ BI	US\$ BI
1991	31,620	-	21,040	-	10,580	52,660
1992	35,793	13,20	20,554	-2,31	15,239	56,347
1993	38,555	7,72	25,256	22,88	13,299	63,811
1994	43,545	12,94	33,079	30,97	10,466	76,624
1995	46,506	6,80	49,971	51,07	-3,465	96,477
1996	47,746	2,67	53,345	6,75	-5,599	101,091
1997	52,983	10,97	59,747	12,00	-6,764	112,730
1998	51,140	-3,48	57,763	-3,32	-6,623	108,903
1999	48,012	-6,11	49,301	-14,65	-1,289	97,313

Fonte: Adaptado de Associação de Comércio Exterior do Brasil (2016).

Para tentar desequilibrar a balança comercial a favor do Brasil novamente, o país começou a olhar mais atentamente aos novos mercados em crescimento e ao bloco regional que havia se esforçado tanto em construir: o MERCOSUL.

2.2.1 Regionalização e globalização – O Brasil consolidando sua internacionalização

Durante a década de 1990 ao mesmo tempo em que começava a negociar multilateralmente, adotando as primícias da globalização, o Brasil traçava o caminho da regionalização durante os acordos de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Autores como Cervo (2008), consideram contraditório o posicionamento adotado pelo país, pois julga a regionalização como um passo na direção oposta à globalização, como uma medida protecionista em escala regional contra a excessiva liberdade de mercado proposta pelo fenômeno da globalização.

Oficializado no tratado de Assunção em 1991, o MERCOSUL é um bloco econômico fundado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo como objetivo estabelecer um mercado comum na região, ou seja, permitir a livre circulação de fatores. É o bloco regional mais forte do continente sul-americano, representando 80% do PIB local segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010). As causas da origem do bloco regional remontam às décadas anteriores a sua fundação. O autor Onuki (2006) considera que o MERCOSUL surgiu devido aos acordos de cooperação entre Brasil e Argentina ainda durante as décadas de governança dos militares, permitindo que os países se aproximassem de maneira inédita.

Segundo o autor, um exemplo desses acordos foi o Acordo Tripartite de Cooperação Técnico-Operativo, junto ao Paraguai, que permitiu o compartilhamento do uso da usina de Itaipu. Além disso, a PICE de Collor, mesmo fracassando, tinha como objetivo promover a aproximação do Brasil com seus parceiros comerciais para estreitamento de negócios, e um destes parceiros era a Argentina.

Considerando que Brasil e Argentina são países que engajaram guerras durante o decorrer do século XIX, a aproximação comercial entre os países permitiu um aprimoramento nas relações diplomáticas. Cervo (2008) considera que uma das maiores vitórias do MERCOSUL foi o estabelecimento de uma Zona de Paz no continente sul-americano. Utilizando-se de diálogo, diversas tensões geopolíticas e diplomáticas foram eliminadas graças à criação do bloco econômico.

O bloco regional, no entanto, ainda não conseguiu atingir seu objetivo inicialmente proposto há mais de vinte e cinco anos. Como já indica a nomenclatura,

o bloco tem como meta a criação de um Mercado Comum na região, mas, segundo Cignacco (2009) na prática o bloco ainda se encontra em fase de união aduaneira imperfeita, pois a liberação do comércio entre os países-membros não se aplica para todos os tipos de produtos. Este atraso na construção de um mercado comum de fato é justificado por Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2016) também pelo início conturbado e apressado na qual o bloco se configurou e pela não uniformidade das políticas protecionistas e macroeconômicas das duas maiores economias do bloco: Brasil e Argentina.

Imperfeito ou não, o bloco e sua instalação resultou em efeitos de imediato nos países-membros. Segundo Cavusgil, Knight e Reisenberger (2010) nos seis primeiros anos após a instalação do bloco regional, o volume de mercadorias comercializadas entre os países membros triplicou. Além disso, vários acordos foram assinados com outros blocos regionais como a União Europeia, repercutindo em um aumento do volume comercializado também com países fora do bloco regional.

Segundo o autor, pretendendo no futuro se tornar uma união econômica, o MERCOSUL desde sua fundação vem tentando derrubar as barreiras comerciais e diplomáticas que existem na região e agregar novos membros ao bloco. A Venezuela hoje é um país-membro do bloco econômico e outros países como o Equador, a Colômbia, o Chile e o Peru são países associados com intenção de ingressar plenamente no bloco regional. O governo Lula, iniciado em 2004, tinha, segundo Onuki (2006), como prioridade a nível internacional expandir os projetos de integração para toda a região e tornar o bloco um dos mais relevantes a nível internacional, com o Brasil na liderança.

A intenção de Lula com o fortalecimento do MERCOSUL pode ser compreendida como uma resposta Brasileira à tentativa da expansão da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas). Segundo Oliveira e Lessa (2006), os Estados Unidos, que incentivam o crescimento da ALCA, seria o país líder economicamente desta Área de Livre Comércio. O Brasil, como líder econômico do MERCOSUL, tem a política estratégica de manter o bloco em constante crescimento, pois caso o MERCOSUL se una à ALCA como bloco regional de fato, como já desejado pelos norte-americanos, isto significaria ao Brasil abdicar de uma posição de liderança comercial e diplomática, ficando à sombra do gigante econômico norte-americano.

Embora o governo Lula tenha tratado a expansão do MERCOSUL como

prioridade em seu governo, o mesmo não pôde ser dito das outras economias membras do bloco. Oliveira e Lessa (2006) define o período da década de 2000 do MERCOSUL como o período em que os países membros utilizaram do bloco regional para resolver seus problemas econômicos internos. Além disso, devido à fixação do governo brasileiro em acelerar o crescimento do bloco, criou-se uma visão negativa por parte dos outros países da região de que o Brasil tem utilizado do MERCOSUL para afirmar sua liderança regional sem levar em consideração os interesses dos outros países que não priorizam o mesmo.

O governo Lula, na finalidade de continuar a consolidar a posição brasileira no mercado internacional, iniciada no governo FHC, também deu enfoque à procura e conquistas de novos mercados para atender as demandas e ofertas do país. Segundo Silva (2008) havia a necessidade de aumentar significativamente as exportações nacionais para dar continuidade aos superávits comerciais presentes nos primeiros anos do milênio, e, parte da solução estava em buscar novos mercados, reformar as relações com os já consolidados ou reafirmar antigas parcerias.

Considerando as relações expandidas pelo Brasil no continente sul-americano após a abertura comercial da década de 1990, a seção abaixo analisa separadamente as relações comerciais brasileiras com as economias dos demais continentes e seu impacto na consolidação da internacionalização do país.

2.2.1.1 O Brasil e as relações comerciais extracontinentais

Segundo Silva (2008), os Estados Unidos da América (EUA) sempre foram um parceiro vital do Brasil do ponto de vista internacional. O Brasil é um dos grandes fornecedores de produtos primários para os americanos e em um volume que permitiu que entre o fim da ditadura militar até a virada do milênio a balança comercial sempre fosse superavitária do lado brasileiro. Devido também às políticas de incentivos às exportações da época e as barreiras às importações que imperavam. Mas, os desentendimentos em relação a inserção efetiva da ALCA no continente marcaram as políticas diplomáticas dos dois países no começo do milênio. Segundo Oliveira e Lessa (2006), reafirmar a relação entre os dois por intermédio de novos acordos foi uma das preocupações do governo Lula durante

seus dois mandatos.

A relação do Brasil com o mercado americano vem em uma mudança conforme o país sul americano segue o caminho do desenvolvimento econômico. Segundo Cervo (2008), a partir do momento em que, como um país emergente, o Brasil insiste no desenvolvimento industrial e tecnológico como forma de alcançar o desenvolvimento, mais independente dos Estados Unidos como fornecedor de bens de capital ele deve se tornar, modificando as relações entre os países cada vez mais.

As relações brasileiras com o mercado europeu não eram prioridades para o governo brasileiro, o continente é historicamente um comprador fiel do agronegócio brasileiro. A Europa sempre se mostrou um mercado rígido quanto a seus acordos e exigências, mas, à medida que o MERCOSUL estreitava relações com a União Europeia, como por exemplo, o acordo MERCOSUL-União Europeia, a própria relação do Brasil com o continente se aprimora, principalmente com a porção centro-ocidental do continente. O Acordo MERCOSUL-União Europeia, segundo Cervo (2008) é pensado desde 1995 e tenta estabelecer uma área de livre comércio entre ambos os blocos.

Sobre os continentes africano e asiático, o governo brasileiro desenvolveu, segundo Oliveira (2006), uma chamada “política africana”, em que no contexto da cooperação sul-sul, a África foi definida como parceiro mais relevante para o país.

Segundo Mourão (2006), a política externa brasileira voltou-se ao continente africano visto o contexto da nova ordem econômica que surgia após a independência destes países na segunda metade do século XX. A aproximação brasileira se deu majoritariamente com os países lusófonos e do sul do continente, o atual bloco regional conhecido como SADC, e outros países da costa ocidental do continente. Durante seu governo, Lula ampliou ainda mais as relações comerciais do Brasil com o continente, visitando catorze países, segundo o autor.

A expansão das relações comerciais brasileiras com o continente africano tem beneficiado muito os países locais. Mourão (2006) comenta que Angola, por exemplo, vive um momento de forte crescimento socioeconômico, e sua comercialização com o Brasil principalmente de produtos do setor da construção civil, vêm auxiliando o país neste processo.

Por mais que as relações comerciais do Brasil com o continente vêm se intensificando, Mourão (2006) comenta que a falta de estrutura por parte de muitos países do continente ainda é um limitador para os negócios se expandirem. A África do Sul, por exemplo, a maior economia do continente, é dependente energeticamente de seus vizinhos.

No entanto, ao fim da guerra-fria no final da década de 1980, ficou evidente para o governo brasileiro que o mercado asiático não mais deveria ser desconsiderado. Segundo Oliveira (2006) o leste asiático mostrou ser a opção mais viável, pois o Japão emergia como principal economia global no momento e as regiões do sudeste asiático, mais a China e a Coreia do Sul, se incorporaram neste processo de desenvolvimento econômico acelerado marcado por uma forte industrialização e dinamização das economias locais antes caracterizadas como primariamente agrárias.

Durante boa parte do século XX, o Japão era o principal parceiro comercial brasileiro na Ásia. A proximidade diplomática entre os países, facilitada pelo acolhimento de imigrantes japoneses pelo Brasil no fim do século XIX e início do século XX, permitiu ao Brasil ter boas relações comerciais com o Japão após a reestruturação do país asiático pós-segunda guerra mundial (OLIVEIRA, 2006).

O Japão, segundo o autor, chegou a figurar entre os três maiores parceiros comerciais brasileiros durante a década de 1960 e as relações entre os dois países se aproximavam às relações Brasil e Estados Unidos na época: o país sul-americano exportava matéria-prima enquanto o Japão vendia seus produtos industrializados de alto valor agregado, complementando as necessidades brasileiras de insumos industriais e bens de capital.

As relações comerciais seguiram desta forma até o fim da década de 1980, quando segundo o autor, o Japão mudou o foco de sua comercialização e investimentos para seus vizinhos no continente, o que beneficiaria o desenvolvimento dos mesmos. Desta forma, o Japão deixou de lado o mercado sul-americano, diminuindo o volume comercializado com o Brasil, fato que o governo Lula tentou reverter sem obter muito sucesso (CERVO, 2008).

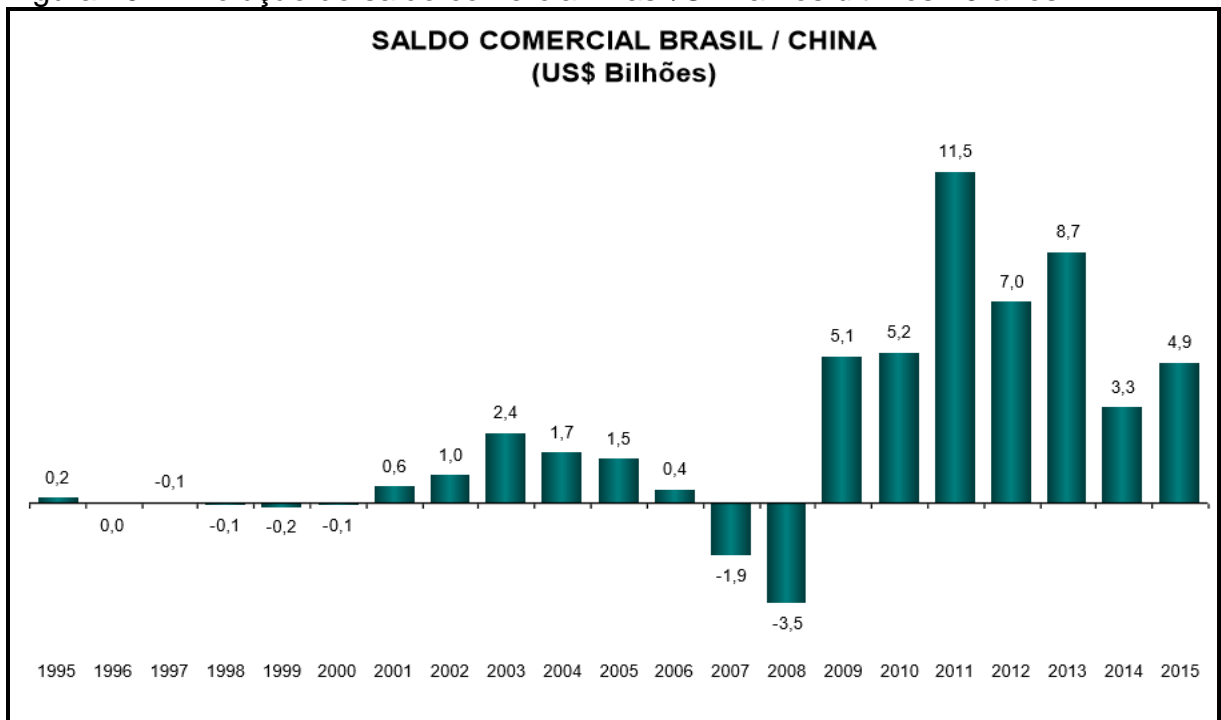
Segundo Oliveira (2006) essa redução das negociações entre os dois países deriva do fato de que nenhum dos países na época tinha conhecimento do potencial do outro como líderes de seus mercados regionais. Além do Japão, outro

país com que o Brasil estabeleceu as primeiras relações comerciais na Ásia durante o século XX foi a China. Entretanto, em um contexto diferente do japonês.

No contexto de cooperação sul-sul, a China foi o único país asiático em que foram estabelecidos laços significativos, segundo Oliveira. Durante as décadas de 1970 e 1980 foram efetuadas as primeiras transações comerciais entre os países que, mesmo modestas, faziam parte da parceria diplomática de ambos os países como líderes do bloco subdesenvolvido frente às economias desenvolvidas. Na década seguinte, no entanto as relações entre os dois países começariam a se estreitar, conforme a Figura 10.

A partir da década de 1990, especialmente do governo de Itamar Franco, o Brasil começou a ver a Ásia como mercado ideal para diversificar sua economia. Os países asiáticos apresentavam boas taxas de crescimento anual e demanda pelos produtos Brasileiros. Ampliando suas relações com China, Coreia, Japão e ASEAN durante o período, o Brasil esperava copiar o modelo asiático de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico que via na época como modelo a ser seguido. (OLIVEIRA, 2006).

Figura 10 – Evolução do saldo comercial Brasil/China nos últimos 20 anos.



Fonte: Adaptado de Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI (2015).

Oliveira (2006) comenta que o mercado asiático no passado recente se

tornou tão importante para o Brasil, que uma das preocupações do governo Lula era a inauguração da rodovia que ligasse o Brasil ao oceano Pacífico, por onde o país escoaria sua produção direta para os mercados da Ásia em uma parceria com o governo peruano. Outra prova dessa importância é o crescimento da representatividade do continente asiático nas comercializações internacionais do Brasil durante os primeiros anos do governo Lula, quando em 2005 as exportações para o Leste Asiático representavam 15,7% do total nacional e as importações 22,9%.

Esta expansão e diversificação de mercados intensificada pelo governo Lula, principalmente entre 2003 e 2007, teve como principal objetivo dar continuidade à afirmação internacional do país no cenário internacional global iniciada pelo presidente anterior Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, segundo Silva (2008) Lula havia estipulado que em seu governo o Brasil a meta nacional seria atingir a casa de 100 bilhões de dólares em exportações até 2006.

Segundo o autor, para alcançar esta meta, Lula criou medidas direcionadas às micro e médias empresas incentivando sua participação nas exportações do país. O resultado disto veio ainda em 2005 quando o país alcançou a marca de US\$ 118 bilhões em exportações, o maior resultado da história do país. É importante notar, no entanto, que no mesmo ano as importações também mantinham seu crescimento, alcançando o valor de US\$ 73 bilhões.

Entretanto, mesmo conseguindo aumentar tanto sua abrangência de mercado na última década, o Brasil ainda não possui um volume comercializado a nível internacional condizente com sua capacidade produtiva. Silva (2008) argumenta que o governo vai de encontro com estas informações e cada vez mais busca incentivar as exportações nacionais para que o quinto país mais populoso do mundo e nona maior economia em 2016, deixe de representar apenas 1% de participação tanto nas exportações globais quanto nas importações efetuadas. No cenário atual, deste ano de 2016, aonde a crise econômica interna brasileira vem afetando a balança comercial nacional, algumas incertezas quanto ao futuro do país no mercado internacional vêm sendo debatidas pelos especialistas.

2.2.2 O cenário atual – O Brasil pós-governo Lula

Em janeiro de 2011, a primeira presidente mulher da história do Brasil, Dilma Rousseff, assumiu o cargo substituindo o companheiro de partido Luís Inácio da Silva. Devido suas proximidades ideológicas de partido, Dilma Rousseff tentou dar continuidade a algumas das políticas externas praticadas por Lula. Uma destas foi a reaproximação com a economia americana, quando em 2011 e 2012, segundo Walter Neto (2012), a presidente Dilma e o presidente norte-americano Barack Obama travaram negociações em prol da redução do protecionismo cambial americano aos produtos brasileiros exportados para o país. Por sua vez, os americanos exigiram participar dos investimentos no Brasil necessários para execução dos eventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas em 2016, além de apoio nas políticas externas norte-americanas no oriente médio.

Entretanto, não foi em todos os aspectos da política externa de Lula que Dilma deu continuidade. A política comercial brasileira com os parceiros do continente africano, prioridade da política de cooperação sul-sul de Lula, foi praticamente ignorada pela presidente Dilma em seu primeiro mandato. Segundo Fingermann (2015), Lula deixou para Dilma em 2010 o valor de R\$1,6 bilhões em investimentos da cooperação sul-sul, um valor recorde que trouxe muitas expectativas para a forma como a presidente eleita continuaria tal política. Infelizmente para os investidores, os dados referentes ao governo Dilma indicam que a cooperação sul-sul foi deixada em planos secundários devido às políticas de cortes de orçamento realizados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Evidências disto são os US\$ 27,8 milhões de dólares que em 2014 foram investidos no continente africano. Este número representa uma redução de 25% em comparação com os US\$ 36,9 milhões de 2012. Fingermann (2015) analisa que o Brasil estaria substituindo as políticas de cooperação sul-sul pela cooperação norte-sul, onde buscando parcerias com países desenvolvidos, como a Alemanha e os Estados Unidos, o Brasil daria continuidade aos investimentos no continente sem depender exclusivamente do seu capital.

Outra prioridade do governo Lula que teve importância reduzida no governo Dilma Rousseff foi o MERCOSUL. As crises políticas e econômicas no Paraguai e Venezuela atingiram o bloco regional como um todo, e, a opção da presidente em dar prioridade aos aspectos domésticos de sua economia afetaram as tomadas de decisão da cúpula do MERCOSUL. Segundo Leão (2016), o bloco

regional perdeu o líder e autoridade continental que era Lula durante seu mandato, quando o presidente tomava a frente das decisões. Esta foi uma das características que segundo o autor faltou à presidente Dilma durante seu mandato e que deixou o bloco regional sem um líder que levasse à frente as propostas para o crescimento do continente.

Segundo o autor, a presidente Dilma, além dos aspectos de política externa, também teve problemas de administração das finanças de seu governo, o que no seu segundo mandato, iniciado em 2015, causou uma perda do controle sobre as contas do país e uma seguinte crise econômica e política afetando diversos setores da economia nacional, aumentando o índice de desemprego e a inflação. O agravamento da situação econômica e política do país levaram ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, sendo sucedida pelo atual presidente da república Michel Temer.

A crise na qual o país tem enfrentado pouco se relaciona com a crise financeira mundial que abalou o mundo em 2008, e sim é uma crise política que veio a desestabilizar as bases da economia nacional, causando uma crise econômica por consequência. Segundo Leão (2016), decisões equivocadas do governo e conflitos partidários podem ser apontadas como causas maiores para a crise iniciada em 2015. Diversos escândalos de corrupção envolvendo a alta cúpula do governo Rousseff e a falta de planejamento econômico, segundo o autor, envolvendo principalmente o pagamento dos juros e a incapacidade de controlar a dívida pública nacional comprometeu a popularidade do governo da presidente para com o eleitorado e os demais políticos.

Ainda segundo o autor, encarando um *déficit* econômico pela primeira vez em anos, o Brasil viu a crise política transformar-se em crise econômica no momento em que os escândalos afetaram a imagem do país também no exterior, desvalorizando a moeda nacional frente ao dólar causando um “efeito dominó” elevou os preços dos produtos e em seguida a inflação que o país tanto combateu durante as últimas décadas. Por consequência à crise, a taxa de desemprego se elevou para mais de 10%, abalando a indústria e reduzindo o poder de compra da população.

Com menor poder de compra e o aumento nos preços, a população deixou de consumir como nos anos anteriores fazendo o volume de capital

circulando, que movimentam a economia, sofrer uma redução. O país entrou em recessão econômica causando um encolhimento do PIB em 5,4% durante os três primeiros meses de 2016 segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Segundo estes órgãos, e o Banco Central em agosto de 2016, a recessão econômica deve continuar em 2017, mas, já se percebe que a crise está perdendo intensidade.

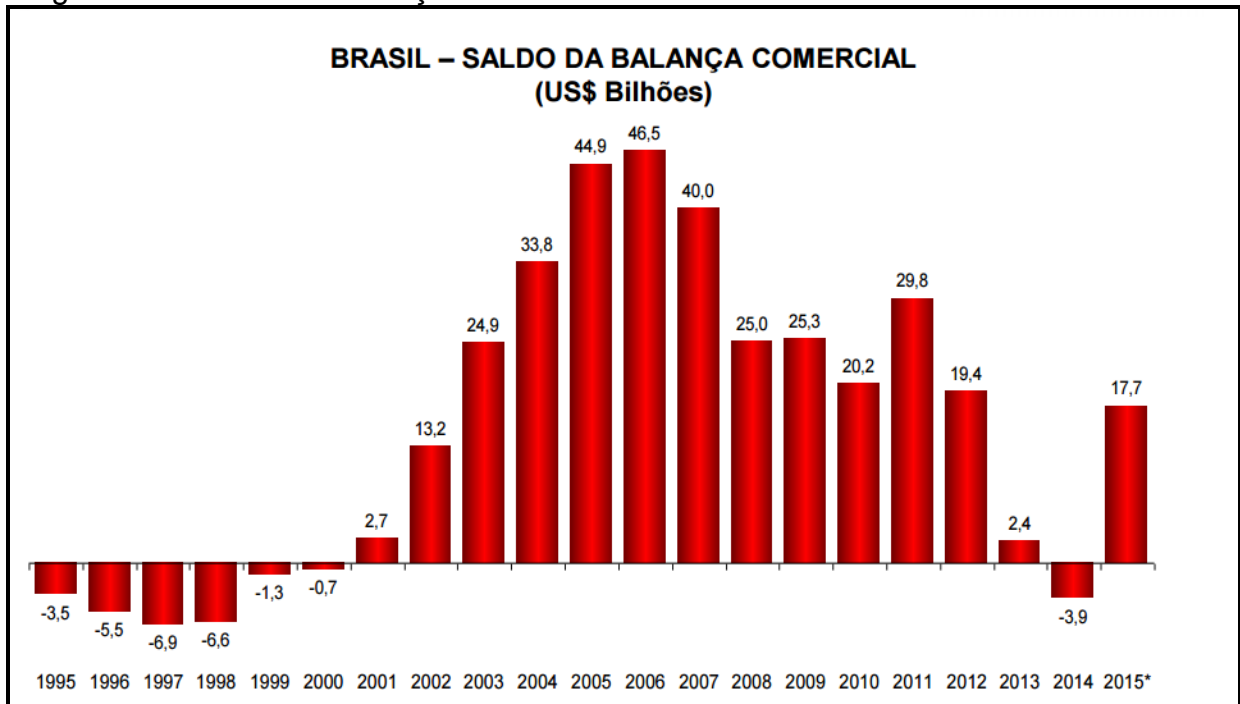
Mesmo em meio à crise é importante destacar que, como exceção ao resto do país, segundo o IBGE (2016), em junho o comércio exterior brasileiro registrou bons resultados em meio à crise atual. As exportações aproveitaram a alta do dólar registrando um crescimento de 13%. Isto evidencia a atividade como alternativa de arrecadamento de capital visto a queda de consumo no mercado interno.

Desta forma, o comércio exterior pode ser visto novamente como alternativa para alavancar o crescimento econômico nacional, como ocorrido no final do século XX. Este foi o discurso adotado pelo vice-governador do estado de São Paulo e secretário de desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e inovação, Márcio França em 2016. Incentivando as empresas a exportarem, o governo consegue arrecadar mais dinheiro e coloca naturalmente uma quantidade interessante de capital circulando no mercado interno, o que significaria o primeiro passo para sanar a recessão econômica nacional. Este seria, segundo o vice-governador paulista, o momento ideal para que se olhe atentamente para os resultados da balança comercial do país como termômetro econômico brasileiro.

2.3 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

A balança comercial brasileira é composta pelas relações das atividades de exportação e importação realizadas pelo país em um determinado período de tempo. Neste subcapítulo serão descritas as naturezas e características que definem as exportações e importações do país moldando a balança comercial ilustrada na Figura 11.

Figura 11 – Saldo da Balança comercial brasileira entre 1995 – 2015.



Fonte: Adaptado de Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI (2015).

Segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB (2016) entre os anos de 1995 até 2000 a balança comercial do país era deficitária, ou seja, saía mais dinheiro do país do que o Brasil recebia, os valores das importações eram superiores às exportações.

Esta situação viria a se reverter a partir de 2001 até 2006, quando o saldo comercial brasileiro se caracterizou como superavitário, quando as exportações superaram as importações. Segundo dados da AEB (2016), a valorização do real em 2007 serviu como incentivo às importações, fazendo os superávits comerciais se reduzirem, entretanto, em 2011 a situação se reverteria a favor do superávit econômico brasileiro novamente.

Tendo em vista esta tênue relação que as atividades de exportação e importação desempenham na saúde da economia brasileira, segundo Maia (2001), ambas as atividades devem ser analisadas separadamente para que se obtenha uma visão mais precisa da situação comercial do país.

2.3.1 Importações brasileiras

Silva (2008) acrescenta que as atividades de importação realizadas por

um país podem ser definidas como a busca de atender necessidades ou desejos de um país por intermédio da compra de uma mercadoria tangível ou intangível que em seu território não seja produzido de maneira competitiva. No Brasil os produtos comercializados adotam a NCM para classificação, ou seja, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL para elencar os produtos de forma a facilitar o controle e taxaço.

O Brasil foi durante grande parte de sua existência no comércio internacional um país muito rígido quanto as suas importações. Segundo Keedi (2011) o Brasil sempre utilizou de medidas protecionistas à sua economia para que o capital não deixe o país, criando um superávit controlado.

Entretanto, segundo Silva (2008), o Brasil nunca foi um país autossuficiente em todas as áreas de sua economia, portanto, o Brasil precisa contar com fornecedores internacionais para atender sua demanda de, principalmente, produtos industrializados.

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC (2016), as importações no Brasil são exercidas por meio da Licença de Importação (LI) e da Declaração de Importação (DI) no SISCOMEX, sob anuência de diversos órgãos anuentes sob regularização da SECEX para que em seguida se dê início ao despacho aduaneiro de importação junto à Secretaria da Receita Federal.

O Sistema de Análises das Informações de Comércio Exterior (*Alice Web*) que mantém informações atualizadas mensalmente sobre a balança comercial brasileira, consegue caracterizar detalhadamente aspectos das importações que ocorreram no país desde a abertura comercial do país. Por meio desta ferramenta é possível se analisar meticulosamente de que se compõem as relações comerciais do Brasil sobre os mais variados produtos, países, blocos econômicos, entre outros.

Desde 1997, segundo o *Alice Web* (2017), as importações representam um total de US\$2,76 trilhões na balança comercial brasileira e deste total US\$160 bilhões (5%) corresponde a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) correspondente ao Óleo Bruto de Petróleo. Este NCM é disparado o produto mais importado pelo país em relação a valor agregado, pois o segundo colocado, o Gasóleo (óleo diesel) equivale a US\$58 bilhões, quase três vezes menos, conforme tabela dos cinco produtos mais importados pelo Brasil.

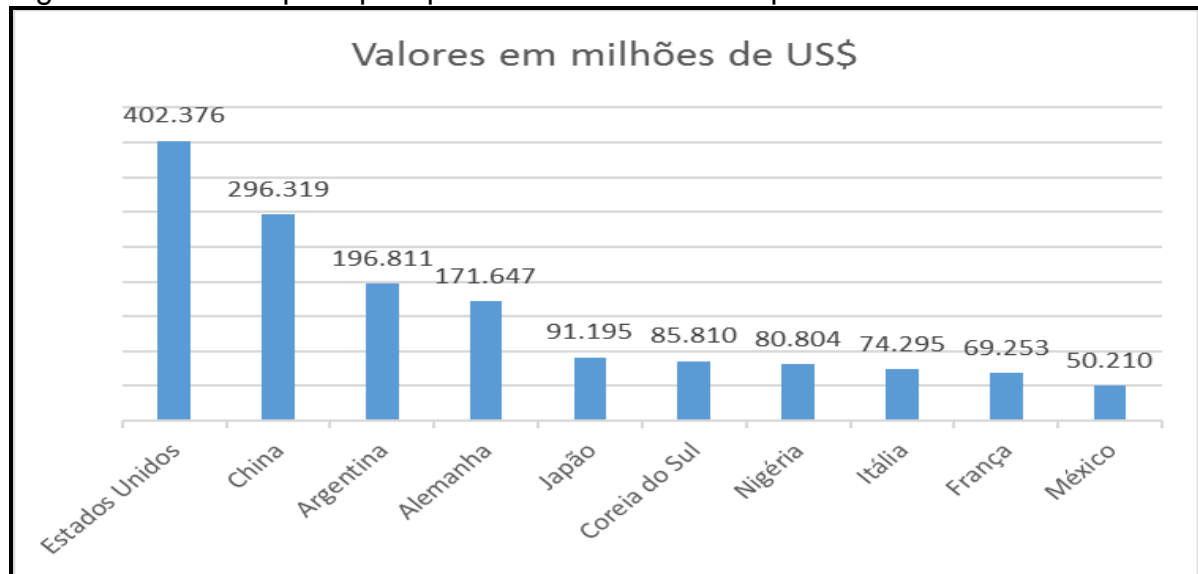
Quadro 2 - Os cinco produtos mais importados pelo Brasil desde 1997 (por NCM).

NCM	PRODUTO IMPORTADO	VALOR EM US\$
27090010	Óleos brutos de petróleo	161.931.518.626
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	58.547.563.663
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	50.183.032.066
31042090	Outros cloretos de potássio	33.890.941.918
27112100	Gás natural no estado gasoso	29.632.006.195

Fonte: Elaboração própria a partir de ALICEWEB (2017).

O Sistema de Análises das Informações de Comércio Exterior (2016) descreve também os principais fornecedores brasileiros a nível internacional conforme a Figura 12.

Figura 12 - Os dez principais países fornecedores de produtos ao Brasil desde 1997.



Fonte: Elaboração própria a partir de ALICEWEB (2017).

Segundo o banco de dados, os Estados Unidos é o maior responsável pelas importações do Brasil representando US\$ 402 bilhões, seguido pela China (US\$296 bilhões), Argentina (US\$196 bilhões), Alemanha (US\$171 bilhões) e Japão (US\$ 91 bilhões), países em grande maioria fornecedores globais de produtos manufaturados e de alto valor tecnológico agregado, justificando sua representatividade na balança comercial brasileira. Importante mencionar a participação da Nigéria neste gráfico: o país é um dos grandes fornecedores de óleo bruto de petróleo para o Brasil e este produto representa US\$75,8 bilhões de todo o subtotal correspondente (93,8% de todo o valor importado do país) segundo a fonte de base de dados.

2.3.2 Exportações brasileiras

Como atividade que representa a aquisição de mais capital para a economia, a Exportação é a atividade que recebe o maior incentivo pelo governo Brasileiro desde antes da abertura do país para o mercado externo. Silva (2008) define sucintamente que as exportações são a venda de mercadorias ou serviços de um país a outro.

É importante que, antes de se internacionalizar, o país em questão avalie não apenas a capacidade produtiva de sua malha industrial, mas também a capacidade de exportar que há em seu território, a situação de sua infraestrutura. Castro (2008) elenca que a quantidade de portos, de vias de transportes e regularização dos órgãos necessários para fiscalizar tal atividade é essencial para que se obtenha um bom desempenho nas exportações.

As exportações sempre foram o ponto determinante da análise econômica situacional em que o Brasil se encontra. Segundo Keedi (2011) os níveis de vendas para o mercado externo desde séculos era o fator que determinava o crescimento nacional. O autor inclusive relata que a economia brasileira é dividida historicamente em ciclos, conforme a commodity predominante nas exportações brasileiras.

Desde o período colonial o Brasil foi um país fornecedor de matéria-prima, insumos e outros produtos básicos para o mercado internacional. Produtos estes que não possuem muito valor agregado, reduzindo sua representatividade para a balança comercial do país. A partir disto, a AEB (2016) descreve que é difícil prever o futuro das exportações brasileiras, pois a demanda de commodities por parte do mercado externo é extremamente variável e independente do controle e influências do Brasil.

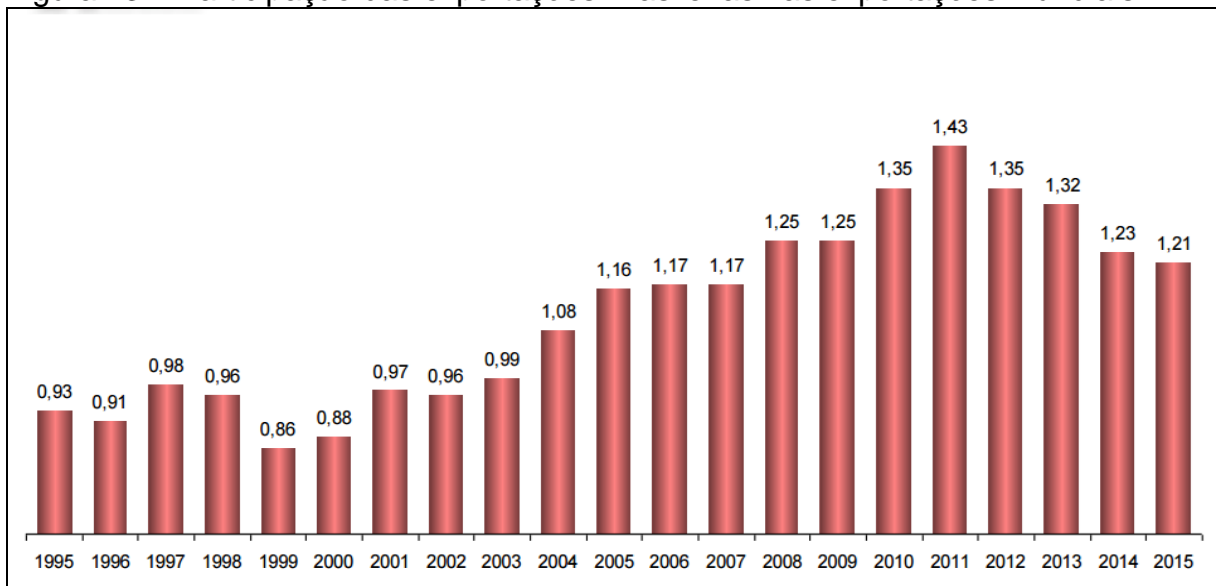
Entretanto, após a abertura comercial do país no final da década de 1990, o país vem passando por um processo de mudança lenta em relação a suas exportações. Silva (2008) define que o país passou a ter acesso a novas tecnologias de qualidade a preços acessíveis, fazendo com que as empresas exportadoras do país começassem a modernizar seu processo produtivo, o que causa uma elevação na qualidade dos produtos manufaturados do país. Segundo o autor, graças à globalização, pequenas empresas também passaram a ter a capacidade de conquistar clientes no mercado externo de maneira mais atrativa comparando com

as alternativas existentes em território nacional.

Levando tais informações em consideração, pode-se justificar o aumento nos valores das exportações desde o começo do século devido as grandes empresas conseguir aumentar seu volume de produção e o aumento do valor agregado aos produtos exportados, e também ao fato de que novas empresas passaram a trabalhar com esta atividade.

Mesmo apresentando um crescimento constante desde a abertura comercial, segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil, em nenhum ano as exportações brasileiras representaram 2% do total exportado pela economia global.

Figura 13 – Participação das exportações Brasileiras nas exportações mundiais.



Fonte: Adaptado de Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI (2015).

O Sistema de Análises das Informações de Comércio Exterior (*Alice Web*) que mantém informações atualizadas mensalmente da balança comercial brasileira consegue caracterizar detalhadamente aspectos das exportações brasileiras ocorridas nestas últimas décadas.

A partir de dados do *Alice Web* (2016), desde 1997, o Brasil arrecadou aproximadamente US\$ 2,75 trilhões com exportações, destes, US\$ 2,3 trilhões (85% do total) foram após o início do governo Lula em 2003 quando o país passou a intensificar e diversificar sua participação de mercado, refletindo o papel de seu governo como consolidador da presença do país como agente importante no

mercado global.

Ainda a partir da base de dados, verifica-se como os produtos básicos e matérias-primas são os grandes responsáveis pelo superávit comercial Brasileiro. O Quadro 3 elaborado a partir de dados do *Alice Web* quanto aos produtos mais exportados pelo Brasil corrobora essa situação.

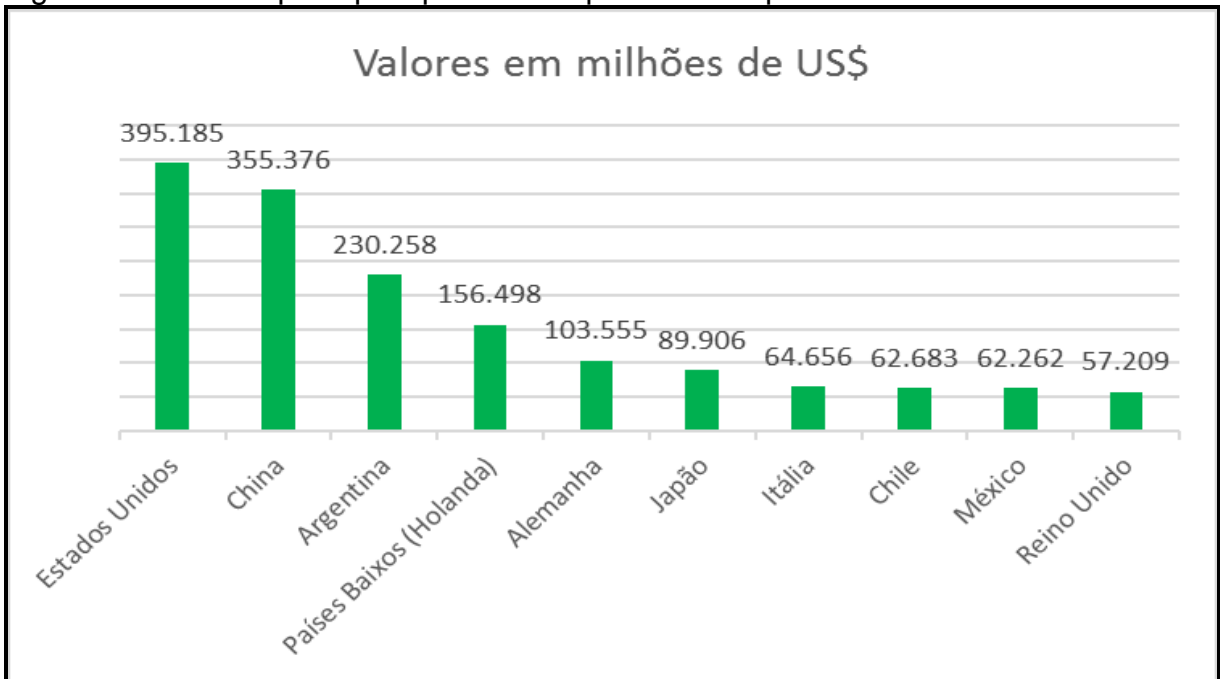
Quadro 3 - Os cinco produtos mais exportados pelo Brasil desde 1997 (por NCM).

NCM	PRODUTO EXPORTADO	VALOR EM US\$
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados	200.682.216.423
27090010	Óleos brutos de petróleo	159.606.171.390
12019000	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	103.628.466.995
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	91.232.990.450
23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	72.865.303.180

Fonte: Elaboração própria a partir de ALICEWEB (2017).

Considerando as informações disponibilizadas no Quadro 3, entre os cinco produtos de maior valor exportados no período analisado entre janeiro de 1997 e setembro de 2016, todos são produtos primários minerais ou alimentícios de forma bruta ou que passaram por um processamento inicial que permite sua comercialização, destes, o minério de ferro foi o produto mais comercializado no período analisado atingindo o valor de US\$ 200 bilhões (quase 14% do total) e impressionantes quatro trilhões de toneladas. Também merece destaque o Óleo Bruto de Petróleo que ocupa atualmente a segunda colocação da lista, devido principalmente ao alto valor agregado que possui e a crescente exploração petrolífera que ocorre no país devido às novas reservas encontradas.

Figura 14 - Os dez principais países compradores de produtos do Brasil desde 1997.



Fonte: Elaboração própria a partir de ALICEWEB (2017).

Segundo os dados do *Alice Web* (2017), o maior parceiro comercial Brasileiro é os Estados Unidos representando aproximadamente US\$ 395 bilhões das exportações brasileiras, aproximadamente 14% do total. Em segundo colocado encontra-se a China (355 bilhões de dólares) seguida por Argentina (US\$ 230 bilhões), Holanda (US\$ 156 bilhões) e Alemanha (US\$ 103 bilhões).

Segundo Silva (2008), é importante frisar que, devido à tentativa de industrialização das exportações brasileiras, produtos como motores, carros, tratores, aviões, chassis de veículos entre outros produtos manufaturados ou semimanufaturados figuram cada vez mais alto na lista de representatividade das exportações devido incentivo do governo em atuar no mercado externo não apenas como exportador de *commodities*.

O Brasil, desde antes de sua abertura comercial, é conhecido por ser um país protecionista, ou seja, que adote medidas protecionistas para não prejudicar sua indústria devida práticas abusivas por partes dos outros países e assim se manteve até os anos recentes segundo a Organização Mundial do Comércio (2015). Esse conjunto de medidas de prevenção à prática desleal de comércio é conhecido como Defesa Comercial.

2.3.3 O Brasil e a defesa comercial

Após a abertura comercial ocorrida em diversas partes do globo no fim do século XX e a queda significativa das barreiras comerciais existentes, o número e fluxo das negociações entre os países aumentou como nunca visto. Na mesma intensidade cresceram os casos de ocorrência de medidas *antidumping* segundo Vasconcelos (2005), causando preocupação para a Organização Mundial do Comércio (OMC), pois tais medidas interferem crucialmente nas estratégias comerciais aplicadas pelos países.

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para que as atividades de comércio exterior ocorram sem complicações no Brasil, o mesmo ministério em parceria com a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) possuem um departamento especializado em supervisionar os casos de defesa comercial ocorridos durante as negociações brasileiras: o Departamento de Defesa Comercial (DECOM).

A Defesa Comercial, segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2016) se caracteriza como um conjunto medidas de proteção aos produtores nacionais quando em uma comercialização com o exterior se evidencia alguma medida desleal praticada pela outra parte no negócio que causaria danos à indústria doméstica. Segundo o MDIC, os relatos de prática de dumping, medidas de salvaguarda e compensatórias ou subsídios que se caracterizem como danosas serão investigadas pelo DECOM e em seguida terá seus direitos de proteção aplicados pela Câmara de Comércio Exterior, a CAMEX.

Para Barral (2002), existe cinco principais causas que levam a um país tornar-se protecionista economicamente: A tentativa de **proteger sua indústria nacional** e por consequência os **empregos** gerados pela mesma; a **formação de acordos regionais** que discriminem ou privilegiem a negociação de determinado produto entre membros ou não-membros; devido **medidas de sanção** no Direito Internacional como forma de punição causadas por ações desleais de mercado; ou finalmente causada por **grupos de pressão** que influenciam determinados setores da economia.

Segundo o MDIC (2016), a história da defesa comercial brasileira se deu início em 1979 quando o país assinou os Acordos Antidumping e de Subsídios e

Medidas Compensatórias do GATT em Tóquio, na década seguinte tais medidas acordadas se integrariam à jurisdição nacional, devido a necessidade de substituir as medidas de proteção que estavam em vigência na época que envolvia um rigoroso controle das importações, o que gerava um desgaste com o GATT que defendia a abertura comercial das economias.

Antes da criação do DECOM em 1995 por Fernando Henrique Cardoso, os assuntos de defesa comercial eram tratados pela Comissão de Política Aduaneira (CPA) segundo o site do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços (2016). Em 2001 foi assinado o decreto que regularizava as competências da CAMEX no âmbito de defesa comercial. A Câmara ficaria responsável pela aplicação das medidas provisórias; homologar compromissos de preços praticados; encerrar as investigações a partir da aplicação das medidas definitivas necessárias; suspender, alterar ou prorrogar medidas definitivas e revisar direitos definitivos ou compromissos de preços.

Do ponto de vista internacional, segundo Gerber (2011) a Organização Mundial do Comércio (OMC) zela que em investigações de defesa comercial as partes envolvidas cheguem a uma decisão mutuamente satisfatória, desta forma evita-se prejuízos maiores às relações comerciais e diplomáticas entre os países envolvidos.

É importante levar em consideração que a demanda pela defesa comercial varia entre os diferentes setores da indústria nacional. Mazagão (2008) analisa a Teoria da Proteção Endógena (TPE) que consiste em diversas pesquisas que tentam explicar a existência de diferenças entre as barreiras comerciais entre diferentes setores de uma economia tentando relaciona-las com as demandas de mercado e vantagens comparativas. O autor frisa que a TPE ainda se encontra em desenvolvimento pelos pesquisadores e poucos trabalhos possuem uma metodologia que possa considerar-se conclusiva de forma útil para efeitos acadêmicos, muito disto se deve as constantes mudanças que este “protecionismo moderno” transcorre em curtos períodos de tempo ou devido às circunstâncias do mercado que devem ser levadas em consideração como as recentes crises econômicas.

As medidas de defesa comercial variam entre duas naturezas e podem ser enquadradas ou aplicadas sobre diferentes contextos e justificativas, de acordo

com o Quadro 4.

Quadro 4 – Classificações das medidas de defesa comercial.

NATUREZA	TIPOS
Barreiras Tarifárias	Valoração Aduaneira
	Imposto de Importação
	Taxas
Barreiras Não-Tarifárias	Restrições Quantitativas
	Licenciamento de Importação
	Procedimentos Alfandegários
	Dumping e medidas Antidumping
	Circunvenção e medidas Anticircunvenção
	Subsídios e Medidas Compensatórias
	Medidas de Salvaguarda

Fonte: Adaptado de Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2013).

Segundo o MDIC as barreiras tarifárias se caracterizam como aquelas na qual as medidas de defesa comercial aplicadas incidem em impostos e tarifas adicionais elevando o preço do produto desestimulando a importação do mesmo. Entretanto são duas barreiras de características não-tarifárias que se destacam: as medidas *antidumping* e compensatórias.

As medidas *antidumping* são uma das formas mais comuns de defesa comercial segundo o MDIC. Estas medidas têm como objetivo evitar que o mercado nacional seja prejudicado por preços considerados dumping, vendidos abaixo do valor normal nacional, prática considerada ilegal e desleal pela OMC, pois enfraquece o poder de venda daquele mesmo produto por parte do país importador, enfraquecendo a indústria. As investigações de dumping devem não apenas evidenciar a prática do mesmo, mas os danos que seriam causados a produção doméstica daquele país.

As medidas compensatórias, por sua vez, segundo o decreto nº 1.751 de 19 de Dezembro de 1995 da Casa Civil da Presidência da República, envolvem evitar os efeitos de qualquer subsídio concedido para produção, transporte ou comercialização de determinado produto. Ou seja, compensar os benefícios dados para um país exportador que ao realizar a tarefa que foi subsidiada a realizar, causaria danos ao mercado doméstico.

Por último, o MDIC classifica as medidas de salvaguardas como medidas temporárias de preservação da indústria nacional que esteja ameaçado de prejuízo

devido aumento das importações de um produto em questão. Segundo o ministério, A salvaguarda permite que a indústria doméstica ganhe tempo para ajustar sua competitividade vista a fragilidade e deterioração que ameaçava a mesma.

As medidas de defesa comercial, segundo Munhoz (2004), são importantíssimas para que o governo tenha controle sobre a proteção de sua indústria doméstica em meio a atual realidade do comércio internacional de incentivos constantes à internacionalização e fim dos protecionismos econômicos. O Brasil é, atualmente, considerado um país altamente protecionista, adotando principalmente de medidas *antidumping* para defender seus interesses nacionais e proteger sua indústria local. Este comportamento é muito perceptível ao se analisar o número de medidas de defesa comercial que entraram em vigor durante o mandato do presidente Lula.

Quadro 5 – Variação do número de medidas de defesa comercial Brasileiras em vigor durante o governo Lula (países com maior número de medidas ao final do mandato).

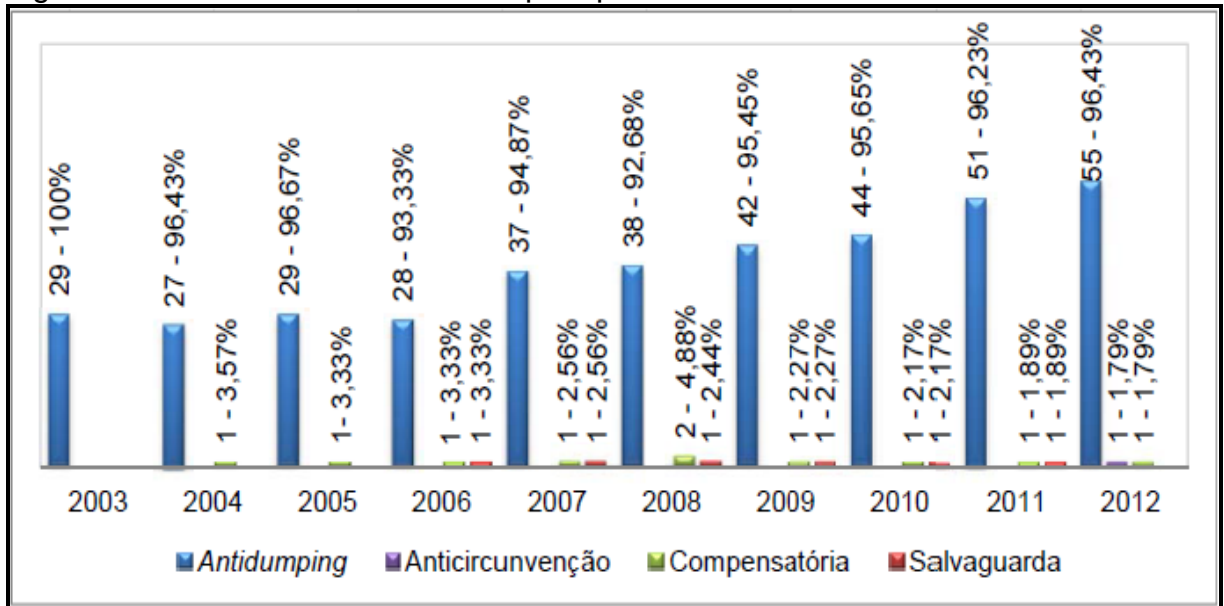
PAÍS	Nº DE MEDIDAS (2010)	Nº DE MEDIDAS (2003)
China	29	12
EUA	9	4
Índia	6	2
União Europeia	4	2
Tailândia	4	1
Indonésia	3	0

Fonte: Adaptado de Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2013).

A partir das informações do Quadro 5 é importante observar que dentre os países na qual o governo mais aplicou medidas protecionistas, três deles estão entre seus maiores parceiros comerciais (China, EUA e União Europeia), evidenciando o comportamento protecionista Brasileiro até com seus grandes comerciantes devido à alta competitividade representada pelos mesmos. Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2013) analisam que, em média, o Brasil elevou anualmente o número de medidas de defesa comercial em quase 8% entre os anos de 2003 e 2012, quando alcançou o recorde de 57 medidas vigentes na tentativa de proteger sua indústria em meio ao constante aumento nas importações.

A Figura 15 evidencia como as ações antidumping são a grande maioria nestes números:

Figura 15 – Quantidade de medidas por tipo entre os anos de 2003 até 2012.



Fonte: Adaptado de Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2013).

O próximo capítulo abordará a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa em conformidade com o objetivo geral e os específicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante a realização de uma pesquisa científica, segundo Oliveira (2011), é fundamental que se respeite métodos e padrões, para que, a partir de um procedimento formal, se validem os resultados desta pesquisa por meio de uma avaliação em comum às outras pesquisas. Segundo Silveira e Gerhardt (2009), estes métodos são o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para a realização de uma pesquisa. Por consequência, metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (SILVEIRA e GERHARDT, 2009).

Para tanto, destaca-se nas próximas seções o delineamento da pesquisa, definição da área e/ou população-alvo, bem como o plano de coleta e análise dos dados da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Durante a definição do delineamento da pesquisa existem dois elementos essenciais para a natureza que caracterizará os procedimentos: a sua forma de abordagem e seus fins. As duas principais formas de classificação quanto à abordagem da pesquisa, segundo Silva (2014), são de natureza qualitativa, ou de natureza quantitativa. Segundo o autor, na natureza qualitativa não existe a preocupação com técnicas estatísticas ou medidas, não há o enfoque na frequência na qual o fenômeno estudado ocorre, mas sim a compreensão da natureza daquele fenômeno e suas consequências.

Já a natureza quantitativa, segundo Oliveira (2011), valida suas hipóteses a partir de análises estatísticas. E ainda existe a direção de natureza quanti-qualitativa, também chamada de mista, na qual há a necessidade de utilizar das abordagens de ambas as naturezas para que se prove a hipótese desejada (OLIVEIRA, 2011).

Com base nestas definições, a natureza desta pesquisa se caracterizou como essencialmente qualitativa, com enfoque na natureza dos fenômenos descritos nos objetivos, na qual, mesmo apresentando elementos numéricos como peso, quantidade, moeda e percentual, não se caracterizam como fatores para análises

probabilísticas.

Quanto às classificações dos fins da pesquisa, segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2006), destacam-se dentro de uma pesquisa os diferentes níveis de manifestação que uma pesquisa pode apresentar-se são: explicativa, exploratória, descritiva ou correlacional (Quadro 6), conforme alinhados com base nos objetivos específicos propostos.

Quadro 6 - Tipos de pesquisa conforme seus fins.

FINS DA PESQUISA	OBJETIVOS
Exploratória	Examinar um tema pouco estudado.
Descritiva	Especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise.
Explicativa	Estabelecer as causas dos acontecimentos, fatos ou fenômenos estudados.
Correlacional	Avaliar a relação entre duas ou mais variáveis ou conceitos.

Fonte: Adaptado de Sampieri, Collado e Lúcio (2006).

Com base nessa definição, a pesquisa se caracterizou como descritivo-explicativa. Isto justifica-se, pois, conforme os conceitos apresentados pelos autores, há a necessidade de justificar a ocorrência dos fenômenos a serem estudados, conforme os objetivos propostos. Esta necessidade é devida à natureza analítica da presente pesquisa. Além de analisar, a pesquisa configura-se de forma que terá de apresentar, expor e examinar as variáveis e fatores que venham a ser encontrados durante a pesquisa, caracterizando-a também como descritiva.

Para que os objetivos apresentados sejam alcançados, a pesquisa descritivo-explicativa utilizou como meios de investigação fontes bibliográficas e documentais. Segundo Silveira e Gerhardt (2009) as pesquisas bibliográficas são desenvolvidas a partir do levantamento de dados já analisados previamente e publicados em algum meio de divulgação como livros, artigos, revistas, entre outros. Entretanto, mesmo já existindo esta análise anterior, Lakatos e Marconi (1991) comentam que a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi escrito sobre o assunto em questão, mas sim, possibilita um exame sob novo enfoque ou abordagem trazendo novas conclusões.

Segue no Quadro 7 a relação das principais referências bibliográficas utilizadas na fundamentação teórica presente no capítulo 2, segregadas a partir dos diferentes temas abordados.

Quadro 7 - Referências utilizadas na elaboração do marco teórico.

SUBCAPÍTULOS	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
2.1 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO E CONTEXTO GLOBAL	Bacic (1993); Baumann (1996); Dos Santos (2001); Klare (2001); Ferreira (2004); Campos (2007) Cervo (2008); Silva (2008); Cignacco (2009) Cavusgil (2010); Moreira (2012) e Pignata (2015).
2.1.1 A regionalização e os blocos econômicos	Baumann (1996); Furtado (1998); Maia (2001); Cervo (2008); Silva (2008); Cignacco (2009); Cavusgil (2010) e Deakin (2016).
2.1.2 Desenvolvimento socioeconômico: economias desenvolvidas, emergentes, em transição e em desenvolvimento no século XXI	Arbix et al (2002).
2.1.2.1 Economias desenvolvidas	Norris (2006); Silva (2008) e Cavusgil (2010).
2.1.2.2 Economias emergentes	Arbix et al (2002); FMI (2009); BBVA (2014); Ramos (2014) e Ribeiro (2015).
2.1.2.3 Economias em desenvolvimento e em transição	Arbix et al (2002); FMI (2009); Machado (2009) Popov (2009) e Cavusgil (2010).
2.2 MERCADO INTERNACIONAL – HISTÓRICO BRASILEIRO	Coutinho (1996); Rigolon e Giambiagi (1999); Rego et al (2003); SECEX (2006); Cervo (2008); Silva (2008); Souza (2008) e AEB (2016).
2.2.1 Regionalização e globalização – o Brasil consolidando sua internacionalização	Lessa (2006); Onuki (2006); Cervo (2008); Silva (2008); Cignacco (2009); Cavusgil (2010) e Zilli (2016).
2.2.1.1 o Brasil e as relações comerciais extracontinentais	Lessa (2006); Oliveira (2006); Cervo (2008); Mourão (2006) e Silva (2008).
2.2.2 O cenário atual – o Brasil pós-governo Lula	Walter Neto (2012); Fingermann (2015); BACEN (2016); IBGE (2016); Leão (2016) e OCDE (2016).
2.3 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	Maia (2001) e AEB (2016).
2.3.1 Importações Brasileiras	Silva (2008); Keedi (2011); MDIC (2016) e Aliceweb (2017).
2.3.2 Exportações Brasileiras	Castro (2008); Silva (2008); Keedi (2011); OMC (2015); AEB (2016) e Aliceweb (2017).
2.3.3 O Brasil e a defesa comercial	Casa Civil (1995); Barral (2002); Munhoz (2004); Vasconcelos (2005); Mazagão (2008); Gerber (2011); Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2013) e MDIC (2016).

Fonte: elaborado pelo autor.

Os meios documentais, segundo Michel (2015) é aquela realizada por meio de documentos que sejam comprovadas sua validação no meio científico e acadêmico, e, junto com as pesquisas bibliográficas, caracterizaram a natureza dos meios deste estudo.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA

A definição da área, população e amostragem na qual a pesquisa se realizou, segundo Crespo (2002), está intimamente vinculada ao delineamento da

pesquisa definido e influenciou como ocorreu a coleta de dados posteriormente. Segundo o autor, define-se esta etapa como o momento de levantar as características mensuráveis para a pesquisa que devem ser criteriosamente analisados para que os dados que venham a ser levantados forneçam informações relevantes em relação aos objetivos da pesquisa. Para tanto é necessária a definição de uma população que seja a ideal para provir de tais informações relevantes.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2006), a população se caracteriza como o conjunto de todos os casos que se assemelham conforme suas especificações. É o universo da pesquisa, sendo analisada de maneira diferenciada dependendo da natureza da pesquisa como qualitativa ou quantitativa. Em pesquisas probabilísticas é natural que devido o tamanho da população, seja necessária a delimitação também de uma amostra.

Segundo Crespo (2002) é recomendado que uma pesquisa caracterizada como probabilística adote o desenvolvimento de uma amostragem, ou seja, extrair uma parte da população com o propósito de se avaliar esta como um todo. “[...] o estudo de como chegar a conclusões sobre o todo [...] partindo de partes deste todo [...]” (CRESPO, 2002, p.19).

Considerando essas definições, definiu-se que a pesquisa não apresentou características probabilísticas. Dessa forma não se evidenciou a necessidade da delimitação de população e amostragem para o estudo.

Quanto à área do estudo, por sua vez, a mesma abrangeu as economias que apresentam maior representatividade na balança comercial brasileira, delimitadas pelos três diferentes níveis de desenvolvimento econômico analisados nesta pesquisa no período estipulado: economias desenvolvidas, emergentes e em desenvolvimento, além de abranger também a própria economia brasileira.

Para tanto, foram recolhidas no banco de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, focalizando o Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior via *Web* (ALICEWEB) os trinta e dois países na quais o Brasil comercializou entre os anos de 2006 e 2016. A partir desta relação de países, foram selecionados os cinco países mais participantes em corrente de comércio de cada um dos três níveis de desenvolvimento econômico delimitados para análise estratificada.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados em uma pesquisa é definida por Silveira e Gerhardt (2009) como a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou ainda fatores que seja do interesse do investigador desvendar. Segundo os autores, é imprescindível que o instrumento utilizado pelo pesquisador para a coleta de dados transmita validade, confiabilidade e precisão para a execução das futuras análises dos resultados da coleta.

Oliveira (2011) descreve oito técnicas de coleta de dados que permitem ao pesquisador contar com os três fatores imprescindíveis citados pelos autores acima. *i)* Entrevista; *ii)* Questionário; *iii)* Observação; *iv)* Pesquisa Documental; *v)* Pesquisa Bibliográfica; *vi)* A Coleta de Dados Triangulada; *vii)* Pesquisa-Ação; e *viii)* Experimentos.

Quanto à natureza das fontes a serem estudadas, Silva (2014) descreve que a informação pode ser proveniente de uma fonte classificada como primária ou secundária. Segundo o autor, as fontes primárias são as portadoras de dados brutos, ainda não “lapidados”, que carecem de coleta, análise e tabulação. As fontes secundárias, por sua vez, são definidas por Silva (2014) como informações já pesquisadas e sintetizadas, que já estão disponíveis para serem consultadas.

Com base nas definições descritas acima, é possível descrever que a pesquisa se caracterizou como bibliográfica baseada em dados secundários, onde houveram consultas em dados documentais já elaborados, principalmente por órgãos de supervisão das áreas de comércio exterior e do comércio global.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

As definições relacionadas ao processo de classificação da pesquisa indicam ao pesquisador os métodos de coleta e as técnicas de análise dos dados que serão utilizados para a consecução do estudo (SILVA, 2014).

Dentre as principais definições de metodologias para análise de dados para pesquisa, a mesma caracterizou-se como uma análise de conteúdo, pois segundo Moraes (1999) ela permite a interpretação dos fenômenos observados de

uma maneira mais profunda questionando as razões do estado do fenômeno, sua finalidade, consequência, entre outros, por meio de relatórios e outros dados documentais disponíveis.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados conforme os objetivos propostos na pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como intuito apresentar os resultados da pesquisa realizada por meio da coleta nas bases de dados conforme descrito previamente nos procedimentos metodológicos, na intenção de responder aos objetivos específicos e gerais propostos para esta pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO

Na intenção de responder aos objetivos propostos, primeiramente foram tabulados os trinta e dois países com que o Brasil mais negociou internacionalmente em relação a valor agregado (US\$/FOB) entre os anos de 2006 e 2016, como disposto no Quadro 8.

Quadro 8 – Trinta e dois maiores parceiros comerciais do Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.

(Continua)

POSIÇÃO	PAÍS	NÍVEL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE	SALDO
1	China	E	330,3	277,9	608,2	52,4
2	Estados Unidos	D	263,3	293,7	557,0	-30,4
3	Argentina	ED	175,8	140,7	316,5	35,1
4	Alemanha	D	75,6	127,5	203,1	-51,9
5	Países Baixos	D	122,8	21,2	144,0	101,6
6	Japão	D	67,3	64,6	131,9	2,7
7	Coreia do Sul	D	37,3	73,2	110,5	-35,9
8	Itália	D	45,0	52,8	97,8	-7,8
9	Chile	ED	47,4	40,4	87,8	7,0
10	França	D	36,0	51,1	87,1	-15,1
11	México	E	42,6	43,3	85,9	-0,7
12	Nigéria	ED	11,8	68,0	79,8	-56,2
13	Índia	E	33,3	44,5	77,8	-11,2
14	Reino Unido	D	41,5	30,3	71,8	11,2
15	Espanha	D	36,9	31,7	68,6	5,2
16	Rússia	E	37,7	24,9	62,6	12,8
17	Bélgica	D	38,7	17,3	56,0	21,4
18	Arábia Saudita	ED	27,6	25,9	53,5	1,7
19	Canadá	D	26,4	27,0	53,4	-0,6
20	Venezuela	ED	44,2	8,6	52,8	35,6

Quadro 8 – Trinta e dois maiores parceiros comerciais do Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.

(Conclusão)

POSIÇÃO	PAÍS	NÍVEL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE	SALDO
21	Taiwan	D	17,4	29,3	46,7	-11,9
22	Suíça	D	17,4	26,2	43,6	-8,8
23	Bolívia	ED	13,8	27,7	41,5	-13,9
24	Uruguai	ED	21,6	14,9	36,5	6,7
25	Colômbia	ED	25,4	11,0	36,4	14,4
26	Argélia	ED	10,2	26,2	36,4	-16,0
27	Tailândia	ED	16,7	18,7	35,4	-2,0
28	Paraguai	ED	26,0	8,6	34,6	17,4
29	Peru	ED	21,3	12,7	34,0	8,6
30	Cingapura	ED	22,8	10,2	33,0	10,6
31	Indonésia	E	17,4	14,8	32,2	2,6
32	Malásia	ED	14,0	17,9	31,9	-3,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de AliceWeb (2017).

Para analisar as relações comerciais sob um ponto de vista voltado aos diferentes níveis de desenvolvimento econômico, conforme descrito anteriormente, foram selecionados os cinco países mais representativos na balança comercial brasileira de cada nível de desenvolvimento econômico presente para que sirvam como parâmetros. No Quadro 8 estas informações estão descritas enfatizando os países selecionados para cada nível, considerando E(Emergente), D (Desenvolvido) e ED (em Desenvolvimento), o Quadro 9 estratifica esses países para cada um de seu grupo.

Quadro 9 - Países que compõem cada nível de desenvolvimento econômico

NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	PAÍSES	CORRENTE (EM BILHÕES DE US\$)
Países Desenvolvidos	Estados Unidos	557,0
	Alemanha	203,1
	Países Baixos	144,1
	Japão	131,9
	Coreia do Sul	110,5
Países Emergentes	China	608,3
	México	85,9
	Índia	77,9
	Rússia	62,7
	Indonésia	32,2
Países em Desenvolvimento	Argentina	316,6
	Chile	87,9
	Nigéria	79,9
	Arábia Saudita	53,5
	Venezuela	52,8

Fonte: Elaborado pelo autor

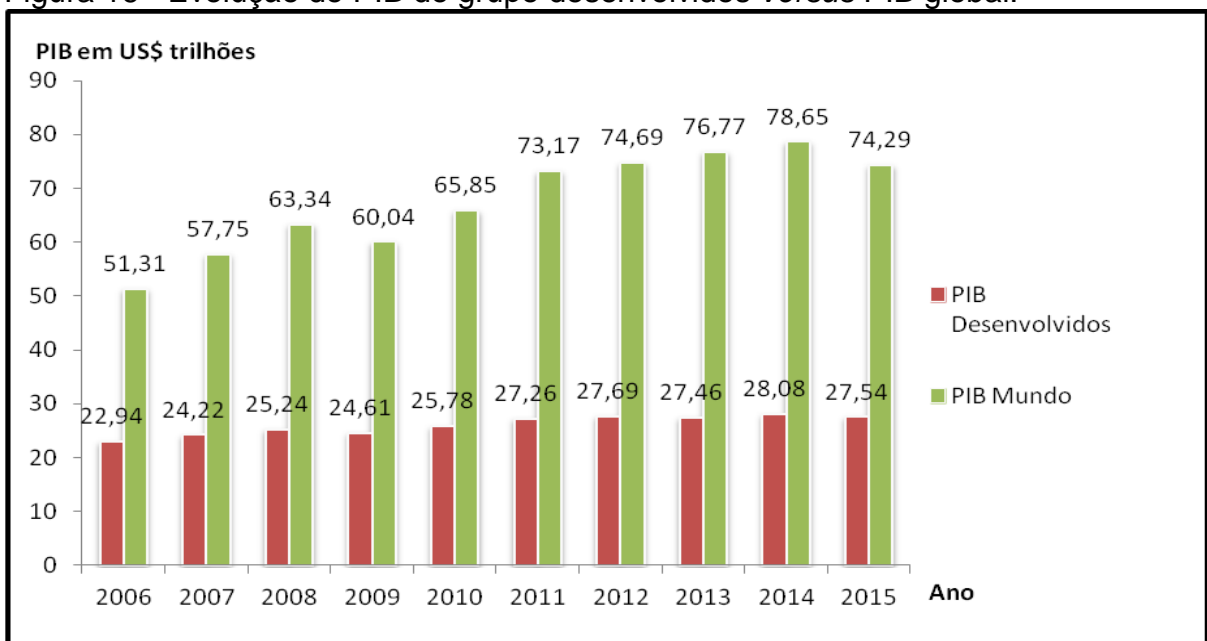
4.2 CATEGORIA - PAÍSES DESENVOLVIDOS

Esta subseção tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados conforme critérios descritos no capítulo 3. Destacam-se informações referentes à participação dos países desenvolvidos na economia global e também com a pauta exportadora e importadora brasileira, bem como principais acordos de cooperação internacional.

4.2.1 Os países desenvolvidos e a economia global

No cenário global, as economias desenvolvidas são representadas pelo grupo de países de altos níveis de indicadores socioeconômicos como distribuição da renda, educação, saúde, qualidade de vida e um produto interno bruto forte decorrente de uma industrialização já consolidada há mais de um século. A Figura 16 evidencia a significativa participação do PIB dos países de economia desenvolvida, selecionados em relação ao PIB mundial entre os anos de 2006 e 2015:

Figura 16 - Evolução do PIB do grupo desenvolvidos *versus* PIB global.



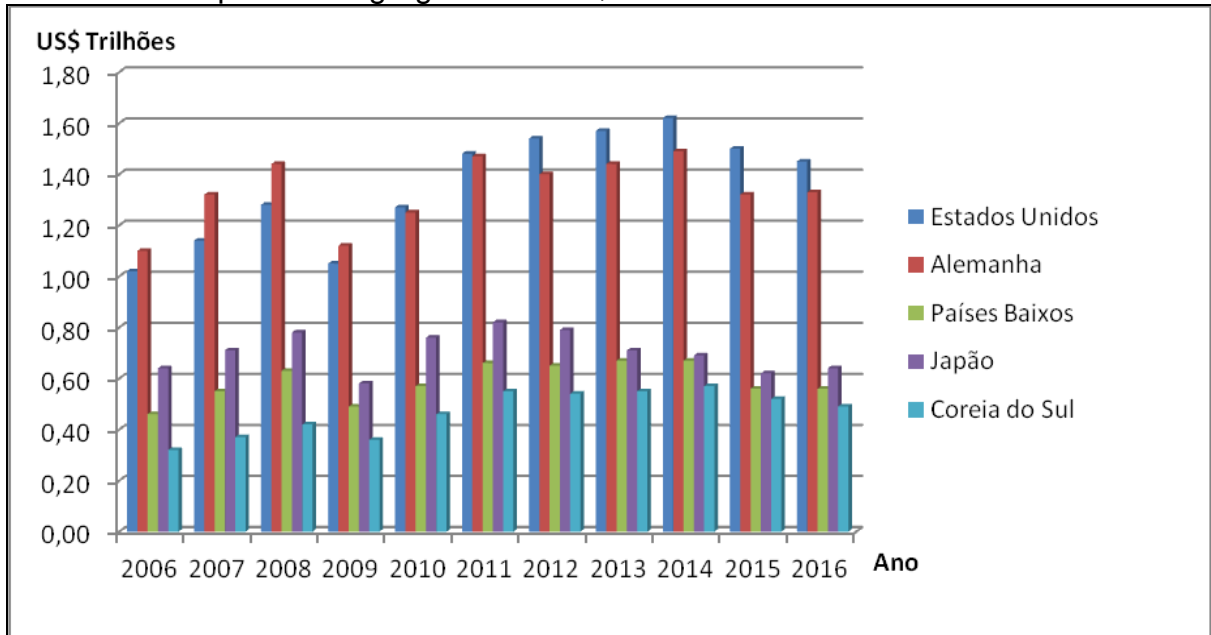
Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2016)

Com base nas informações do Banco Mundial (2016) evidencia-se que os mercados desenvolvidos em questão, principalmente os Estados Unidos da América (EUA); Alemanha e Japão apresentaram uma participação expressiva durante o período analisado, sempre equivalendo a mais de um terço de todo o PIB global.

Importante ressaltar que, a representatividade destas economias foi reduzida em relação ao início do período analisado. Enquanto em 2006 os cinco países desenvolvidos representavam, juntos, 44,7% do PIB global, em 2015 os mesmos equivalem a 37,07%, apresentando o menor resultado em 2014, quando resultaram em 35,7%. Este cenário vai de encontro com a situação abordada na seção seguinte com os países emergentes que, segundo os dados coletados, apresentam um crescimento constante e rapidamente vêm ocupando os lugares antes preenchidos pelas economias desenvolvidas cada vez mais estagnadas.

O PIB destes países desenvolvidos está diretamente vinculado a sua forte industrialização e, deste modo, muito dos produtos comercializados internacionalmente possuem a característica de serem de alto valor agregado e devido o processamento envolvido em sua produção. Estes produtos de alto valor resultam, conforme evidenciado na Figura 17, em exportações anuais de valor acumulado na casa das centenas de bilhões de dólares ou ainda em trilhões como nos casos americano e alemão, dois dos três maiores exportadores de mercadorias em todo o planeta durante a última década.

Figura 17 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.

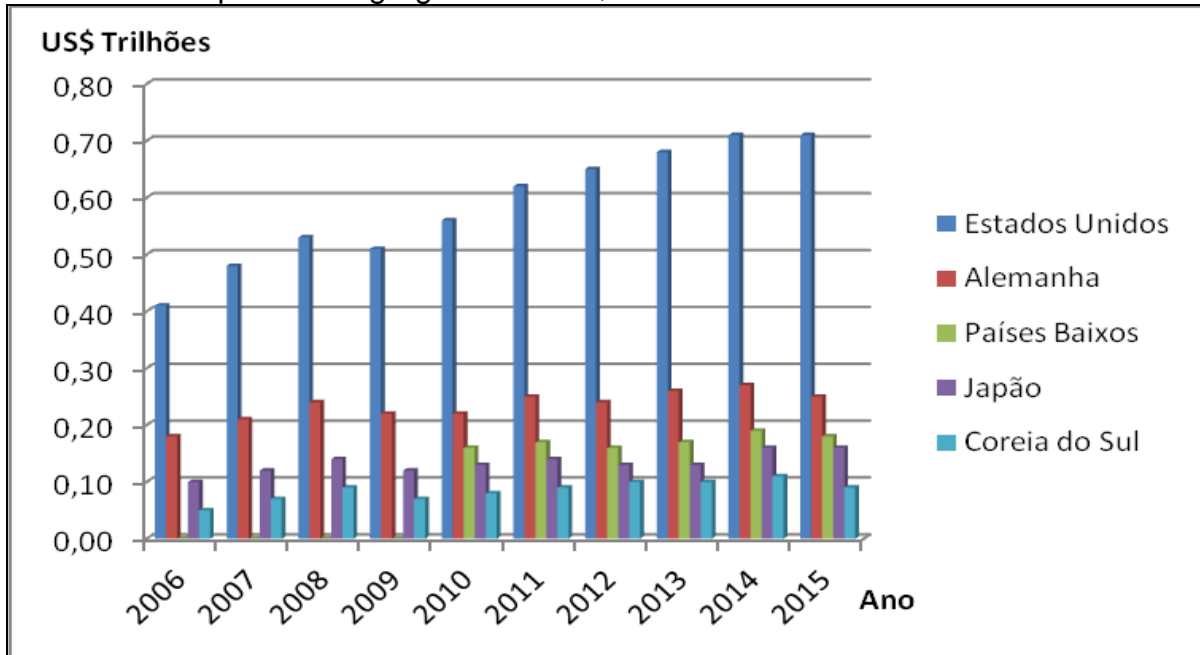


Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

Por meio da análise da Figura 17, percebe-se que até 2010, na tentativa de se reerguer da crise econômica que surgira anos antes, os EUA haviam perdido o posto de maior exportador do grupo, e também mundialmente, para a Alemanha. Além disto, é possível evidenciar que as cinco economias apresentaram uma sintonia quanto o crescimento ou regresso de suas exportações de mercadorias, como se estivessem interconectadas. Este efeito justifica-se pelo fato de que estes países são também grandes parceiros comerciais entre si, não apenas com o mercado brasileiro como visto anteriormente.

O equilíbrio apresentado pelas exportações de mercadorias alemãs e americanas, no entanto, não se repete com as importações ou exportação de serviços conforme disposto nas Figuras 18, 19 e 20.

Figura 18 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.

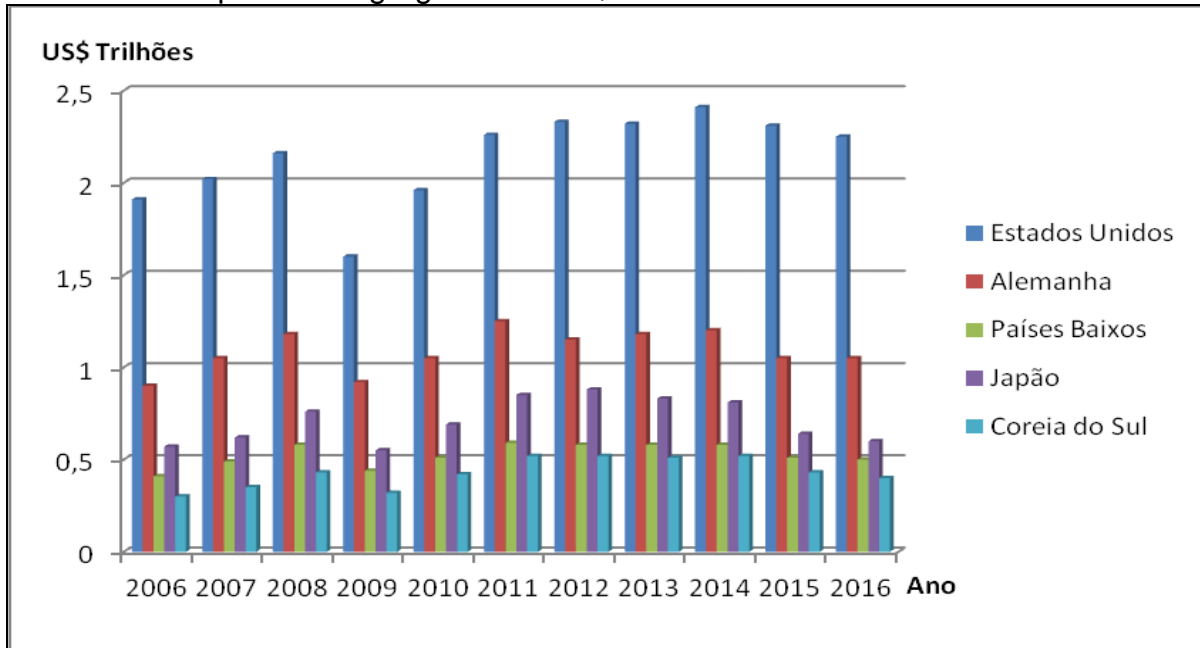


Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

A economia americana é a que mais exporta serviços em todo o planeta. Desta forma, a Figura 19 expõe que, mesmo acrescentando os indicadores dos outros demais países membros do grupo de economias desenvolvidas em questão naquele ano, não igualam o correspondente americano no mesmo período. Ou seja, em todos os anos disponíveis para análise, por meio da Organização Mundial do Comércio, os EUA representaram mais de 50% do valor todas de serviços comercializados dentro do grupo. Os outros países-membros deste grupo apresentaram uma curva de crescimento muito mais discreta em comparação à americana. Vale destacar a ausência de informações a respeito das exportações de serviços holandeses entre os anos de 2006 e 2009 na fonte referenciada.

Como mencionado, quando aborda-se os valores das importações, o grau de representatividade americana sob o grupo destaca-se ainda mais.

Figura 19 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

Mesmo não representando mais de 50% do total de mercadorias importadas pelo grupo em cada ano, os números dos EUA dispostos na Figura 20 são muito expressivos, caracterizando-se como o único país entre os desenvolvidos a ultrapassar o valor de US\$ 2 trilhões investidos em importações de mercadorias. Marca esta que, observando de maneira global, só é repetida pela economia chinesa.

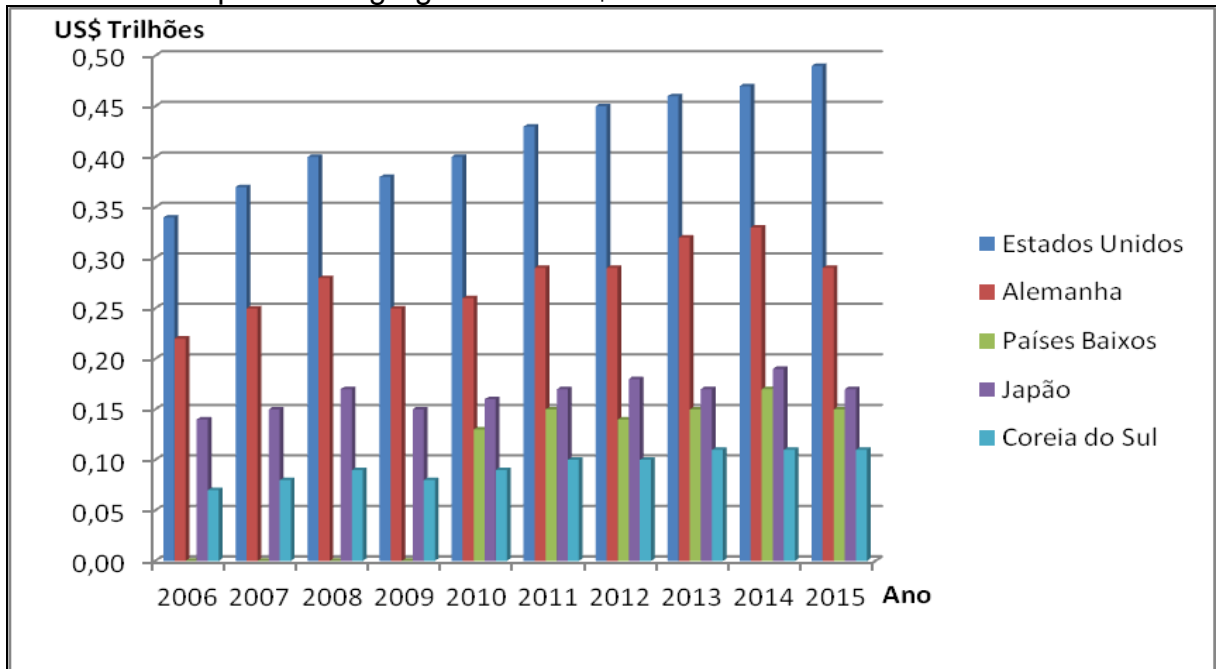
Assim, como observado nas exportações de mercadorias, o comportamento dos países-membros do grupo desenvolvidos apresenta a mesma sintonia de crescimento quanto suas importações. A parceria comercial existente entre os mesmos refletem em seus números, apresentando queda unânime em 2009 como efeito da crise econômica, por exemplo.

Analisando o grupo em sua totalidade, as importações de bens realizadas pelos mesmos caracterizam-se como predominantemente compras de produtos básicos ou semimanufaturados oriundos de economias em desenvolvimento ou emergentes na qual passarão por processamentos nestes ditos países desenvolvidos para serem exportados como bens manufaturados. Este é o caso para produtos como petróleo bruto à ser refinado, parte de veículos e máquinas ou até mesmo bens naturais perecíveis. Ainda assim, para complementar suas

indústrias, estes países desenvolvidos também comercializam entre si produtos de natureza industrializada.

As importações de serviços, no entanto, se apresentam com valores mais tímidos conforme evidencia-se na Figura 20.

Figura 20 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes desenvolvidos por valor agregado em US\$ trilhões/FOB



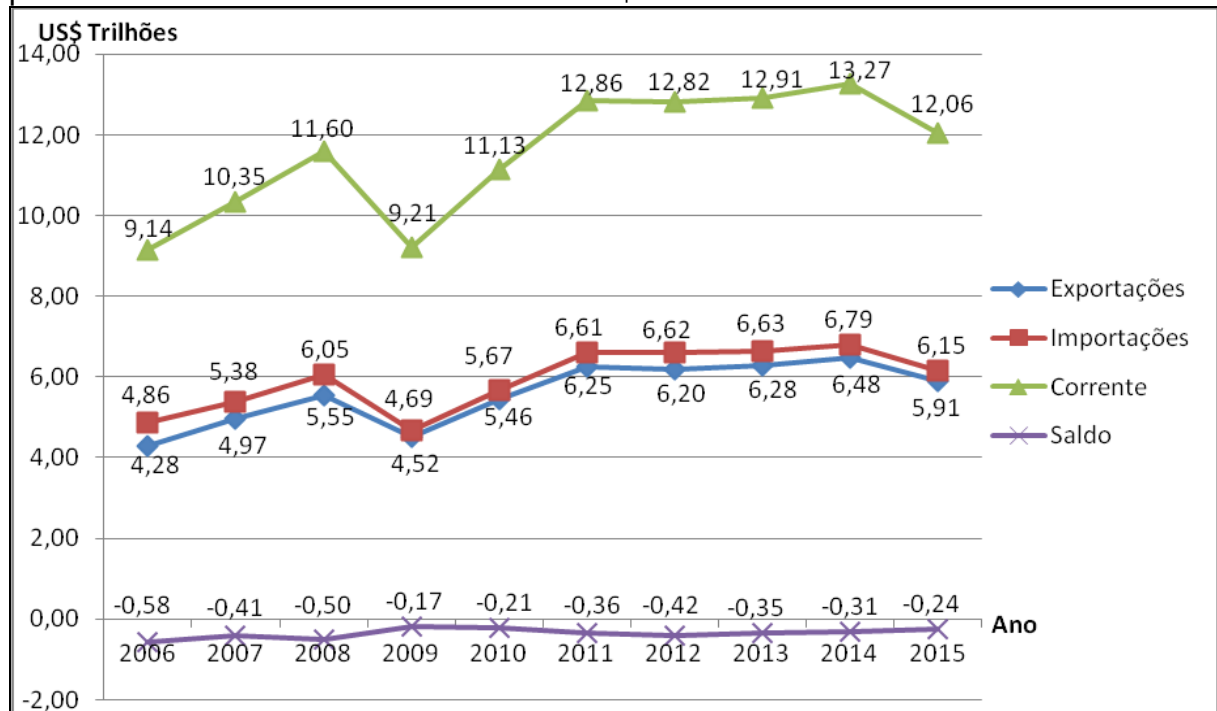
Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

Mesmo sendo o nível de desenvolvimento econômico que mais comercializa serviços em escala mundial, quando se analisa a importação destes, os valores apresentam-se consideravelmente menores em relação às três situações anteriores. Em nenhum ano da pesquisa o somatório dos valores dos países-membros foi superior a US\$1,5 trilhão de compra de serviços estrangeiros. A economia americana, conhecida como prestadora de serviços, foi a que mais investiu em importação de serviços no período, apresentando um crescimento total de 44% no período analisado (aproximadamente US\$ 150 bilhões de aumento).

As demais economias apresentaram uma curva de variação mais discreta, com períodos de crescimento e decréscimo mais frequentes comparando aos valores dos EUA que só apresentaram uma queda no ano de 2009 sob efeito da crise econômica global. Importante destacar a ausência de informações a respeito das importações de serviços holandeses entre os anos de 2006 e 2009 na fonte referenciada.

A partir das informações disponibilizadas pela Organização Mundial do Comércio nas figuras anteriores, é possível estabelecer os valores totais das operações de comércio exterior, das economias desenvolvidas selecionadas, para análise dinâmica.

Figura 21 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países desenvolvidos selecionados em US\$ trilhões/FOB



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

Ao observar a balança comercial dos países selecionados em relação às operações comerciais globais, se destaca o constante *déficit* comercial durante todos os anos da pesquisa, ou seja, durante todo o período os países desenvolvidos mais compraram de fora do que venderam em relação a valor agregado em dólares. O menor saldo comercial apresentado foi no ano de 2006, quando o valor das importações superaram os das exportações em mais de meio trilhão de dólares. Por outro lado, o ano na qual o saldo mais se aproximou do positivo foi em 2009, quando o *déficit* ficou em – US\$ 0,17 trilhão, no auge da crise econômica mundial. Isto reflete o momento de timidez e insegurança dos mercados que acabou reduzindo ambas operações comerciais consideravelmente.

Desta forma, a corrente comercial total do grupo de países desenvolvidos evidencia ainda mais o impacto da crise econômica sob as economias desenvolvidas. No total, a crise reduziu em mais de US\$ 2 trilhões o volume

comercializado naquele ano. Interessante ainda notar que, além de 2009, o único período que apresentou recuo na corrente/exportações/importações foi o último ano, 2015, o que, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD (2016), resulta do declínio do comércio de combustíveis e produtos primários naquele ano.

4.2.2 Balança comercial Brasil x economias desenvolvidas

Visto a evidente importância que os países desenvolvidos desempenham na economia global, é natural que os mesmos sejam relevantes também para a economia brasileira. A partir das informações dispostas no Quadro 8, é possível, estratificando as informações referentes aos cinco países desenvolvidos selecionados, analisar o comportamento do Brasil com estas economias, como dispostos no Quadro 10.

Quadro 10 - Os cinco países desenvolvidos de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.

POSIÇÃO	PAÍS	NÍVEL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE	SALDO
1	Estados Unidos	D	263,3	293,7	557,0	-30,4
2	Alemanha	D	75,6	127,5	203,1	-51,9
3	Países Baixos	D	122,8	21,2	144,0	101,6
4	Japão	D	67,3	64,6	131,9	2,7
5	Coreia do Sul	D	37,3	73,2	110,5	-35,9
TOTAL			566,3	580,2	1.146,50	-13,9

Fonte: elaborado pelo autor

Os cinco países desenvolvidos apresentados no Quadro 10 apresentam algumas peculiaridades quando analisados em conjuntos com os demais países do Quadro 8. Entre todos os trinta e dois países, os EUA é o país na qual o Brasil mais importou produtos, observando do ponto de vista de valor agregado em bilhões de dólares (293,7 e 18,6% do todo).

Os Países Baixos, por sua vez, representam o maior *superávit* comercial Brasileiro nos anos analisados com US\$ 101,6 bilhões, quase o dobro em comparação ao segundo colocado: a China com saldo comercial positivo brasileiro aproximado em US\$52,4 bilhões/FOB.

Entretanto, ao considerar o saldo comercial dos outros membros deste grupo, a situação se altera: Alemanha; Coreia do Sul e EUA são, respectivamente,

segundo; terceiro e quarto colocado quando elencados os maiores *déficits* comerciais do Brasil entre 2006 e 2016.

Dentre os países selecionados e expostos no quadro 10, os EUA se destacam entre os cinco. Sua primeira colocação entre os países desenvolvidos resulta de representar 50,6% das importações realizadas pelo Brasil no período estudado e 46,4% das exportações. Desta forma, o país é responsável por 48% de toda a corrente comercial em somatória com os demais quatro países deste nível de desenvolvimento deste estudo, reiterando sua importância como parâmetro para análise do grupo como uma totalidade.

Uma das justificativas para esta supremacia americana provém de, por exemplo, em 2016, quando 93,8% das importações brasileiras oriundas do país foram compostas por produtos manufaturados, principalmente de máquinas e combustíveis e em uma quantidade maior comparada aos outros países que comercializam os mesmos produtos com o Brasil.

O Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) define que a comercialização de produtos pode ser classificada por meio de dois diferentes fatores agregados: produtos básicos ou industrializados, este último, subdividido em semimanufaturados e manufaturados. Os produtos básicos seriam aqueles que mantiveram sua forma assemelhada como se encontra na natureza, enquanto os industrializados passaram por mudanças substantivas.

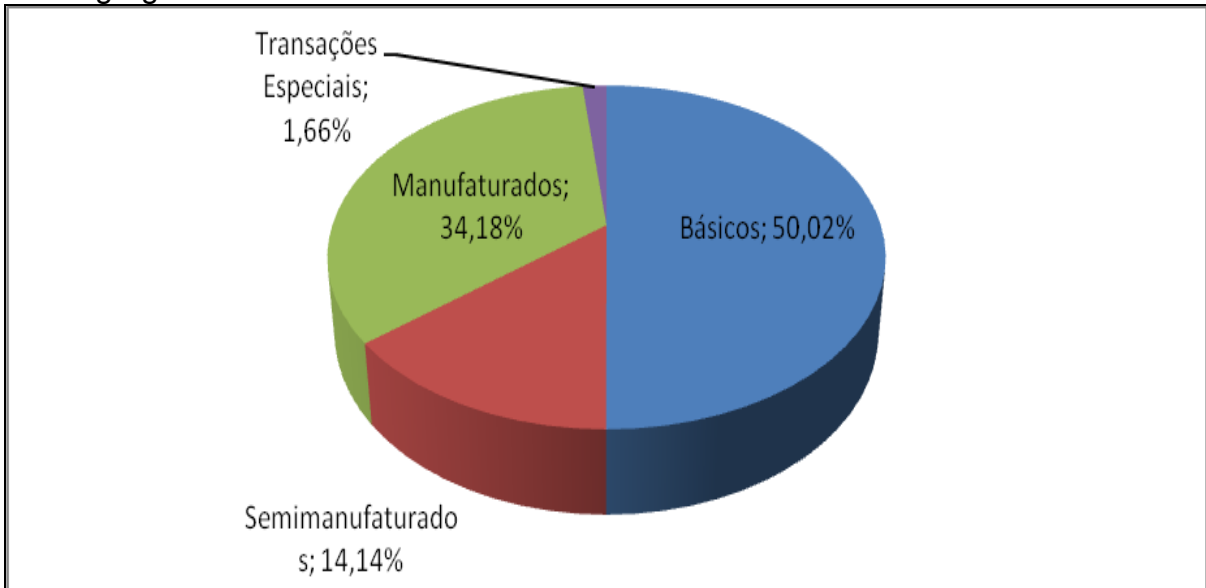
4.2.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado

Historicamente falando, a economia brasileira se caracterizou como, desde os tempos coloniais, produtora e exportadora de produtos básicos. A recente industrialização no século passado, no entanto, introduziu ao crescente mercado interno brasileiro novas alternativas econômicas de produção que gradativamente passaram a compor também as exportações nacionais: bens industrializados de natureza manufaturada ou semimanufaturada.

Nas suas relações comerciais com países desenvolvidos, o Brasil cumpria quase exclusivamente este papel de fornecedor de bens básicos. Entretanto, ao observar a Figura 22, percebe-se que devido às décadas de desenvolvimento

econômico, o Brasil, em 2016, não se adotou uma postura de fornecer apenas bens primários para os países desenvolvidos componentes deste estudo:

Figura 22 – Exportações brasileiras para os países desenvolvidos deste estudo por fator agregado em 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2017)

Pelos dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores referente ao ano de 2016, metade das exportações brasileiras para os o grupo de países selecionados foram de produtos básicos (50,02%). Entretanto, o número representando os produtos manufaturados contradiz o comportamento histórico nacional, quando representou um terço de todo o volume de vendas. Os produtos semimanufaturados também representaram um percentual significativo, e menos de 2% das exportações brasileiras foram de natureza especial, como por exemplo, as operações de encomendas postais, arredondamentos não financeiros, comércio de navios e aeronaves para transporte internacional.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias desenvolvidas em questão, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais exportados pelo Brasil no período de dez anos em estudo. O Quadro 11 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 11 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países desenvolvidos deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE DESTINO
27090010	Óleos brutos de petróleo	36.974.382.051	74.489.089.466	Estados Unidos
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	18.278.730.534	295.912.495.763	Japão
23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	13.648.825.268	34.101.809.415	Países Baixos
88024090	Outros aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15.000 kg, vazios	13.019.581.475	11.267.991	Estados Unidos
09011110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	11.051.062.817	3.802.568.604	Alemanha
09011110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	10.670.322.819	3.727.908.201	Estados Unidos
02071400	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	9.570.438.361	4.146.353.244	Japão
72011000	Ferro fundido bruto não ligado, que contenha, em peso, 0,5 % ou menos de fósforo	9.294.152.596	24.693.928.492	Estados Unidos
72071200	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção (...)	8.882.941.520	18.200.649.724	Estados Unidos
47032900	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto (...)	8.778.028.951	18.174.389.519	Países Baixos
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	7.491.003.285	117.020.811.374	Coreia do Sul
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	7.474.724.860	126.922.190.590	Alemanha
27101922	Fuel oil	6.867.119.226	13.394.035.212	Países Baixos
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	6.616.299.556	101.000.801.977	Países Baixos
83071090	Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	6.513.307.476	437.207.200	Países Baixos
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	5.026.151.367	42.662.682.673	Japão
76011000	Alumínio não ligado, em formas brutas	4.969.568.663	2.361.733.057	Japão
23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	4.870.341.408	12.868.656.378	Alemanha
09011110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	4.540.992.471	1.396.752.234	Japão
23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	3.359.218.694	9.268.455.820	Coreia do Sul
72071200	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção(...)	3.175.700.431	6.216.509.672	Coreia do Sul
26030090	Outros minérios de cobre e seus concentrados	3.172.969.440	1.522.547.733	Alemanha
10059010	Milho em grão, exceto para sementeira	3.116.079.789	15.131.387.483	Coreia do Sul
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	2.618.089.830	23.896.319.513	Alemanha
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	2.275.745.769	18.169.462.295	Coreia do Sul

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Alice Web (2017)

Considerado todo o período dos últimos dez anos fiscais, o recente desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil nas últimas décadas perde parcialmente seu impacto ao observar os principais produtos exportados para cada um dos cinco países. Neste cenário, poucos produtos não se encaixam no perfil de bens primários. Desta forma, é perceptível que, ao negociar com estes principais parceiros, o Brasil adota um posicionamento de vendedor majoritariamente de bens básicos e semimanufaturados, ou seja, exportador de matérias-primas ou produtos que passaram por um pequeno processo de elaboração.

A grande exceção que se destaca neste cenário é o quarto produto mais vendido e segundo mais exportado aos EUA: Aviões e veículos aéreos de peso superior a quinze toneladas. Sua importância na balança comercial é elevada quando observado que é, também, o produto com menor peso em quilogramas exportado, evidenciando que o alto valor agregado a este bem permite destacar sua representatividade mesmo não sendo comercializado em um volume alto, equivalendo sozinho a 2% de todo o subtotal.

Na perspectiva de exportação de produtos primários e semimanufaturados, o país se destaca como um grande vendedor de petróleo bruto, aves, café, milho, minérios de ferro, soja e madeira para estes cinco parceiros, apresentando, ou não, algum tipo de processamento e de uma disposição quase que unanime para todos os países membros analisados, ou seja, todos os países analisados têm o Brasil como fornecedor deste tipo de produto primário.

Analisando a coluna de volume em quilogramas, se percebe que o minério de ferro é o bem mais exportado pelo Brasil a estas economias. Este alto volume de minério de ferro na balança comercial é justificado pelo fato de que o Brasil é, atualmente, o segundo maior produtor deste mineral, ficando atrás apenas da China. A vice-liderança global também se aplica a produção de carne aviária, na qual o país encontra-se atrás apenas do mercado norte-americano. O café, por sua vez, tem sua presença justificada pela liderança global brasileira na produção e exportação deste produto.

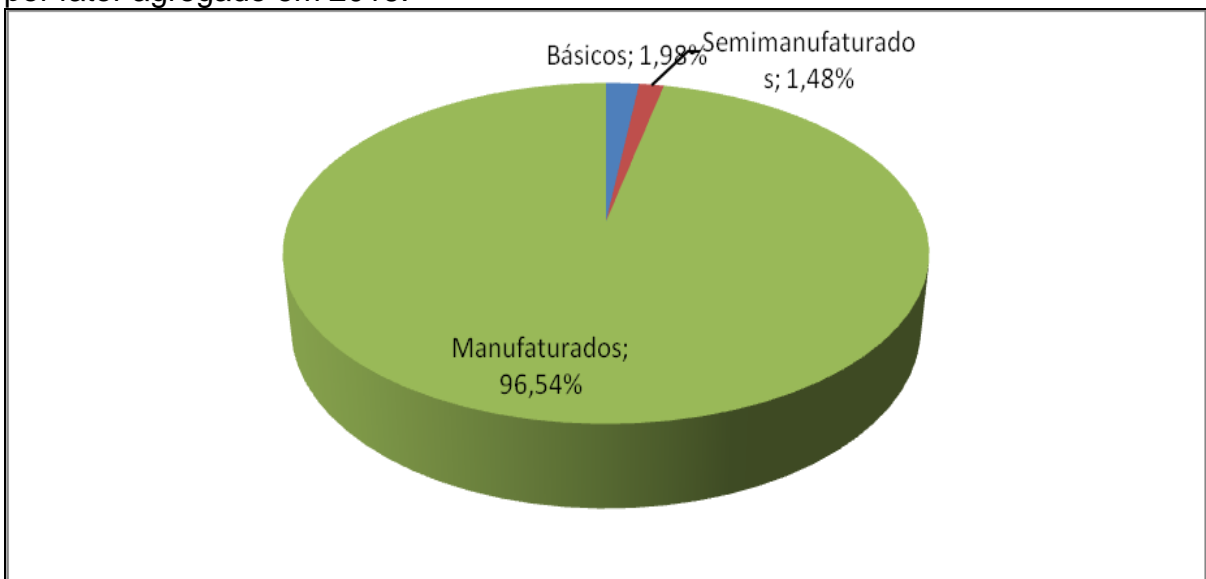
A postura brasileira quanto às exportações para os países desenvolvidos ainda demonstra ser de, majoritariamente, um fornecedor de bens primários. No entanto, recentemente bens industrializados de alguns segmentos de mercado específicos tem marcado presença significativa na balança comercial em questão.

4.2.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado

Em contraste com o cenário anteriormente apresentado com as exportações, as importações brasileiras oriundas de países desenvolvidos são, desde o princípio das atividades comerciais internacionais do país, caracterizadas como investimentos em produtos industrializados devido ausência de meios de produção e capital para a fabricação dos mesmos em solo nacional ou no intuito de complementar a indústria local, como por exemplo, na compra de máquinas e equipamentos.

Com base nos dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2017) é possível, pela Figura 23, analisar que o cenário descrito ainda se mantém nos dias de hoje.

Figura 23 – Importações brasileiras oriundas dos países desenvolvidos deste estudo por fator agregado em 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2017)

Diferentemente das exportações, em 2016 os produtos importados pelo Brasil providos dos cinco países selecionados foram quase todos de natureza industrializada, indo de encontro a como historicamente o país se comporta em dita balança comercial.

Além disto, os produtos exportados em geral por cada um destes países desenvolvidos possui a característica de serem majoritariamente bens manufaturados ou semimanufaturados, em sua maioria, máquinas, gasolina e óleos

refinados, medicamentos, equipamentos elétricos e eletrônicos entre outros. Ou seja, as relações comerciais de venda destes países com o Brasil não representam significativas mudanças quando comparadas as relações de venda com a grande maioria dos outros países do globo.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias desenvolvidas em questão, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais importados pelo Brasil no período de dez anos em estudo. O Quadro 12 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 12 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países desenvolvidos deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE ORIGEM
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	18.162.681.907	24.421.432.761	Estados Unidos
84119100	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	11.365.955.740	2.352.401	Estados Unidos
27011200	Hulha betuminosa, não aglomerada	7.420.937.792	49.918.262.575	Estados Unidos
85299020	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	7.269.158.842	289.188.670	Coreia do Sul
84111200	Turboreatores de empuxo superior a 25 kN	6.981.814.495	5.258.187	Estados Unidos
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	6.450.210.396	715.063.876	Coreia do Sul
27101259	Outras gasolinas, exceto para aviação	4.970.922.768	6.324.186.656	Países Baixos
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	4.606.135.585	309.490.408	Alemanha
31042090	Outros cloretos de potássio	4.533.366.717	11.882.028.127	Alemanha
88033000	Outras partes de aviões ou de helicópteros	4.503.267.788	10.983.668	Estados Unidos
85177099	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	3.179.071.882	10.957.533	Coreia do Sul
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	2.635.346.666	247.936.294	Japão
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	2.559.609.211	3.157.203.861	Coreia do Sul
87089990	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	2.229.980.463	223.125.012	Alemanha
30021039	Outras frações do sangue, produtos imunologicamente modificados (medicamentos)	1.871.764.386	303.829	Alemanha
85423229	Outras memórias digitais montadas	1.866.550.942	746.093	Coreia do Sul
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	1.764.305.263	2.372.148.135	Países Baixos
29339969	Outros compostos heterocíclicos contendo ciclo triazol	1.508.025.281	22.231.376	Alemanha
87084090	Partes de caixas de marchas	1.259.572.056	76.126.734	Japão
87089990	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	1.081.089.086	98.000.465	Japão
87082999	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	1.050.548.530	164.167.587	Japão
88033000	Outras partes de aviões ou de helicópteros	1.001.113.531	1.449.075	Japão
27101159	Outras gasolinas	553.679.427	553.084.321	Países Baixos
31022100	Sulfato de amônio	499.838.537	2.370.283.361	Países Baixos
20041000	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto (...)	397.997.912	523.507.801	Países Baixos

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017)

Observando os vinte e cinco produtos deste grupo de nível de desenvolvimento mais importados pelo Brasil, se evidencia o cenário mencionado anteriormente na qual o país, nestes últimos dez anos, ainda recorreu aos países desenvolvidos para o investimento em produtos industrializados de grande processamento de produção inviável para a indústria local.

Por meio das informações disponibilizadas pelo *Alice Web* no Quadro 12 é evidente a importância nas quais produtos classificados como maquinários e equipamentos mecânicos possuem na balança comercial brasileira com estas economias. De todo o valor importado pelo Brasil nestes dez anos do estudo, 55,27% corresponde a este tipo de produto mencionado, com enfoque relacionado a indústria automobilística e aero propulsão.

Outra classe de produtos destacados são os compostos químicos. O Sulfato de Amônio presente no Quadro 12 é um dos principais compostos de fertilizantes que atualmente são utilizados para aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro. O mercado alemão apresenta-se também como vendedor de produtos da sua forte indústria farmacêutica quando se analisa os produtos imunologicamente modificados e compostos heterocíclicos contendo triazol.

A presença do Gasóleo como produto mais importado pelo Brasil oriundo dos países desenvolvidos vai de encontro com as informações disponibilizadas anteriormente com os produtos mais exportados para os mesmos. É possível estabelecer a relação de que, o grande volume de petróleo bruto produzido em território brasileiro é vendido para ser refinado nos EUA e posteriormente é importado como óleo diesel e outras gasolinas. Uma relação semelhante pode ser observada no volume de ferro vendido que posteriormente é comprado pelo Brasil na forma de equipamentos industriais, carros, motores ou outros equipamentos eletrônicos.

Ao comparar, também, os dados de produtos importados com os produtos exportados em relação ao seu volume em quilogramas, se evidencia que as importações foram mais de 9 vezes menor que o volume exportado, ou seja representa apenas 10,69% do peso. Isto se justifica pelo fato de que as importações brasileiras são majoritariamente de natureza manufaturada, com valor agregado alto, em contraste com as exportações.

Os dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores mostram ainda que, em sua maioria, os vinte e cinco produtos elencados como os produtos mais importados pelo Brasil destes países desenvolvidos selecionados, são também os produtos mais exportados por ditos países de um ponto de vista global.

4.2.3 Cooperação internacional – economias desenvolvidas

Esta subseção tem como principal objetivo expor e analisar os principais acordos estabelecidos pelo Brasil junto às cinco economias selecionadas para a construção do grupo de países desenvolvidos. Primeiramente serão apresentados os conceitos destes atos de cooperação internacional para a melhor análise e compreensão da natureza destes.

4.2.3.1 Atos internacionais Brasil x países desenvolvidos

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2017) define os tratados internacionais como um acordo firmado por escrito entre estados soberanos regidos pelo direito internacional, que conste de um único documento, possuindo dois ou mais instrumentos anexos quaisquer sejam suas denominações específicas.

No Brasil os acordos internacionais necessitam da ação conjunta dos poderes Executivo e Legislativo na forma e competência do Presidente da República e supervisão do Congresso Nacional quanto a sua aprovação e execução.

Para que um acordo internacional entre em vigência é necessário que o mesmo inicie na forma de um projeto estudado por um órgão competente do poder executivo de um dos países interessados. Após a aceitação dos termos pelas partes envolvidas no acordo, o tratado é assinado pelos mesmos e submetido para aprovação no congresso nacional do país depositário. Tendo sido aceito, o tratado deve ser ratificado internacionalmente, ou seja, colocar seus postos em vigor, em seguida validado por intermédio de uma promulgação e, por fim, registrado junto às Nações Unidas para controle documental.

Quanto a sua natureza, os atos internacionais podem se caracterizar de duas formas conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – Classificação da natureza dos atos internacionais.

NATUREZA	DESCRIÇÃO
Acordos Bilaterais	Acordado e assinado por dois países na intenção de satisfazer interesses em comum, normalmente possuem prazo determinado de vigência.
Acordos Multilaterais	Acordado e assinado por mais de dois países sob a supervisão de órgãos internacionais na qual princípios os participantes devem seguir. Normalmente são mais específicos quanto à entrada em vigor e ratificação ou adesão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Devido à métrica adotada para a seleção dos países de cada nível de desenvolvimento econômico estabelecido, esta pesquisa teve como foco os acordos de natureza bilateral entre o Brasil e cada país membro de dito grupo.

Os atos internacionais podem apresentar diferentes cláusulas quanto sua execução. O mesmo pode entrar em vigor no momento da assinatura, em uma data pré-fixada, no momento da troca de notificações ou instrumentos de ratificação, ou ainda quando atendidas outras condições estabelecidas previamente. Quanto a sua vigência, um ato internacional pode ter vigência ilimitada; um prazo fixo de duração; ou um prazo determinado com prorrogação automática por iguais períodos até a renúncia de uma das partes.

A denominação de um ato internacional pode variar conforme o tipo de negociação firmada. O Quadro 14 elenca e define os tipos de atos internacionais conforme definição do MRE.

Quadro 14 – Tipos de atos internacionais.

TIPO DE ATO INTERNACIONAL	DESCRIÇÃO
Tratado	Ato bilateral ou multilateral de especial relevância política.
Convenção	Ato multilateral oriundo de conferência sobre assuntos de interesses gerais.
Acordo	Acordo bilateral político, econômico, comercial, cultural, científico ou técnico.
Ajuste ou Acordo Complementar	Específico sobre tópico de um ato assinado anteriormente.
Protocolo	Ato Bi ou Multilateral menos formal, geralmente resultado de uma conferência internacional no intuito da construção de um futuro acordo formal.
Memorando de Entendimento	Atos simples com o objetivo de esclarecer compromissos e orientações às partes.
Convênio	Acordo Multilateral de natureza econômica, comercial, cultural, jurídica científica ou técnica.
Acordo por troca de notas	Assuntos de natureza administrativa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Analisando os dados é perceptível que os atos internacionais variam muito dependendo da necessidade que procuram atender e os critérios estabelecidos por todas as partes atuantes na negociação. Nos casos de negociações multilaterais se faz necessária a atuação de um órgão internacional como moderador das ditas negociações.

Como estabelecido anteriormente, para a análise desta pesquisa, no intuito de evidenciar a postura brasileira quanto aos acordos estabelecidos com os diferentes grupos de níveis de desenvolvimento, foram elencados e analisados os acordos comerciais assinados pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2016, parâmetros para este estudo, com cada um dos países membros do dito nível de desenvolvimento socioeconômico, para desta forma, apontar suas principais características no âmbito das diplomacias.

O Quadro 15 elenca todos os acordos vigentes assinados pelo Brasil com as economias desenvolvidas selecionadas entre os anos de 2006 e 2016:

Quadro 15 – Atos internacionais entre o Brasil e países desenvolvidos assinados entre 2006 e 2016.

(Continua)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Alemanha	Melhoria de eficiência energética no abastecimento de água	11/12/2015	11/12/2015
Alemanha	Melhoria de eficiência energética na mobilidade urbana	11/12/2015	11/12/2015
Alemanha	Acordo de cooperação financeira das previdências sociais de seguro obrigatório de ambos países	10/06/2015	10/06/2015
Alemanha	Ajustes nas contribuições financeiras nas medidas de cooperação para desenvolvimento brasileiro	13/11/2014	13/11/2014
Alemanha	Cooperação acadêmica nas áreas de meio ambiente, eficiência energética e energias renováveis	18/10/2011	18/10/2011
Alemanha	Ajustes complementares a projetos voltados ao meio ambiente e sustentabilidade	29/09/2011	29/09/2011
Alemanha	Isenção recíproca de imposto de renda sobre juros de bancos oficiais	14/09/2011	14/09/2011
Alemanha	Isenção recíproca de imposto de renda sobre juros de bancos oficiais	14/09/2011	14/09/2011
Alemanha	Cooperação de grandes eventos internacionais	13/09/2011	13/09/2011
Alemanha	Intercâmbio de combustíveis alternativos e tecnologias de propulsão inovadoras	31/03/2011	31/03/2011
Alemanha	Atividades de cooperação em terceiros países	31/08/2010	31/08/2010
Alemanha	Reciclagem de geladeiras	27/08/2010	27/08/2010
Alemanha	Complemento ao acordo de cooperação técnica voltado principalmente ao combate à pobreza e proteção da Amazônia	25/05/2010	25/05/2010
Alemanha	Acordo de continuidade do BRAGECRIM - iniciativa de longo prazo de pesquisa colaborativa em tecnologias em manufaturas	03/12/2009	03/12/2009
Alemanha	Cooperação econômica quanto as obras da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016	03/12/2009	03/12/2009
Alemanha	Cooperação nas áreas de pesquisas em ciências, tecnologia e inovação	03/12/2009	03/12/2009
Alemanha	Cooperação na área de segurança pública	03/12/2009	03/12/2009
Alemanha	Cooperação no combate às mudanças climáticas	03/12/2009	03/12/2009
Alemanha	Cooperação financeira em investimentos em parques eólicos	30/12/2008	30/12/2008
Alemanha	Complemento ao acordo de cooperação técnica voltado principalmente ao combate à pobreza e proteção da Amazônia e saúde	06/10/2008	06/10/2008
Alemanha	Cooperação financeira para a instalação de hidrelétricas	13/08/2008	13/08/2008
Alemanha	Cooperação financeira para o desenvolvimento de geração de energias renováveis e do uso pacífico de energia nuclear	14/05/2008	14/05/2008
Alemanha	Cooperação financeira	14/05/2008	14/05/2008

Quadro 15 – Atos internacionais entre o Brasil e países desenvolvidos assinados entre 2006 e 2016.

(Continuação)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Alemanha	Cooperação financeira	14/05/2008	14/05/2008
Alemanha	Ajustes sobre atividades remuneradas de membros de missões diplomáticas	14/02/2008	14/02/2008
Alemanha	Cooperação em pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento	23/11/2007	23/11/2007
Alemanha	Isenção de contribuições sociais	13/11/2007	13/11/2007
Países Baixos	Legislação aduaneira e suas infrações	12/12/2014	01/07/2015
Países Baixos	Cooperação no campo de patrimônio cultural comum	11/04/2008	11/04/2008
Países Baixos	Cooperação em Gestão das Águas	11/04/2008	11/04/2008
Países Baixos	Cooperação no campo de ensino superior e técnico-profissional	11/04/2008	11/04/2008
Países Baixos	Cooperação na área de bioenergia e biocombustíveis	11/04/2008	11/04/2008
Países Baixos	Estabelecimento de mecanismo de consultas políticas	16/01/2007	16/01/2007
Coreia do Sul	Cooperação cultural	23/04/2015	23/04/2015
Coreia do Sul	Cooperação mútua para treinamento de diplomatas	28/05/2012	28/05/2012
Coreia do Sul	Cooperação para agricultura e pesca	11/06/2010	11/06/2010
Coreia do Sul	Estabelecimento de comitê para promoção do comércio e investimentos e cooperação industrial	19/11/2008	19/11/2008
Coreia do Sul	Acordo Cultural 2006-2009	26/09/2006	26/09/2006
Coreia do Sul	Cooperação no Domínio da Defesa	31/03/2006	N/A
Japão	Isenção de vistos para passaporte oficial ou de serviços	02/09/2013	01/11/2013
Japão	Cooperação para missão de estudos com isenção sobre os equipamentos necessários	25/06/2012	25/06/2012
Japão	Isenção de PIS, COFINS e FINSOCIAL para aeronaves japonesas operando no Brasil	22/07/2009	22/07/2009
Japão	Estudo de solução integrada para gestão dos resíduos no polo industrial de Manaus	01/08/2008	01/08/2008
EUA	Cooperação para facilitação de viagens entre os dois países	11/07/2012	N/A
EUA	Cooperação estadual e local	09/04/2012	09/04/2012
EUA	Parceria em aviação	09/04/2012	09/04/2012
EUA	Cooperação técnica em terceiros países para segurança na alimentação	09/04/2012	09/04/2012
EUA	Parceria em aviação	09/04/2012	09/04/2012
EUA	Cooperação técnica em terceiros países para segurança em trabalho decente	19/03/2011	19/03/2011
EUA	Cooperação para organização de grandes eventos globais	19/03/2011	19/03/2011
EUA	Ajustes sobre atividades remuneradas de membros de missões diplomáticas	19/03/2011	19/03/2011
EUA	Acordo de comércio e cooperação econômica	19/03/2011	19/03/2011
EUA	Desenvolvimento de biocombustíveis de aviação	19/03/2011	19/03/2011

Quadro 15 – Atos internacionais entre o Brasil e países desenvolvidos assinados entre 2006 e 2016.

(Conclusão)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
EUA	Ampliação de atividades de cooperação técnica em terceiros países	19/03/2011	19/03/2011
EUA	Fundo de assistência técnica e fortalecimento da capacitação do contencioso do algodão junto à OMC	20/04/2010	20/04/2010
EUA	Cooperação quanto mudanças no clima	03/03/2010	03/03/2010
EUA	Implementação de atividades de cooperação técnica em terceiros países	03/03/2010	03/03/2010
EUA	Avanço da condição da mulher	03/03/2010	03/03/2010
EUA	Alteração dos prazos de validade dos vistos e seus emolumentos consulares incidentes	14/11/2008	14/11/2008
EUA	Controle de narcóticos	01/08/2008	01/08/2008
EUA	Programas educacionais e de intercâmbio cultural	27/05/2008	N/A
EUA	Programas para eliminação da discriminação étnico-racial e promoção da igualdade	13/03/2008	N/A
EUA	Propriedade de móveis e imóveis diplomáticos e consulares	01/06/2007	18/01/2008
EUA	Educação	30/03/2007	30/03/2007
EUA	Cooperação com biocombustíveis	09/03/2007	09/03/2007

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Analisando os sessenta e quatro atos internacionais assinados pelo Brasil com os cinco países que compõem o grupo de estudo no período analisado, se evidencia a predominância de atos internacionais voltados para questões de natureza técnica e não comerciais. Destes acordos, é notável o interesse brasileiro em agir em conjunto com investidores destes países desenvolvidos para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país por meio de acordos voltados a redução da pobreza e saúde, por exemplo.

Outro interesse bilateral é a busca nestes países de maior capital intelectual e tecnológico por auxílio em pesquisas e investimentos voltados ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. 42% dos acordos assinados pela Alemanha, por exemplo, estavam voltados para o desenvolvimento de energias renováveis e preservação do meio ambiente.

Em relação à participação dos países na interação de acordos estabelecidos, em conjunto os EUA e a Alemanha somam quarenta e oito atos assinados, representando 75% de todos os atos firmados com os cinco países-membros desenvolvidos. Este número de atos acertados com estes países justifica-se devido o natural alto nível de investimento que as duas economias apresentam nestas áreas de interesses brasileiros, como as já mencionadas medidas de desenvolvimento sustentável.

Quanto aos acordos firmados com os EUA, é visível a predominância de medidas visando à cooperação diplomática, o desenvolvimento de biocombustíveis, os investimentos em territórios brasileiros ou terceiros e outras medidas de âmbito social. É um dos acordos americanos, no entanto, que se percebe o ato que abrange especificamente produtos a serem comercializados entre os dois países.

O acordo de parceria em aviação firmado entre os dois países em abril de 2012 procura o investimento em infraestrutura e segurança no setor, além do incentivo a pesquisas voltadas a logística e sustentabilidade. Este acordo de cooperação se relaciona a um dos principais produtos exportados pelo Brasil para este parceiro comercial, sendo inclusive o produto manufaturado de maior valor agregado presente na balança de exportações do país. Desta forma, tal acordo comercial pode refletir positivamente nos números da comercialização deste tipo de bem.

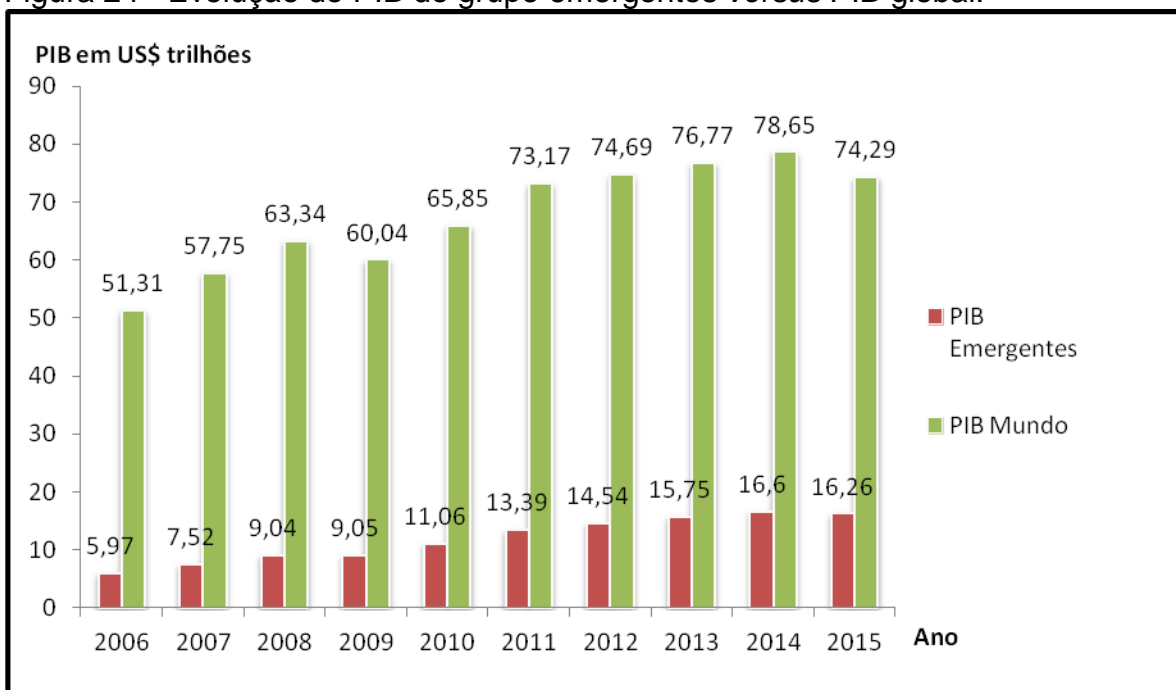
De uma maneira geral, os atos internacionais firmados pelo Brasil com as cinco economias desenvolvidas no período analisado se caracterizam como atos de natureza diplomática em assuntos culturais ou de legislação e jurisdição. Significativamente também, acordos com intuito de buscar investimentos em pesquisas voltadas ao meio ambiente, sustentabilidade, gestão de águas, energias limpas e renováveis e ainda no desenvolvimento de biocombustíveis. Analisando cautelosamente se evidencia que os aspectos financeiros e econômicos sobrepõem as questões comerciais nestes acordos, justificando a ausência de atos voltados a comercialização de determinados produtos específicos.

4.3 CATEGORIA - PAÍSES EMERGENTES

Esta subseção tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados conforme critérios descritos no capítulo 3. Destacam-se informações referentes à participação dos países emergentes na economia global e também com a pauta exportadora e importadora brasileira, bem como principais acordos de cooperação internacional, procurando, quando assim evidenciado, estabelecer relações com os números disponibilizados anteriormente sobre outros níveis de desenvolvimento econômico.

4.3.1 Os países emergentes e a economia global

As economias caracterizadas como emergentes são aqueles que passaram por um rápido e severo crescimento socioeconômico nas últimas décadas causado pela consolidação de sua industrialização e abertura econômica. Este aumento no potencial produtivo e econômico destas economias refletiu em um crescimento considerável também do PIB de cada um destes países. A Figura 24 evidencia a crescente participação do PIB dos países emergentes em relação ao PIB mundial entre os anos de 2006 e 2015.

Figura 24 - Evolução do PIB do grupo emergentes *versus* PIB global.

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2016)

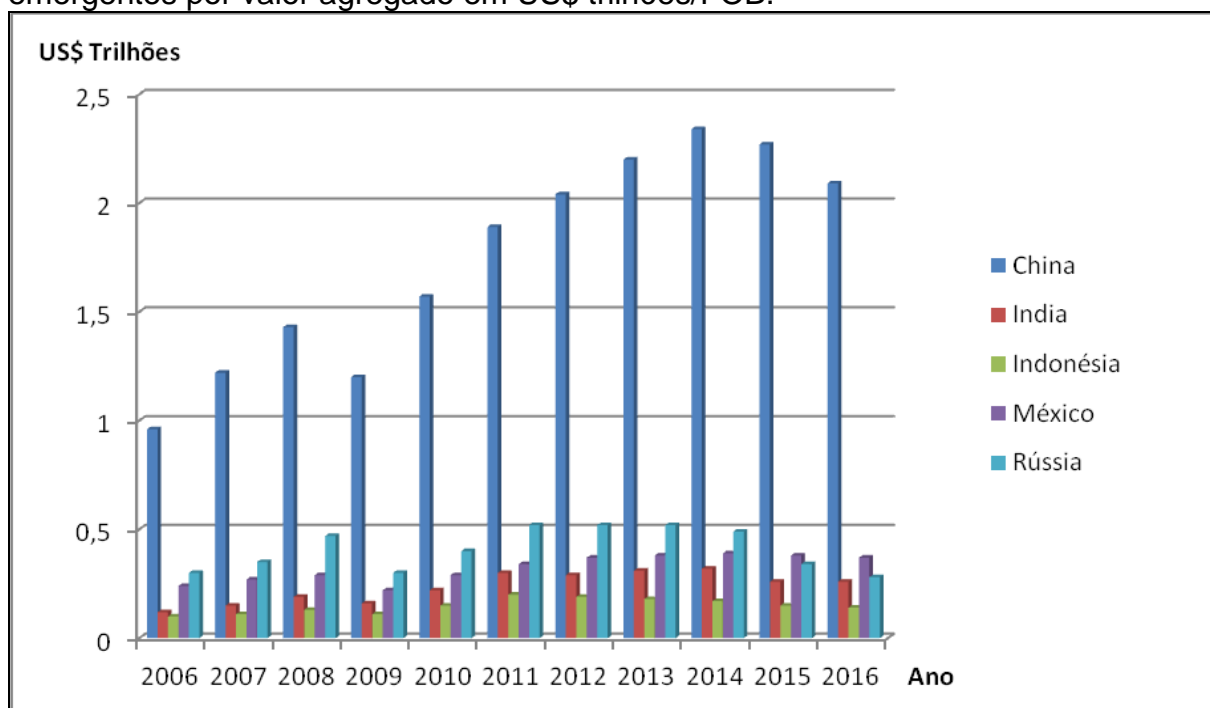
A partir das informações do Banco Mundial (2016) é possível notar que, cada vez mais, os mercados emergentes em questão estão gradativamente ocupando um maior espaço na economia global, visto o aumento de mais de US\$ 10 trilhões no PIB do grupo em pouco menos de dez anos analisados. Isto se justifica, majoritariamente, ao forte crescimento das economias Chinesa e Indiana sustentadas pelo seu consistente e forte mercado interno.

Conforme descrito na subseção anterior, enquanto as economias desenvolvidas apresentam crescimentos moderados, quando não nulos, as economias emergentes apresentam graus de crescimentos constantes e significativos. Desta forma, os países emergentes passaram a ocupar parte da representatividade sob o PIB global antes pertencente aos países desenvolvidos. Enquanto em 2006 os cinco países emergentes representavam, juntos, 11,6% do PIB global, em 2015 este número saltou para 21,8%, não apresentando queda em nenhum um ano da série histórica, mesmo em 2009 em meio à crise econômica global no auge naquele período.

Este aumento no PIB das economias emergentes está relacionado a participação cada vez maior de produtos manufaturados nas suas exportações, um dos resultados das mencionadas recente consolidação da industrialização e abertura comercial. Além disso, a capacidade de produção destes países aumentou

consideravelmente refletindo também no volume das exportações. Este aumento mencionado é evidenciado na Figura 25 com o exemplo da economia Chinesa, país que mais cresceu no planeta nos anos analisados.

Figura 25 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

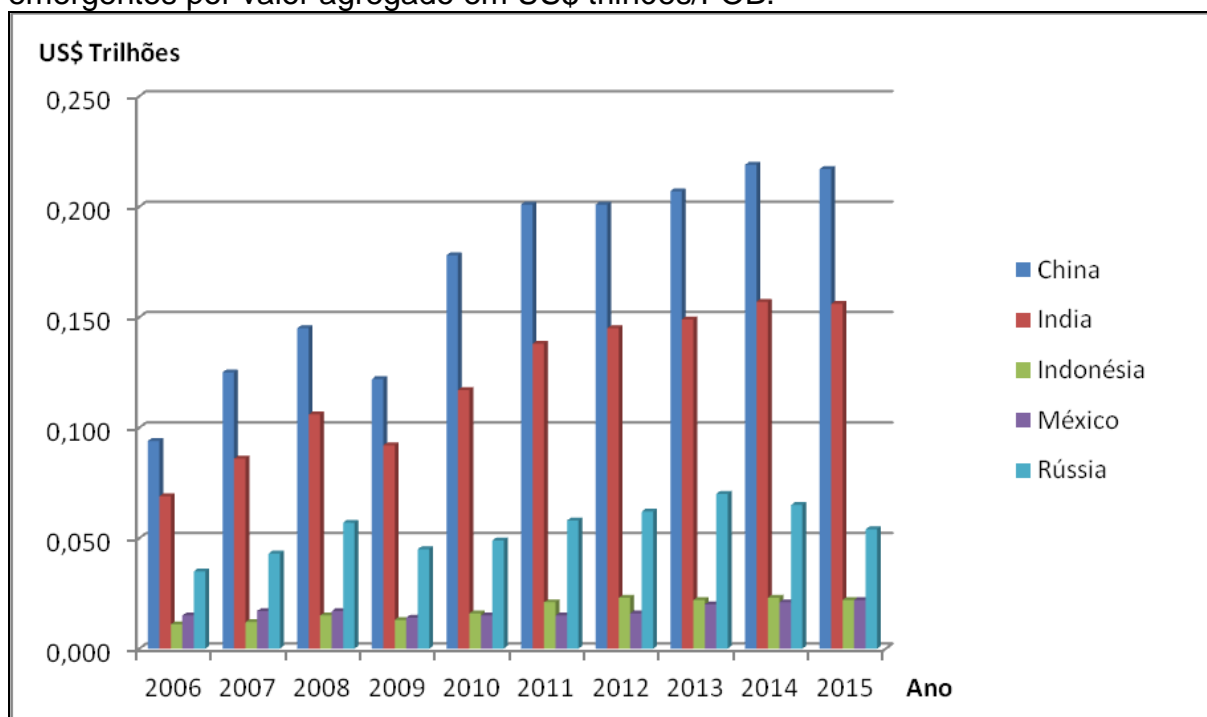
Por meio da análise da Figura 25, percebe-se a enorme disparidade existente nos valores de exportações de bens existentes entre a economia Chinesa e as demais durante todo o período. Entre 2006 e 2016 os números chineses mais que dobraram, e, mesmo apresentando queda durante dois anos consecutivos, a China ainda é o país que mais exporta bens para o resto do mundo, sendo a única a ultrapassar a casa dos US\$ 2 trilhões.

O comportamento das demais economias emergentes mostrou-se equilibrado. Todas as quatro economias apresentaram constante crescimento nas exportações até os últimos anos da pesquisa, quando países como a Rússia voltaram à estaca zero. De maneira geral, todas as cinco economias apresentaram danos aos números das exportações causados pela crise econômica do final da década passada. Enquanto as exportações da China recuperaram-se de imediato e alcançaram marcas históricas nos anos seguintes, as demais economias não

conseguiram repetir o feito chinês, apresentando crescimentos ocasionais em suas exportações.

A disparidade apresentada pelas exportações de mercadorias chinesas contra as demais do grupo, no entanto, não se repete com a comercialização de serviços conforme disposto na Figura 26:

Figura 26 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

A Figura 26 mostra a grande força da balança comercial indiana: a prestação de serviços. Por mais que em nenhum ano analisado a Índia tenha ameaçado assumir a liderança do grupo neste aspecto, o país terminou o período com sólidos US\$ 150 bilhões em exportações de serviços na segunda colocação do grupo, não podendo ser igualado pelo somatório dos demais três países superados e apresentando um crescimento real de mais de 270%. Situação esta muito diferente da analisada anteriormente quanto a exportação de bens e mercadorias.

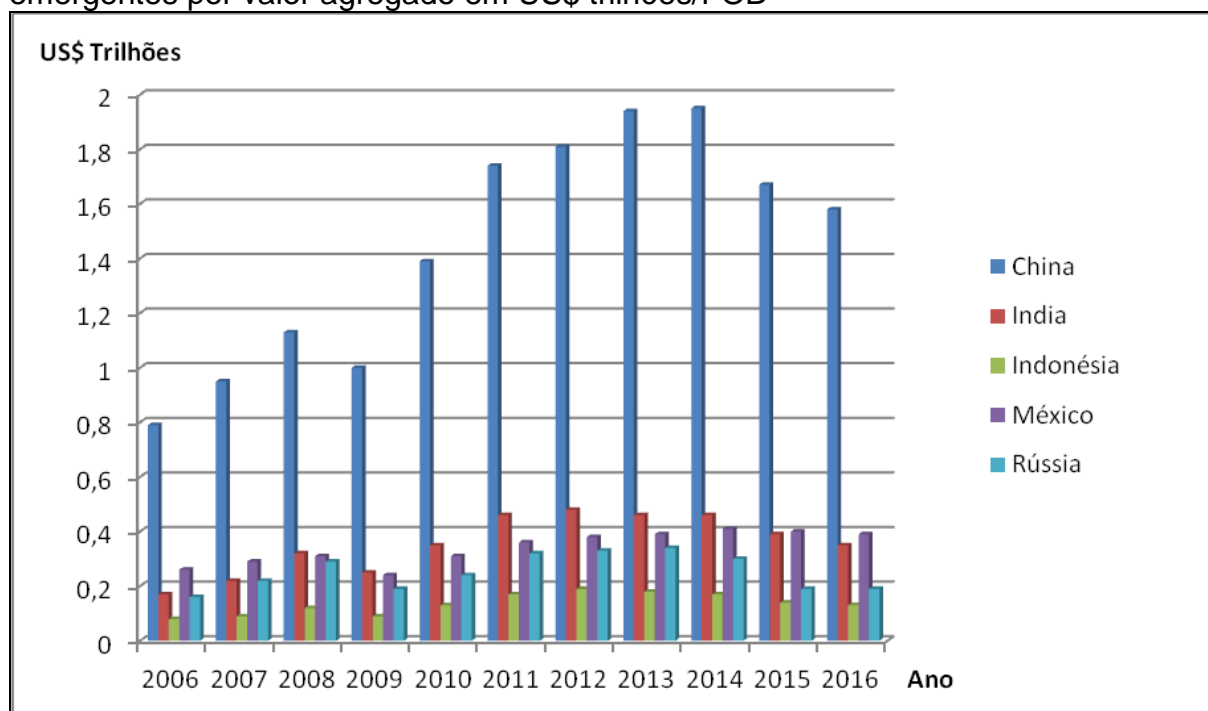
Novamente a China apresentou-se como liderança nas exportações do grupo analisado, Mesmo não sendo o líder global neste quesito, ao contrário das exportações de bens, anualmente o país apresentou números muito representativos quanto valores de serviços. No período analisado a venda de serviços chineses

apresentou uma variação positiva superior a 320%. Desta forma, os valores chineses neste quesito sempre representaram pelo menos um terço do subtotal do grupo e , quando somado aos valores indianos, ultrapassam os dois terços.

Os outros países-membros deste grupo apresentaram uma curva de crescimento muito mais discreta em comparação à chinesa e indiana. Destacando as exportações mexicanas que, quanto mercadorias, terminaram o período na segunda colocação do grupo, mas quando observada a venda de serviços, evidencia-se uma importância muito menor na balança comercial do país.

Quando analisados os valores das importações, a supremacia chinesa sob o grupo destaca-se ainda mais.

Figura 27 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

Assim como evidenciado com as exportações, os valores a respeito da importação de mercadorias, novamente, apresentam a China como grande soberana da balança comercial do período analisado, representando em todos os anos do período mais de 50% das importações do grupo.

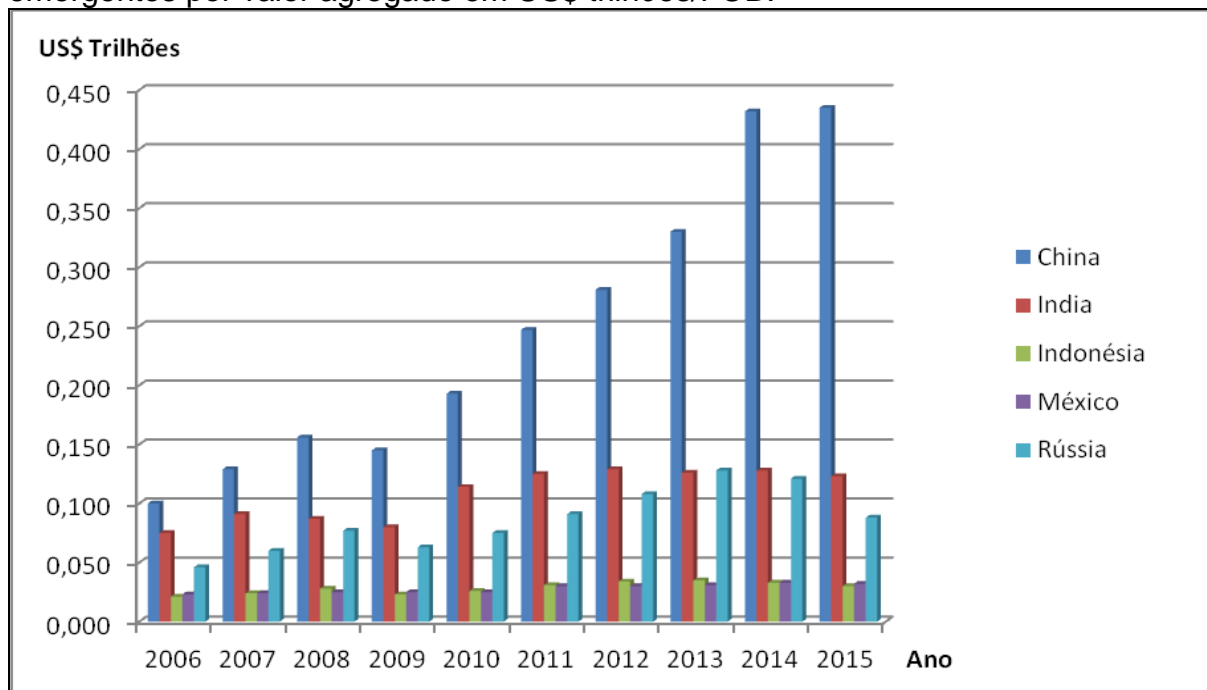
Assim como observado com os parceiros comerciais desenvolvidos, as exportações e importações de bens dos países emergentes apresentaram um

comportamento semelhante quanto a sua curva de crescimento. Os valores dos países estiveram em sintonia quanto a queda apresentada em 2009, os significativos crescimentos nos cinco anos seguintes, e nova significativa queda nos dois últimos anos do estudo. Por mais que os valores dos outros quatro membros do grupo aparentam pouco significativos perto da participação colossal da economia chinesa, todos os quatro países apresentam números relevantes para a balança comercial global e, desta forma, são caracterizados como economias importantes a nível regional e global atualmente.

Em sua totalidade, as importações de bens realizadas pelo grupo caracterizam-se como predominantemente compras de produtos manufaturados ou semimanufaturados oriundos de, majoritariamente, economias desenvolvidas ou parceiros emergentes. Situação inversa à observada anteriormente com as economias desenvolvidas. Desta forma, as importações destes países emergentes são consideradas complementares à sua economia, importando produtos manufaturados para melhorar a indústria de países desenvolvidos, e produtos básicos cuja matéria-prima não exista em abundância no país ou não seja vantagem quando comparado os empreendimentos.

A Figura 28 revela, por sua vez, valores mais discretos quanto a importação de serviços.

Figura 28 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes emergentes por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



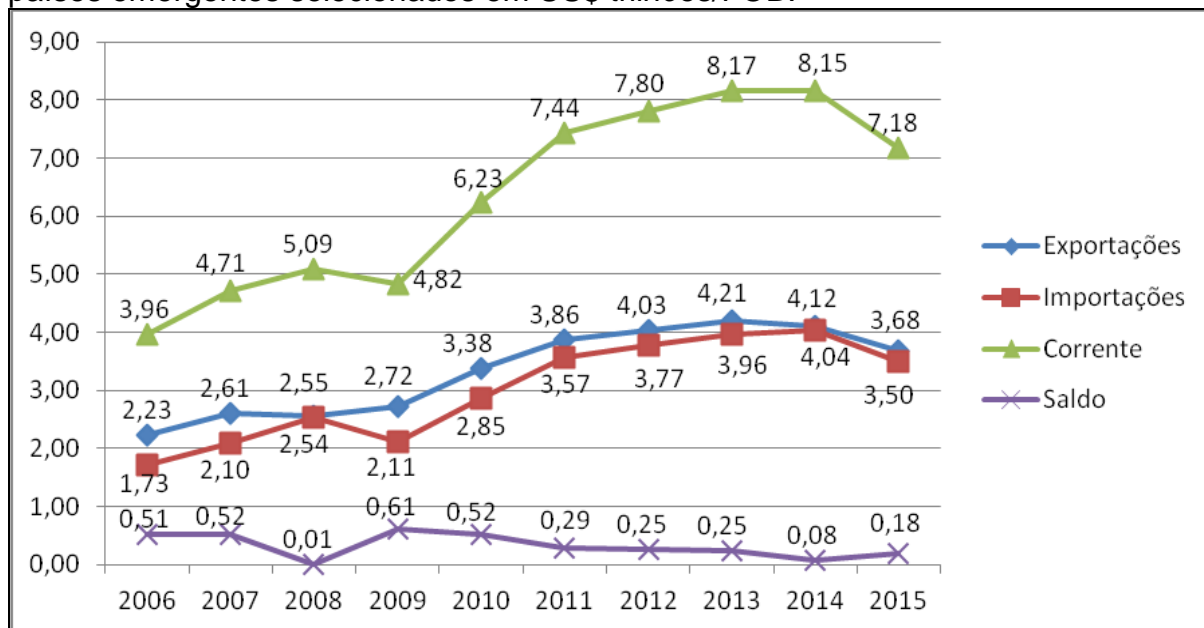
Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017)

A Figura 28 expõe mais uma soberania chinesa sob a operação comercial exposta. No entanto, desta vez a representatividade das atividades do país sob o total geral é de representatividade inferior, representando mais de 50% de todo o total apenas na segunda metade do período analisado, apresentando novamente um crescimento constante nos valores de comercialização de serviços pós-2009 assim como ocorrido nas exportações exposto na Figura 27.

Ainda comparando com a Figura 27, é possível evidenciar um *déficit* comercial de serviços em praticamente todo o período ao analisar os números mais discretos das exportações em comparação com as importações dos países-membros do grupo em estudo.

A partir das informações disponibilizadas pela Organização Mundial do Comércio nas figuras anteriores, é possível estabelecer os valores totais das operações de comércio exterior, das economias emergentes selecionadas, para análise dinâmica.

Figura 29 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países emergentes selecionados em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

A Figura 29 nos mostra que, diferentemente do ocorrido com os países desenvolvidos, os parceiros emergentes do Brasil apresentaram *superávit* comercial em todos os anos entre 2006 e 2015, ou seja, no período analisado as exportações sempre superaram as importações em valor agregado em dólares.

Sobre este saldo positivo, o momento em que o mesmo foi o menor registrado foi em 2008, quando ficou em US\$10 bilhões. O maior valor, por sua vez, foi no ano seguinte, em 2009, quando registrou um superávit de US\$ 610 bilhões. Interessante notar que 2015 foi o único ano que registrou queda nos valores de exportação/importação. As exportações apresentaram queda em apenas outros dois anos além de 2015: 2008 e 2014, com reduções de US\$ 60 bilhões e US\$ 90 bilhões respectivamente. As importações, por sua vez, só registraram queda em em 2009, além do último ano analisado, quando reduziu-se em US\$ 430 bilhões, permitindo o maior saldo superavitário naquele ano.

4.3.2 Balança comercial Brasil x economias emergentes

Devido o rápido crescimento ocorrido nas últimas décadas, as economias emergentes passaram a desempenhar não apenas um papel de vital importância no comércio global, mas também na balança comercial brasileira. Da mesma forma, o

Brasil, como uma economia emergente, passou a ser importante também para seus demais parceiros deste específico grupo de países.

A partir das informações dispostas no Quadro 8, é possível, estratificando as informações referentes aos cinco países emergentes selecionados, analisar o comportamento do Brasil com estas economias, como dispostos no Quadro 16.

Quadro 16 - Os cinco países emergentes de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.

POSIÇÃO	PAÍS	NÍVEL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE	SALDO
1	China	E	330,3	277,9	608,2	52,4
2	México	E	42,6	43,3	85,9	-0,7
3	Índia	E	33,3	44,5	77,8	-11,2
4	Rússia	E	37,7	24,9	62,6	12,8
5	Indonésia	E	17,4	14,8	32,2	2,6
TOTAL			461,3	405,4	866,7	55,9

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017).

Ao contrário dos valores dos países desenvolvidos no capítulo anterior, o Quadro 16 evidencia que a relação comercial do Brasil foi superavitária com seus principais parceiros emergentes. Mesmo tendo saldo comercial negativo com três dos cinco países do Quadro 16, a China, segundo maior superávit entre os trinta e dois países selecionados, compensa o saldo total para o lado favorável ao Brasil.

A China, líder entre os parceiros emergentes brasileiros, é no período analisado, o maior parceiro comercial do Brasil a nível global. O país é responsável pela maior corrente comercial (608,2 e 18,9% do total), e sua segunda colocação no ranking geral de saldo comercial superavitário é justificada por ser, disparado, o maior comprador de produtos brasileiros em relação a valor agregado.

Este domínio chinês sobre a balança comercial brasileira com os países emergentes é reforçado ao analisar a participação do mercado do país asiático contra os outros quatro representantes. A China é responsável por 71,6% das exportações brasileiras para o grupo; 66,1% das importações e ainda 69,0% de toda a corrente comercial com os cinco emergentes. Os anos analisados representam com precisão o momento na qual o título de maior parceiro comercial brasileiro saiu das mãos dos Estados Unidos para estar em posse do gigante asiático.

É importante frisar que os outros quatro países emergentes que compõem o grupo analisado não encontram-se na lista dos dez maiores parceiros comerciais brasileiros no período do estudo. Estas quatro economias em conjunto representam

um superávit comercial para o Brasil cuja razão será analisada nos subcapítulos seguintes.

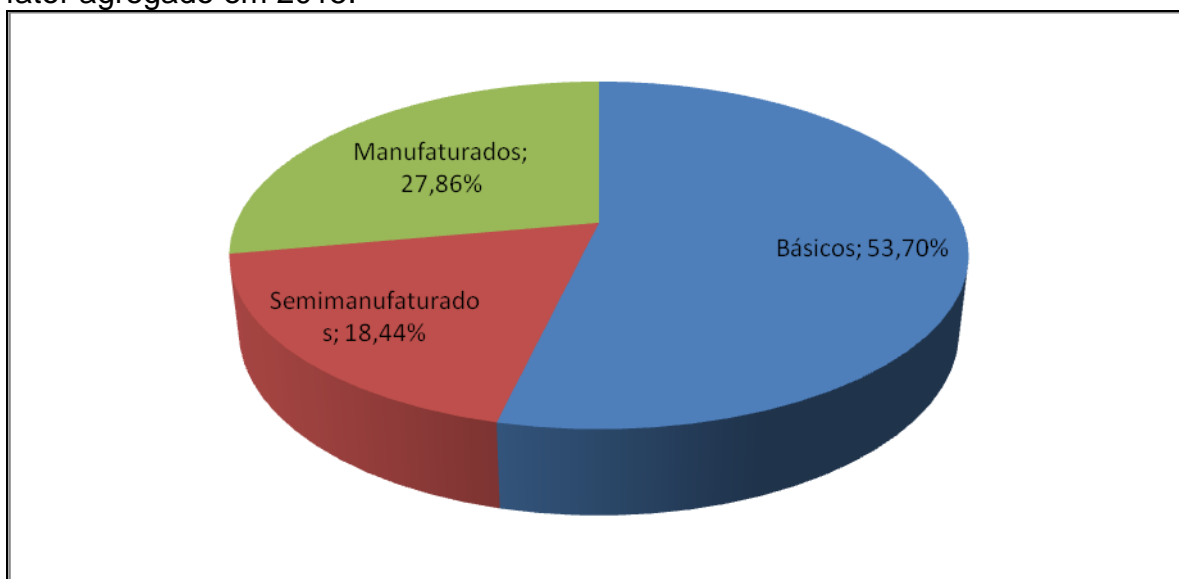
4.3.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado

De um ponto de vista histórico, as economias emergentes são fenômenos recentes, de poucas décadas de existência. Desta forma, analisar como o Brasil negociava com estas economias é considerar o período anterior à rápida expansão econômica apresentada por estes países e a gradativa mudança nos anos recentes.

Portanto, as exportações brasileiras para os países deste nível de desenvolvimento, historicamente, apresentam a gradativa transição de negociações com enfoque em produtos básicos e semimanufaturados, para uma presença cada vez mais significativa dos produtos manufaturados na participação do todo, observada nos períodos mais recentes.

Os resultados desta lenta e progressiva transição podem ser evidenciados na Figura 30, que expõe as exportações brasileiras para os cinco países emergentes selecionados para o estudo em 2015. A partir dela pode-se evidenciar que o percentual de produtos manufaturados passou a ocupar um importante percentual das exportações brasileiras também para os países emergentes.

Figura 30 – Exportações brasileiras para os países emergentes deste estudo por fator agregado em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2016).

Conforme a Figura 30 mais da metade das exportações brasileiras para os parceiros emergentes selecionados foram de produtos primários. Mas, indo ao encontro do mencionado a respeito da gradual industrialização dos produtos comercializados pelo Brasil, o percentual de mercadorias manufaturadas vem ganhando uma representatividade cada vez maior. Isto reflete em como lentamente as economias emergentes estão considerando o país como fornecedor de qualidade para este tipo de produto também, não apenas produtos básicos.

Entretanto, o número representando os produtos manufaturados nas exportações para países desenvolvidos apresenta-se acima do mesmo valor para países emergentes. Este fato se deve a grande representatividade que a venda de aviões por parte do Brasil para a economia americana, por exemplo, tem sob o percentual total das exportações nacionais. Por outro lado, estes números ajudam a reforçar estas, lentas, porém significativas, mudanças nas exportações brasileiras.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias emergentes, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais exportados pelo Brasil entre 2006-2016. O Quadro 17 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 17 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países emergentes deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE DESTINO
26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	100.692.117.270	1.609.496.653.129	China
12019000	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	75.814.781.167	166.959.958.765	China
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	35.171.504.424	90.104.934.540	China
27090010	Óleos brutos de petróleo	34.042.671.127	73.349.782.874	China
27090010	Óleos brutos de petróleo	13.171.471.375	26.765.101.584	Índia
47032900	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto (...)	11.387.135.751	24.632.598.705	China
02023000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	10.480.725.353	3.134.491.485	Rússia
17011100	Açúcar de cana, em bruto	7.703.370.895	22.092.299.678	Rússia
02032900	Outras carnes de suíno, congeladas	5.514.032.303	1.859.431.380	Rússia
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	5.067.172.013	651.356.869	México
17011400	Outros açúcares de cana	2.891.302.100	7.615.930.306	Índia
23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	2888127475	7446564954	Indonésia
15071000	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	2736993784	3383570367	Índia
17011400	Outros açúcares de cana	2456182541	6031965592	Rússia
17011100	Açúcar de cana, em bruto	2395485956	6536793637	Índia
26030010	Sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados	2394206590	1210721341	Índia
52010020	Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado	2111673830	1281779199	Indonésia
17011400	Outros açúcares de cana	2055773332	4887357273	Indonésia
02071400	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	1857248867	1069949856	Rússia
87043190	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	1760439941	236396947	México
72071200	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção (...)	1446500035	3571830155	Indonésia
72071200	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção (...)	1325766703	2617579152	México
84073490	Outros motores de explosão, para veículos do (...)	1264938778	79908675	México
17011100	Açúcar de cana, em bruto	1159885093	2621956738	Indonésia
87089990	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	845.260.550	110.871.867	México

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Alice Web (2017).

Os produtos exportados pelo Brasil para as economias emergentes no período analisado e disponibilizados no Quadro 17 corroboram o comportamento evidenciado na Figura 30. Portanto, de maneira semelhante ao exposto no subcapítulo anterior sobre as exportações para os países desenvolvidos, o Brasil adota uma postura de vendedor de produtos, em sua grande maioria, matérias-primas ou que passaram por um pequeno processo de industrialização, em resumo, de bens básicos ou semimanufaturados.

De uma forma menos significativa em comparação às exportações para os países desenvolvidos, alguns produtos descritos no Quadro 16 são de natureza manufaturada. Mais especificamente, todos os cinco produtos mais exportados para o México no período analisado se enquadram nesta classificação, mesmo que equivalendo a menos de 3% de todo o subtotal de valor em dólares.

Analisando os valores que representam a exportação de produtos básicos e semimanufaturados, o Brasil se caracteriza como um grande fornecedor de petróleo bruto, minério de ferro, soja, milho e carne aviária. Produtos estes presentes também nas vendas analisadas previamente no nível de desenvolvimento anterior. Interessante observar o produto que se encontra na primeira colocação da lista. O Minério de Ferro foi o produto mais vendido pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2016 e a China foi o principal país destinatário. Entretanto, o país asiático é o líder mundial na produção deste mineral, podendo indicar que a compra do mesmo seja para suplementar as necessidades do mercado interno, visto que boa parte da produção chinesa seja voltada à exportações, semelhante ao caso brasileiro.

Quanto aos dados envolvendo os valores de volumes em quilogramas, novamente se percebe o alto peso nas exportações dos produtos básicos nas quais o Brasil possui uma intensa vantagem comparativa no mercado global como é o caso do minério de ferro e da soja. O produto de menor peso representativo na tabela são os motores de explosão que devido seu valor agregado permitiu que este produto ficasse entre os melhores colocados.

A postura brasileira quanto às exportações para os países emergentes demonstra ser de, majoritariamente, um fornecedor de bens primários, se assemelhando a situação analisada com os países desenvolvidos. Desta forma, podemos afirmar que, do ponto de vista das exportações, o país não adota uma

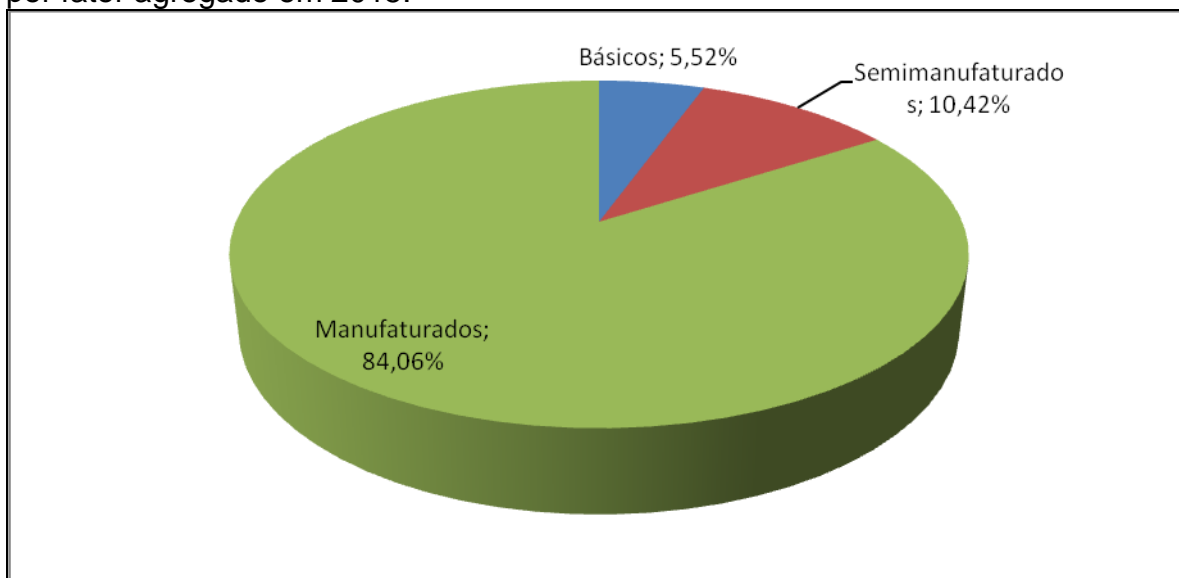
postura diferenciada quando negociando com estes dois níveis de desenvolvimento já observados.

4.3.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado

De maneira semelhante aos dados referentes às importações oriundas de países desenvolvidos, o Brasil historicamente também conta com os parceiros comerciais de nível de desenvolvimento emergente como alternativa para fornecimento de produtos industrializados que a malha industrial brasileira não tem fatores de produção o suficiente para fornecer e para alguns demais produtos básicos para complementar o mercado interno.

Com base nos dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2016) é possível, pela Figura 31, analisar que o cenário descrito ainda se mantém atualmente.

Figura 31 – Importações brasileiras oriundas dos países emergentes deste estudo por fator agregado em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2016).

Do contrário ao observado nas exportações brasileiras para os países emergentes, as importações nacionais oriundas deste grupo de países se caracterizam como, em sua grande maioria, de produtos industrializados (84%) sendo, principalmente, como será exposto mais a seguir, produtos eletrônicos e de telecomunicações, além de motores de propulsão.

Esta situação corrobora a afirmação de que, para o Brasil, seus parceiros emergentes são alternativas viáveis para a aquisição de produtos manufaturados, não necessitando contar somente com economias desenvolvidas para tanto como ocorria nas décadas anteriores.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias emergentes em questão, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais importados pelo Brasil no período de dez anos em estudo. O Quadro 18 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 18 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países emergentes deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE ORIGEM
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	19.418.953.172	23.973.152.390	Índia
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	11.701.565.290	1.053.222.329	México
85299020	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	10.314.658.862	460.395.404	China
85177099	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	8.495.134.405	48.984.632	China
31042090	Outros cloretos de potássio	3.757.273.788	11.012.922.102	Rússia
85171231	Terminais portáteis de telefonia celular	3.712.198.814	14.110.503	China
31021010	Ureia, mesmo em solução aquosa, com teor de nitrogênio (azoto) (...)	3.387.371.326	9.813.221.836	Rússia
84733092	Tela para microcomputadores portáteis, policromática	3.273.825.894	34.437.381	China
29173600	Ácido tereftálico e seus sais	3.140.067.523	3.001.290.500	México
90138010	Dispositivos de cristais líquidos (LCD)	3.100.917.103	39.591.289	China
31054000	Diidrogeno-ortofosfato de amônio (...)	2.958.707.419	5.845.963.654	Rússia
31023000	Nitrato de amônio, mesmo em solução aquosa	2.660.727.089	9.724.528.986	Rússia
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	1.399.410.520	1.445.538.514	Rússia
40012920	Borracha natural granulada ou prensada	1.310.477.032	493.170.207	Indonésia
15132910	Outros óleos de "palmiste"	1.305.904.187	1.230.753.574	Indonésia
15119000	Outros óleos de dendê	1.152.501.607	1.438.780.341	Indonésia
40012200	Borracha natural tecnicamente especificada (TSNR), em outras formas	1.039.970.158	414.667.492	Indonésia
55101100	Fios que contenham pelo menos 85 %, em peso, (...)	975.379.121	325.166.974	Indonésia
32061119	Outros pigmentos tipo rutilo, que contenham, em peso, 80 % ou mais de (...)	747.905.336	272.063.124	México
87032210	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a (...)	702.982.370	62.417.454	México
29341090	Outros compostos heterocíclicos com um ciclo tiazol não condensado	639.461.822	5.250.748	Índia
54023300	Fio texturizado de poliésteres	631.235.516	332.409.911	Índia
85023100	Outros grupos eletrogêneos de energia eólica	601.423.291	61.511.108	Índia
54023310	Fios texturizados de poliésteres, crus	567.186.188	347.552.546	Índia
71069100	Prata, em formas brutas	561.373.935	759.866	México

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017).

O Quadro 18 nos permite evidenciar bem a afirmativa de que, para o Brasil, as economias emergentes representam uma alternativa de compra às opções dos países desenvolvidos. Um grande exemplo disto é o produto número um em importações por valor em dólares disposto no Quadro 18: o Óleo Diesel. Como observado no subcapítulo anterior, o produto mais importado, em valor, pelo Brasil oriundo de países desenvolvidos, foi o óleo diesel norte-americano, totalizando US\$ 18 bilhões na balança comercial. Entretanto, evidencia-se que o Brasil possui a Índia como importante alternativa de compra ao óleo diesel dos Estados Unidos e, no período analisado, pagou mais pelo produto do país emergente do que pelo equivalente do fornecedor desenvolvido. Entretanto ao analisar a relação valor x peso nos respectivos quadros, percebe-se que o preço unitário do óleo diesel indiano foi superior ao americano na totalidade do período. Importante destacar ainda que não apenas a Índia, entre os países emergentes, fornece este produto ao Brasil, mas também a Rússia fornece, em quantidade 10 vezes menor, este produto.

Por meio dos dados disponibilizadas pelo *AliceWeb* no Quadro 18 se percebe a prevalência dos produtos industrializados nas importações brasileiras no período, com destaque para produtos de telefonia, comunicação, eletroeletrônicos entre outros aparelhos do segmento, correspondendo ao equivalente de 34% do subtotal importado destes países.

Assim como ocorrido com os países desenvolvidos, alguns compostos químicos se fizeram presentes nos investimentos brasileiros em importações. O Cloreto de Potássio e a Ureia, compostos mais representativos no Quadro 18, são os produtos mais importados da Rússia e são muito utilizados como fertilizantes para a agroindústria brasileira.

Comparando as exportações e as importações destacadas nos dois quadros anteriores, pode-se evidenciar que os valores em dólares das exportações superam as importações 3,6 vezes e, analisando o volume negociado em quilogramas, as exportações superaram em mais de 30 vezes o volume importado. Novamente, isto se justifica pelo fato de que as importações brasileiras são majoritariamente de natureza manufaturada, com valor agregado alto, em contraste com as exportações de, em maioria, produtos básicos.

Os dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores mostram ainda que, em sua maioria, os vinte e cinco produtos elencados como os

produtos mais importados pelo Brasil destes países desenvolvidos selecionados, são também os produtos mais exportados por ditos países de um ponto de vista global.

4.3.3 Cooperação internacional – economias emergentes

Este subcapítulo tem como principal objetivo expor e analisar os principais acordos estabelecidos pelo Brasil junto às cinco economias selecionadas para a construção do grupo de países emergentes, procurando, quando assim evidenciado, estabelecer relações com os números disponibilizados anteriormente sobre outros níveis de desenvolvimento econômico.

4.3.3.1 Atos internacionais Brasil x países emergentes

Assim como disponibilizado no contexto dos mercados desenvolvidos, na tentativa de evidenciar, também, a postura brasileira quanto aos acordos estabelecidos com os países emergentes, foram elencados e analisados os acordos comerciais assinados pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2016, como realizado anteriormente, com cada um dos países membros do dito nível de desenvolvimento socioeconômico, para desta forma, apontar suas principais características no âmbito das diplomacias.

O Quadro 19 elenca todos os acordos vigentes assinados pelo Brasil com as economias emergentes selecionadas entre os anos de 2006 e 2016.

Quadro 19 – Atos internacionais entre o Brasil e países emergentes assinados entre 2006 e 2016

(Continua)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
China	Aumentar cooperação econômica para desenvolvimento	19/05/2015	19/05/2015
China	Concessão de visto para homens de negócios	16/07/2014	15/08/2014
China	Estabelecimento recíproco de centros culturais	21/06/2012	24/09/2012
China	Plano de cooperação decenal	21/06/2012	-
China	Estabelecimento recíproco de centros culturais	21/06/2012	21/06/2012
China	Plano de cooperação decenal	21/06/2012	21/06/2012
China	Comunicado conjunto acerca de temas econômicos estratégicos	12/04/2011	12/04/2011
China	Cooperação de instituições locais de Relações Exteriores	14/09/2010	14/09/2010
China	Propriedade Intelectual	16/04/2010	16/04/2010
China	Cooperação Cultural (2010-2012)	16/04/2010	16/04/2010
China	Aumentar cooperação econômica para desenvolvimento (2010-2014)	15/04/2010	15/04/2010
China	Requisitos fitossanitários - folha de tabaco	15/04/2010	15/04/2010
China	Carne Bovina	15/04/2010	15/04/2010
China	Fortalecimento de parceria estratégica	19/05/2009	19/05/2009
China	Petróleo, equipamento e financeiro	19/05/2009	19/05/2009
China	Cooperação com energia e mineração	19/02/2009	19/02/2009
China	Energia e recursos minerais	05/06/2006	05/06/2006
China	Implementação de Infraestrutura de construção	05/06/2006	22/11/2006
China	Cooperação Cultural e Educacional	23/03/2006	23/03/2006
México	Cooperação Técnico-Científica: Agricultura, Pesca e Pecuária	26/05/2015	26/05/2015
México	Cooperação Técnico-Científica: Agricultura, Pesca e Pecuária	26/05/2015	26/05/2015
México	Cooperação Técnico-Científica: Gestão Recursos hídricos	07/08/2012	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Cultivo de Soja no semiárido	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Produção agrícola sustentável	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Melhoramento genético da Cana-de-açúcar	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Melhoramento genético da Purgueira	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Bancos de leite humanos no México	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Melhoramento carne Bovina e Suína	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Práticas de integração área da Saúde	11/06/2012	11/06/2012

Quadro 19 – Atos internacionais entre o Brasil e países emergentes assinados entre 2006 e 2016.

(Continuação)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
México	Cooperação Técnico-Científica: Intercâmbio áreas de Pesca e Agricultura	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Pesquisas Florestais e Agropecuárias	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Saúde Ambiental	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação Técnico-Científica: Intercâmbio Gestão de irrigação	11/06/2012	11/06/2012
México	Cooperação contra o tráfico de pessoas e migrantes	23/02/2010	25/03/2010
México	Cooperação Técnico-Científica: Intercâmbio serviços de Saúde	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Saúde Ambiental	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: fortalecimento do IBGE (Geografia)	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: fortalecimento do IBGE (Estatística)	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Gestão da Qualidade	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Formação Profissional Técnica	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Políticas Agrícolas	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Pesquisa Genética e Industrial - Purgueira	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Educação Aeronáutica, EAD e Telecom.	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: CONALEP	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Formação Profissional Técnica	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Biofertilizantes e Sementes	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Capacitação em sanidade vegetal	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Intercâmbio serviços de Saúde	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: fortalecimento do INEGI (Geografia)	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: fortalecimento do INEGI Estatística	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Criação banco de leite humano mexicano	11/08/2009	-
México	Cooperação Técnico-Científica: Sistema de Informações sobre Águas	11/08/2009	-
México	Cooperação Cultural (2007-2010)	29/11/2007	29/11/2007
México	Cooperação Energética	06/08/2007	06/08/2007
México	Cooperação Jurídica em matéria Penal	06/08/2007	01/11/2011
México	Estabelecimento da comissão binacional	28/03/2007	28/03/2007
Índia	Assuntos consulares e sobre mobilidade	16/07/2014	16/07/2014
Índia	Cooperação na área de Meio Ambiente	16/07/2014	16/07/2014

Quadro 19 – Atos internacionais entre o Brasil e países emergentes assinados entre 2006 e 2016.

(Continuação)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Índia	Cooperação Técnica	30/03/2012	30/03/2012
Índia	Intercâmbios Culturais (2012-2014)	30/03/2012	30/03/2012
Índia	Promoção da igualdade de gênero e direitos da criança e da mulher	30/03/2012	30/03/2012
Índia	Cooperação Técnica	30/03/2012	28/06/2012
Índia	Cooperação na área de Biotecnologia	30/03/2012	30/03/2012
Índia	Cooperação em Agricultura e setores afins	16/04/2008	16/04/2008
Índia	Cooperação no setor de Petróleo e Gás Natural	16/04/2008	16/04/2008
Índia	Memorando sobre Defesa Civil e Assistência Humanitária	16/04/2008	16/04/2008
Índia	Cooperação no setor de Infraestrutura	18/02/2008	18/02/2008
Índia	Cooperação em Esporte e Assuntos de Juventude	18/02/2008	18/02/2008
Índia	Luta contra a Fome e Pobreza	18/02/2008	18/02/2008
Índia	Cooperação mútua entre as Academias Diplomáticas	12/09/2007	12/09/2007
Índia	Acordo de Coprodução Audiovisual	04/06/2007	01/11/2011
Índia	Assistência mútua em Matéria Aduaneira	04/05/2007	18/11/2014
Índia	Implementação das semanas de cultura mútua nos respectivos países	12/09/2006	12/09/2006
Índia	Cooperação na área de Assentamentos Humanos	12/09/2006	12/10/2006
Índia	Atividades Remuneradas - Dependentes de pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	14/11/2014
Índia	Intercâmbio de cooperação no campo da Educação	01/02/2006	01/02/2006
Rússia	Cooperação Técnico-Militar	14/07/2014	14/07/2014
Rússia	Cooperação Econômica e Comercial (2014-2015)	14/07/2014	-
Rússia	Reunião de Alto Nível de Cooperação (2014-2015)	20/02/2013	20/02/2013
Rússia	Parceria Estratégica	14/05/2010	14/05/2010
Rússia	Plano de consultas políticas	14/05/2010	14/05/2010
Rússia	Declaração conjunta de interesses comuns e estratégicos	26/11/2008	26/11/2008
Rússia	Isonção de vistos de curta duração para nacionais	26/11/2008	07/06/2010
Rússia	Declaração conjunta - reunião de alto nível de cooperação	04/04/2006	04/04/2006
Rússia	Acordo intercâmbio entre instituições de natureza diplomática	04/04/2006	04/04/2006
Rússia	Cooperação científica e tecnológica	04/04/2006	04/04/2006

Quadro 19 – Atos internacionais entre o Brasil e países emergentes assinados entre 2006 e 2016.

(Conclusão)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Indonésia	Incentivo de promoção ao comércio e ao crescimento.	16/11/2011	16/11/2011
Indonésia	Implementação de parceria estratégica.	15/10/2009	15/10/2009
Indonésia	Parceria Estratégica	18/11/2008	18/11/2008
Indonésia	Erradicação da Pobreza	18/11/2008	18/11/2008
Indonésia	Cooperação no campo da Agricultura	18/11/2008	18/11/2008
Indonésia	Cooperação em Energia e Mineração	18/11/2008	18/11/2008
Indonésia	Cooperação Técnica – Produção de etanol combustível	12/07/2008	12/07/2008
Indonésia	Cooperação Educacional	12/07/2008	12/07/2008
Indonésia	Isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais ou de serviço	12/07/2008	06/12/2008
Indonésia	Comissão mista em prol da cooperação bilateral	22/08/2007	22/08/2007

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Analisando os noventa e seis atos internacionais assinados pelo Brasil com os cinco países que compõem o grupo de estudo no período analisado, é possível perceber novamente um predomínio dos acordos de natureza técnica e de cooperação em investimento e a existência de poucos acordos comerciais. Diversos destes acordos apresentam características voltadas ao desenvolvimento socioeconômico mútuo entre as partes proporcionando parcerias entre instituições e investimentos em setores específicos como agricultura, pesquisas científicas, mobilidade, saúde e educação. Além de diversos acordos de natureza de cooperação cultural.

A China caracterizou-se como o país que tenha tido o maior enfoque direcionado para os acordos comerciais. Acordos estabelecidos a respeito da negociação de carne bovina e minério de ferro envolvem diretamente alguns dos produtos mais representativos da balança comercial do país, além do país asiático ser aquele que mais firmou atos voltados a cooperação e desenvolvimento econômico para com o Brasil.

O México é, disparado, o país emergente analisado que mais firmou atos com o Brasil no período analisado: trinta e sete acordos, representando 43% de todos os atos firmados com os cinco países-membros emergentes, e, deste número, quase todos se caracterizam como acordos de cooperação técnica voltados ao fortalecimento de setores da economia ou instituições de pesquisa de ambos países.

Observando os acordos estabelecidos com o grupo de países emergentes como um todo, predominam os acordos de natureza de cooperação técnica e voltados ao desenvolvimento proporcionando parcerias e ainda atos na esfera cultural. Os aspectos comerciais ficaram em segundo plano, ficando mais evidenciados nos atos firmados, principalmente, com a China.

4.4 CATEGORIA - PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

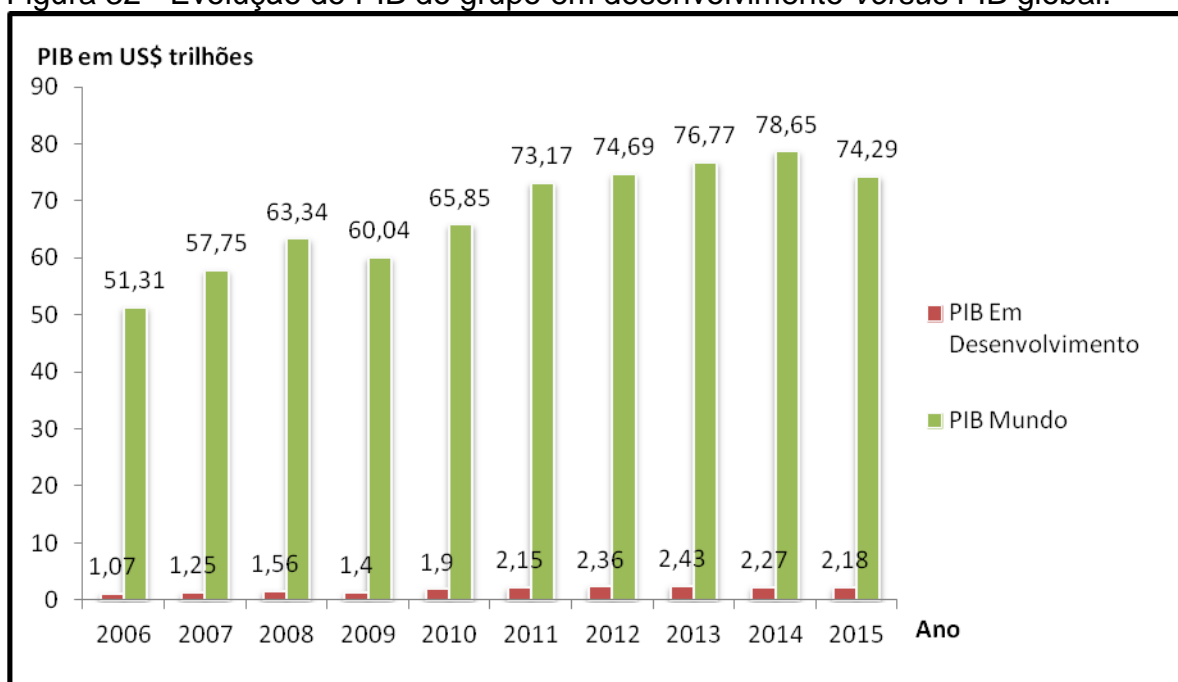
Esta subseção tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados conforme critérios descritos no capítulo 3. Destacam-se informações referentes à participação dos países em desenvolvimento na economia global e também com a pauta exportadora e importadora brasileira, bem como principais acordos de cooperação internacional, procurando, quando assim evidenciado,

estabelecer relações com os números disponibilizados anteriormente sobre outros níveis de desenvolvimento econômico.

4.4.1 Os países em desenvolvimento e a economia global

As economias caracterizadas como em desenvolvimento são aquelas que ainda encontram-se em um processo de solidificação de sua economia. Seus índices socioeconômicos não apresentam valores que causem euforia nos investidores, como ocorre com os países emergentes, devido ao alto risco ainda existente. Desta forma, a Figura 32 evidencia a tímida participação do PIB dos países em desenvolvimento em relação ao PIB mundial entre os anos de 2006 e 2015.

Figura 32 - Evolução do PIB do grupo em desenvolvimento *versus* PIB global.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2016).

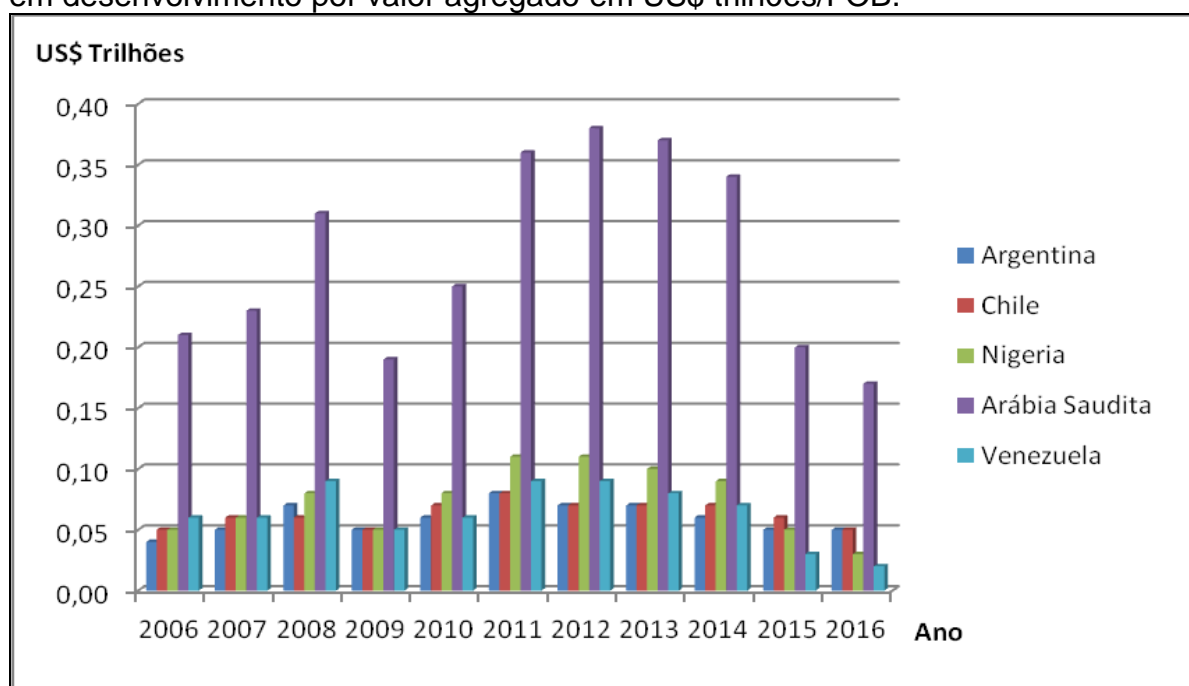
A partir das informações da Figura 32 é possível notar que o Produto Interno Bruto das economias em desenvolvimentos selecionadas representaram em média 2,7% do PIB mundial do período analisado. Isto se deve ao fato de que estes países ainda possuem suas economias baseadas na produção de produtos básicos ou semimanufaturados, ou seja, que exigem menor grau de industrialização e, por consequência valor agregado aos seus produtos, afetando seu PIB total.

Entretanto, estas economias descritas também apresentaram um grau de crescimento entre 2006 e 2016, duplicando o valor de sua representatividade no cenário internacional já na metade do período. Tal crescimento é justificado pelo lento, porém existente, avanço no desenvolvimento e industrialização de sua economia. Mesmo assim, pode-se afirmar que o percentual representado por estes cinco países comparando a nível global, ainda é mínimo, apresentando queda durante a recessão econômica em 2009 e novamente nos dois últimos anos deste estudo. Analisando o começo e o fim do período, evidencia-se um crescimento total do grupo de 203%.

Este processo de industrialização dos produtos produzidos por estes países tem tido como foco, principalmente, as indústrias para processamento dos produtos básicos mais representativos das economias de cada respectivo país. De qualquer forma, a capacidade produtiva destes países não é capaz de competir com os grandes concorrentes dos mercados desenvolvidos e emergentes, afetando suas comercializações a nível global.

Desta forma, a Figura 33 começa a evidenciar esta menor representatividade das exportações oriundas destas cinco economias selecionadas em comparação aos níveis de desenvolvimento analisados anteriormente.

Figura 33 - Evolução das exportações globais de mercadorias pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

Por meio dos dados, se evidencia novamente o quão reduzida é a representatividade das exportações dos países deste nível de desenvolvimento econômico em comparação aos dois níveis analisados anteriormente. Exemplo disto é que nenhum dos cinco países em desenvolvimento superou a marca de meio trilhão de dólares (US\$ 500 bilhões) em valor agregado em vendas de bens para o exterior, do contrário dos casos já analisados.

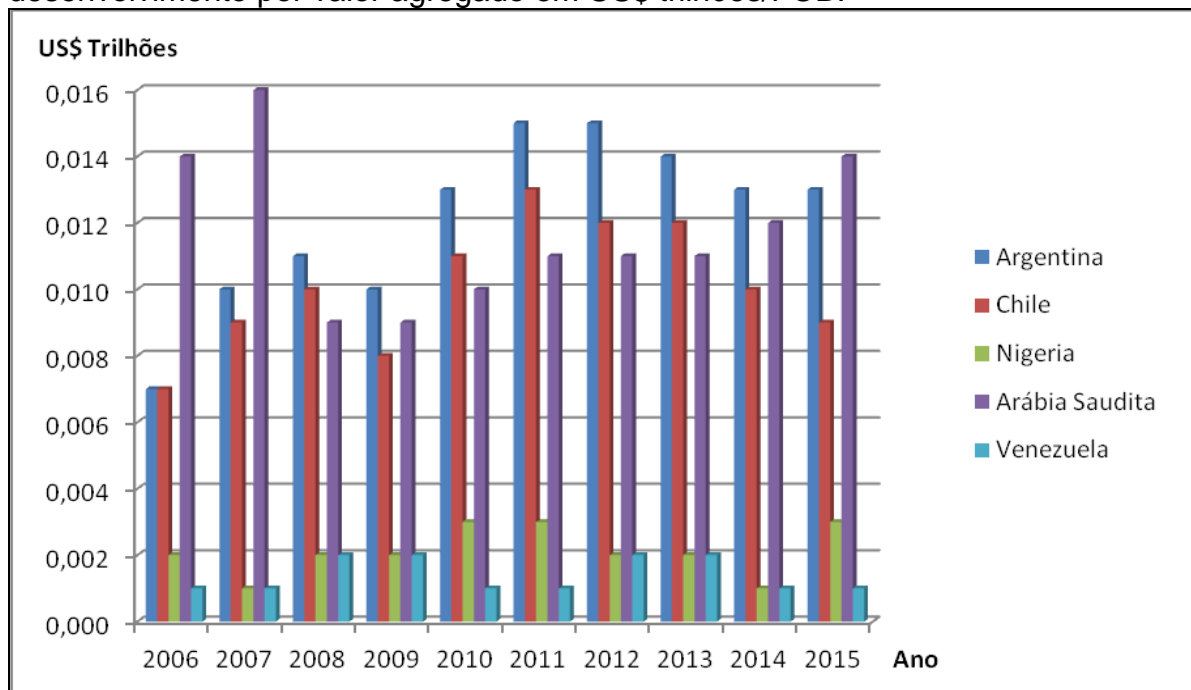
Analisando a participação de cada um dos países da Figura 33, percebe-se a enorme disparidade entre os valores de exportações de bens da Arábia Saudita e os quatro demais países durante toda a série histórica. O país foi o único a superar a marca dos US\$ 150 bilhões em exportação de mercadorias e alcançar a marca de US\$ 350 bilhões entre os anos de 2006 e 2016, representando anualmente mais de 50% do percentual total dos valores analisados.

Entretanto, comparando com os países que se destacaram nas balanças comerciais dos países desenvolvidos e emergentes analisados anteriormente (Estados Unidos, Alemanha e China), a Arábia Saudita foi o único país que registrou uma queda nos valores exportados ao final do período. A mesma situação aplica-se também à Nigéria e Venezuela. As exportações argentinas foram as únicas a crescer neste período analisado, mesmo que em quantidade irrisória.

O comportamento das exportações de bens das economias em desenvolvimento apresentou um padrão de crescimento semelhante aos dois níveis de desenvolvimento analisados anteriormente entre 2006 e 2012: queda durante a recessão econômica, mas rápida elevação dos valores de produtos exportados nos anos seguintes. Entretanto, do contrário dos casos previamente analisados, as exportações de bens registraram forte queda nos últimos dois anos do período. Isto se justifica, como já mencionado, devido à desvalorização e queda das vendas de produtos primários e de petróleo naqueles anos, estes são produtos chave na economia destes países estudados.

A disparidade apresentada pelas exportações de mercadorias árabes contra as demais do grupo, no entanto, não se repete com a comercialização de serviços conforme disposto na Figura 34.

Figura 34 - Evolução das exportações globais de serviços pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

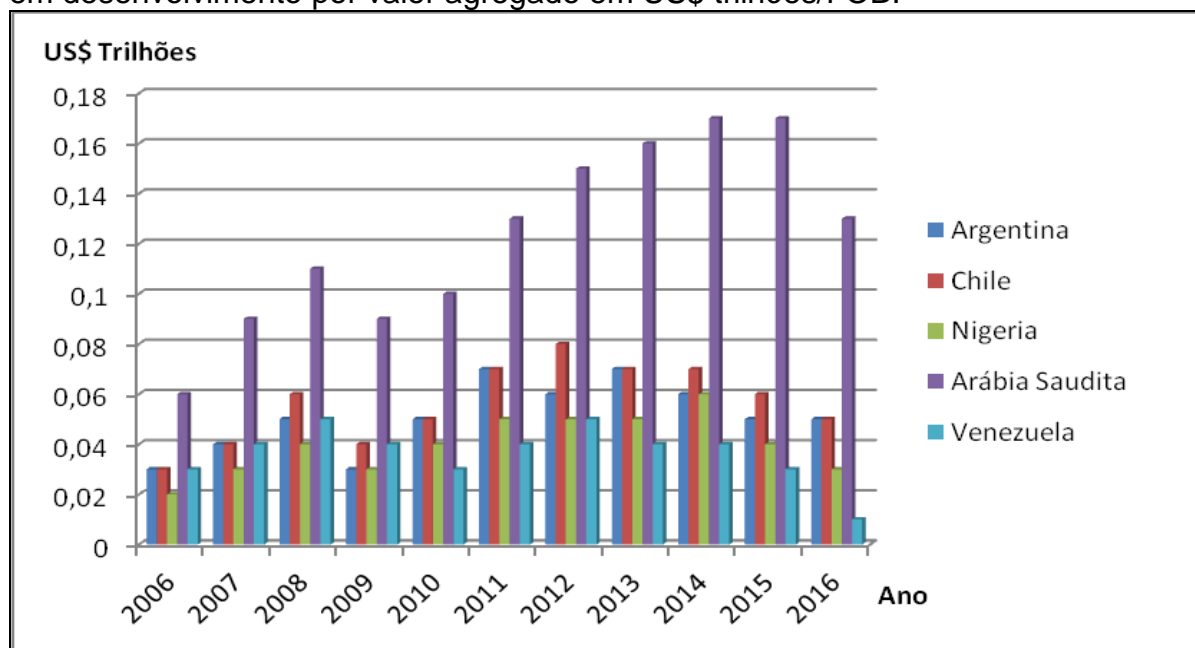
A figura 34 revela uma participação muito pequena que as vendas de serviços tem para as cinco economias selecionadas. Assim como ocorrido com as exportações de bens, as exportações de serviços das economias em desenvolvimento também são muito menores em comparação aos demais níveis de desenvolvimento. O maior valor alcançado pelo grupo foi em 2007 quando a Arábia Saudita exportou o equivalente a US\$ 16 bilhões em serviços. O único país a apresentar um valor mínimo como este nos outros níveis de desenvolvimento em estudo foi o México. Isto reforça que, sob a perspectiva dos serviços, estes países emergentes representam um papel ainda mais irrisório para as exportações globais. Esta situação pode ser justificada pelo tipo de investimento e capital intelectual que na maioria das operações necessita-se para desempenhar um determinado serviço e, visto a situação socioeconômica de muitos países em desenvolvimento, há o foco na produção e comercialização de bens mais do que sob as prestações de serviços.

Os valores do grupo, em geral, variaram constantemente entre os anos de 2006 e 2015, com o posto de país mais exportador de serviços do grupo se revezando entre as economias argentina e árabe e com os valores chilenos também representando uma boa parte do total geral. Isto só vem a enfatizar que,

considerado a ausência de maiores investimentos para a venda de serviços, nenhum país obtem um destaque entre os demais.

Quando analisados os valores das importações, a Arábia Saudita volta a apresentar um destaque maior em comparação ao resto do grupo.

Figura 35 - Evolução das importações globais de mercadorias pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

Assim como ocorrido com as exportações, a Arábia Saudita mostra ser, entre os países selecionados, o país mais representativo a nível internacional. Entretanto, no caso disposto na Figura 35, a diferença entre a Arábia Saudita e os demais países é menor em comparação às exportações. A participação da Arábia Saudita sob o total do grupo só se igualou a 50% do total no penúltimo ano do período analisado.

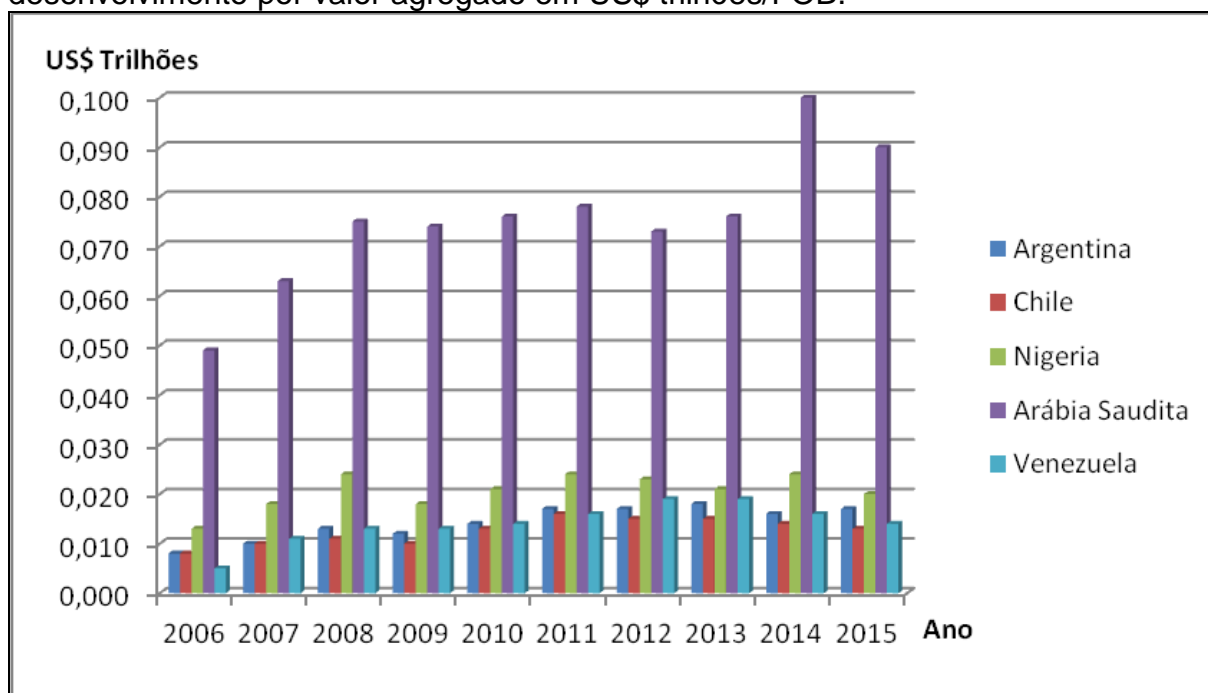
Analisando a curva de crescimento das importações de bens realizadas pelo grupo, se evidencia que a mesma se apresentou de maneira semelhante aos cenários expostos nos níveis de desenvolvimento dos países desenvolvidos e emergentes, com uma queda em 2009 durante a crise econômica interrompendo uma crescente nos números, seguida de um acentuado crescimento nos anos seguintes até apresentar a nova queda no final do período, ocasionada pelo recuo das comercializações globais em geral.

As demais economias apresentaram números discretos em suas importações de bens e semelhantes aos valores destacadas anteriormente nas exportações de mercadorias, com valores não ultrapassando os US\$ 80 bilhões no período analisado.

Em sua totalidade, as importações de bens realizadas pelo grupo caracterizam-se como predominantemente compras de produtos manufaturados ou semimanufaturados oriundos de, majoritariamente, economias desenvolvidas. Situação inversa à observada anteriormente com as economias desenvolvidas. Desta forma, as importações destes países em desenvolvimento possuem o intuito de sanar as necessidades que a indústria local não tem os meios de satisfazer, e, no caso destas economias, aplica-se principalmente para as indústrias pesadas e de alta tecnologia e capital intelectual agregado.

A Figura 36 apresenta os valores relacionados a importação de serviços.

Figura 36 - Evolução das importações globais de serviços pelos representantes em desenvolvimento por valor agregado em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

Denota-se novamente o predomínio dos valores da Arábia Saudita sob a totalidade do grupo. Novamente, seus valores são disparados os mais significativos representando sozinhos mais de 40% do total geral em todos os anos do período. Comparando com os valores das exportações, de serviços os valores das

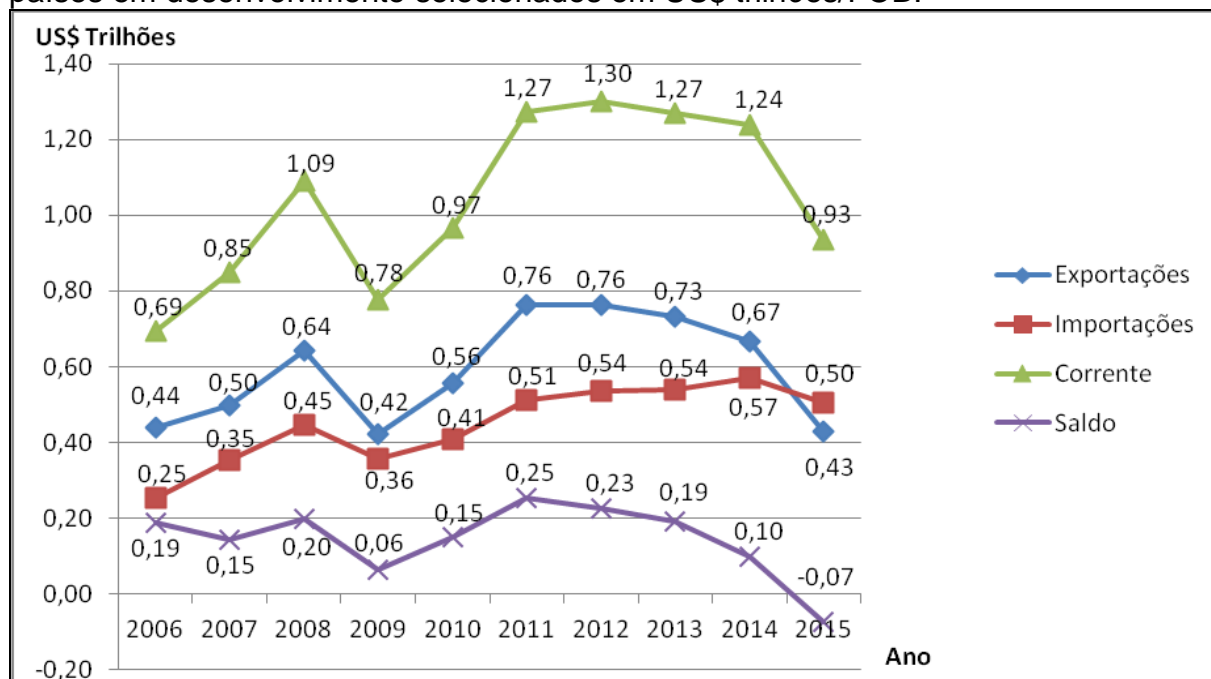
importações chegam a ultrapassar em até 9 vezes, indicando uma grande demanda destes países por serviços em áreas na qual não possuem capacitação.

Em 2007, observa-se, para este grupo, o primeiro momento em que a comercialização de serviços alcançou a marca de US\$ 100 bilhões, feito este que seria repetido em 2014 pelos números da Arábia Saudita sozinha. Entretanto, pode-se observar, na Figura 36, que a crise econômica não afetou os números de 2009 destas operações de maneira tão significativa como ocorrido em todas as situações anteriores dos demais níveis de desenvolvimento.

Comparando os dados acima com a Figura 34 é possível evidenciar, assim como visualizado no comércio de serviços com os países emergentes, um *déficit* comercial de serviços em todos os anos analisados, ou seja, as importações de serviços sempre superaram as exportações do mesmo.

A partir das informações disponibilizadas pela Organização Mundial do Comércio nas figuras anteriores, é possível estabelecer os valores totais das operações de comércio exterior, das economias em desenvolvimento selecionadas, para análise dinâmica.

Figura 37 - Evolução das exportações, importações, corrente e saldo comercial dos países em desenvolvimento selecionados em US\$ trilhões/FOB.



Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2017).

A evolução das operações comerciais dos países em desenvolvimento disponibilizadas na Figura 37 apresenta-se como a que sofreu maior variação no período analisado. O grupo apresentou superávit comercial durante todo o período até o último ano (2015) quando a queda na comercialização de combustíveis afetou as exportações de petróleo de uma boa parte dos países selecionados neste nível de desenvolvimento econômico, causando um déficit naquele ano de US\$ 70 bilhões. Por outro lado, o ano na qual o saldo registrou o valor mais positivo foi em 2011, quando totalizou US\$ 250 bilhões, representando uma recuperação da crise econômica por parte destes países.

4.4.2 Balança comercial Brasil x economias em desenvolvimento

Por ainda apresentarem-se em processo de fortalecimento de sua economia e consolidação de sua malha industrial, os países em desenvolvimento são dependentes de fornecedores estrangeiros para compra ou venda de produtos básicos ou industrializados. O Brasil é uma destas alternativas apresentadas para estas economias como possível parceiro comercial para estas comercializações. Dentre estas economias, se destacam os cinco países selecionados para o estudo, aqueles mais comercializaram com o Brasil nos últimos dez anos.

A partir das informações dispostas no Quadro 8, é possível, estratificando as informações referentes aos cinco países emergentes selecionados, analisar o comportamento do Brasil com estas economias, como dispostos no Quadro 20.

Quadro 20 - Os cinco países em desenvolvimento de maior comercialização com o Brasil entre 2006 a 2016 por valor agregado – Total US\$/FOB bilhões do período.

POSIÇÃO	PAÍS	NÍVEL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE	SALDO
1	Argentina	ED	175,8	140,7	316,5	35,1
2	Chile	ED	47,4	40,4	87,8	7,0
3	Nigéria	ED	11,8	68,0	79,8	-56,2
4	Arábia Saudita	ED	27,6	25,9	53,5	1,7
5	Venezuela	ED	44,2	8,6	52,8	35,6
TOTAL			306,8	283,6	590,4	23,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017).

Dentre os três níveis de desenvolvimento analisados neste estudo, as economias em desenvolvimento representam a menor corrente comercial com o Brasil no período analisado.

Importante notar que, entre os cinco países selecionados, a Arábia Saudita era o país que mais se destacava nas negociações a nível global, mas, quando analisado as parceiras específicas com o Brasil, o país árabe fica apenas na quarta colocação em ranking de corrente, sendo a Argentina o destaque disparado em comparação aos demais. Tal situação é justificada pela proximidade geográfica, histórica e diplomática entre os dois países sul-americanos, que, acima de tudo, possuem laços comerciais muito próximos graças a presença de ambos no MERCOSUL.

A balança comercial do Brasil com países em desenvolvimento é, semelhante à situação com países emergentes, superavitária. Entretanto, o diferencial no Quadro 20 apresenta-se como a existência de apenas um país na qual o Brasil é deficitário: a Nigéria.

O país africano é responsável pelo maior déficit em balanças comerciais brasileiras, entre os anos de 2006 e 2016, devido majoritariamente a alta quantidade de importação de óleo bruto de petróleo realizados pelo Brasil no período, equivalendo 63 dos US\$68 bilhões de dólares investidos em importações.

A Argentina se apresenta de maneira semelhante à China nos seus respectivos níveis de desenvolvimento. O somatório das exportações dos quatro outros países em desenvolvimento que compõe o grupo não equivale ao respectivo valor argentino que equivale a 57,3% do total, e no caso das importações, relevantes 49,6%. Desta forma a Argentina é, sozinha, responsável por 53,6% de todo o valor comercializado pelo Brasil com países em desenvolvimento no período.

Importante destacar que, diferentemente dos países desenvolvidos selecionados, apenas a Argentina e o Chile, entre as cinco economias em desenvolvimento, constam na lista dos dez principais parceiros comerciais brasileiros no período em estudo conforme o Quadro 8.

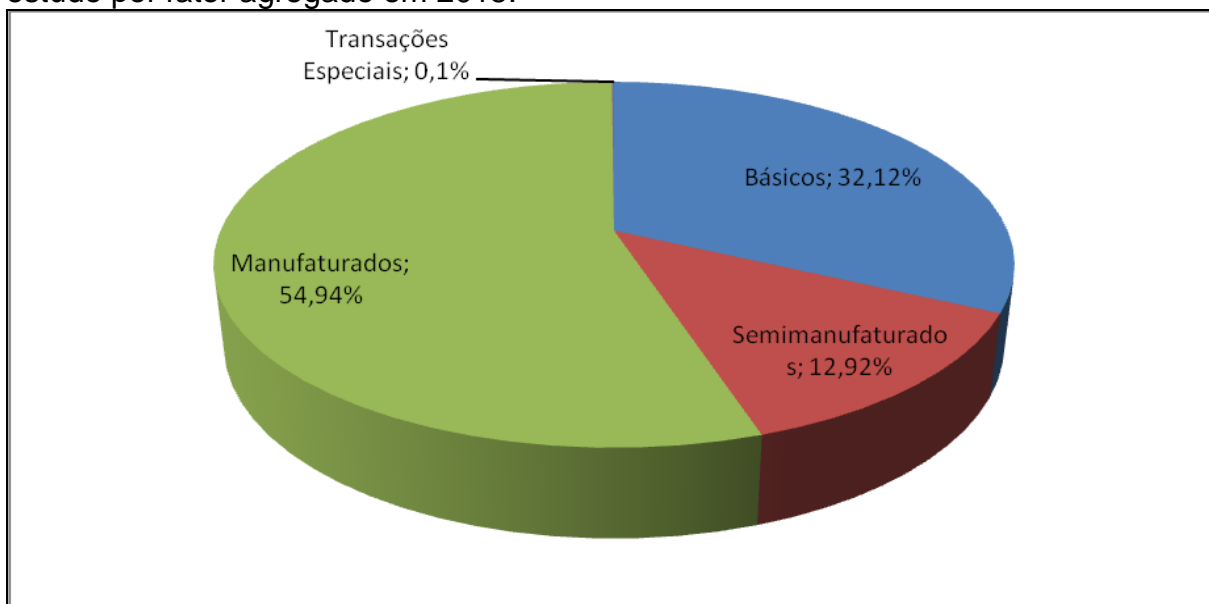
Com o objetivo de atender aos objetivos estabelecidos, evidencia-se uma análise mais aprofundada sob cada um dos níveis de desenvolvimento de maneira estratificada, porém, uniforme.

4.4.2.1 Exportações brasileiras por produto e fator agregado

Historicamente, as economias em desenvolvimento, devido a sua menor capacidade produtiva de maneira competitiva com as economias mais desenvolvidas, são caracterizadas pela exportação de produtos majoritariamente básicos como matérias-primas. Em muitos casos, países deste nível de desenvolvimento apresentam crescimentos econômicos significativos de participação a nível internacional dada a modernização da sua economia, mas, mesmo assim, ainda necessitam do fornecimento de manufaturas por parte dos países desenvolvidos e emergentes, e, dentre estes, o Brasil é uma das grandes alternativas na qual os cinco países selecionados para a pesquisa adotaram para suprir sua demanda destes produtos.

A Figura 38 permite observar o fator agregado que as exportações brasileiras se caracterizaram durante o ano de 2015. A partir dela pode-se evidenciar a afirmação de que, para os países do grupo, o Brasil é uma alternativa confiável para o fornecimento de produtos industrializados.

Figura 38 – Exportações brasileiras para os países em desenvolvimento deste estudo por fator agregado em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2016).

Conforme os dados do Ministério das Relações Exteriores referente ao ano de 2015, mais da metade das exportações brasileiras para os parceiros em

desenvolvimento selecionados foram de produtos industrializados. Dentre os três níveis de desenvolvimento analisados neste estudo, este é o único na qual as exportações brasileiras de produtos industrializados representaram mais da metade do percentual total naquele ano.

Além disto, os produtos básicos brasileiros ocuparam um significativo percentual do total vendido pelo país para estas cinco economias selecionadas, representando aproximadamente um terço do total, menor participação entre os três níveis de desenvolvimento estudados.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias em desenvolvimento em questão, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais exportados pelo Brasil no período de dez anos em estudo. O Quadro 21 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 21 - Os produtos-NCM mais exportados pelo Brasil para os países em desenvolvimento deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE DESTINO
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	20.605.153.925	2.197.712.780	Argentina
27090010	Óleos brutos de petróleo	14.364.625.402	28.935.537.148	Chile
87032210	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3, mas (...)	7.872.980.092	834.408.762	Argentina
02071200	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	7.506.410.860	4.806.051.123	Arábia Saudita
02023000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	4.148.065.191	834.395.727	Venezuela
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	3.611.587.245	28.885.384.469	Argentina
87042190	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	3.584.271.710	336.272.892	Argentina
87042210	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	3.530.949.255	397.063.982	Argentina
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	3.483.013.233	26.763.050.391	Arábia Saudita
02071400	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.273.933.072	1.447.443.851	Arábia Saudita
02071200	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	3.158.540.762	1.728.270.208	Venezuela
27101159	Outras gasolinas	2.386.424.631	3.397.608.270	Nigéria
17011400	Outros açúcares de cana	2.104.957.902	5.443.747.797	Nigéria
02013000	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	1.818.715.091	356.039.927	Chile
17019900	Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sol.	1.808.515.553	5.125.486.943	Arábia Saudita
01029090	Outros bovinos vivos	1.780.817.488	918.323.349	Venezuela
17011100	Açúcar de cana, em bruto	1.734.027.507	4.983.630.274	Nigéria
17011100	Açúcar de cana, em bruto	1.433.620.568	3.606.900.185	Arábia Saudita
17019900	Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sol.	1.361.753.818	3.511.924.359	Nigéria
17011100	Açúcar de cana, em bruto	1.325.548.286	2.829.736.438	Venezuela
01029000	Outros animais vivos da espécie bovina	1.196.497.016	532.554.510	Venezuela
87079090	Carrocerias para veículos automóveis com capacidade de transporte (...)	1.169.708.189	98.239.510	Chile
87060010	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	1.043.870.168	83.388.530	Chile
87042310	Chassis com motor diesel e cabina, capacidade de carga > 20 toneladas	911.620.308	107.969.592	Chile
29224220	Sais do ácido glutâmico	419.667.498	311.261.000	Nigéria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Alice Web (2017).

Corroborando o cenário apresentado na Figura 38, o Quadro 21 apresenta uma variedade de produtos que apresentam características de natureza básica, manufaturada e semimanufaturada. Analisando separadamente os países neste quadro, é evidente que o comportamento brasileiro é diverso entre os diferentes membros do grupo em questão. Por exemplo, para a Arábia Saudita, o Brasil adota a posição de fornecedor de bens e mercadorias básicas com a predominância das vendas de minério de ferro, açúcares e carnes aviárias. Entretanto, ao vender para a Argentina, maior parceiro comercial brasileiro dentre os cinco selecionados, o cenário se altera para a postura de um exportador de, majoritariamente, automóveis.

Desta forma, considerado todo o período dos últimos dez anos, a relação dos produtos mais exportados pelo Brasil para estas economias em desenvolvimento apresenta a diversidade e destaca produtos básicos como carne aviária, petróleo, minério de ferro e açúcares junto a produtos industrializados também de destaque na relação como automóveis e seus componentes.

Devido ao alto valor agregado a estes produtos manufaturados presentes no Quadro 21, as exportações destes produtos acabaram por representar mais da metade de todo o valor em dólar conforme exposto na Figura 38. Entretanto, quando analisada a coluna de peso em quilogramas disposta no Quadro 21, se evidencia que novamente os produtos básicos superam, e muito, os volumes dos produtos manufaturados, principalmente devido à presença marcante do minério de ferro na relação de produtos, permitindo um cenário semelhante ao evidenciado com os países desenvolvidos e emergentes nos subcapítulos anteriores quanto a este contexto. Este mesmo produto corresponde a 43% de todo o peso exportado pelo Brasil para estes países.

Importante notar a representatividade que os dois principais produtos exportados presentes na relação apresentam sob o total geral. Juntos, os valores em dólares dos dois NCM destaques no Quadro 21 representam 36% de todo o valor, permitindo que os respectivos países de destino, Argentina e Chile, se tornem também os países destaques dentre os membros do grupo, como observado no Quadro 19.

A postura brasileira quanto às exportações para os países em desenvolvimento demonstra ser a de um fornecedor de bens variados, conseguindo

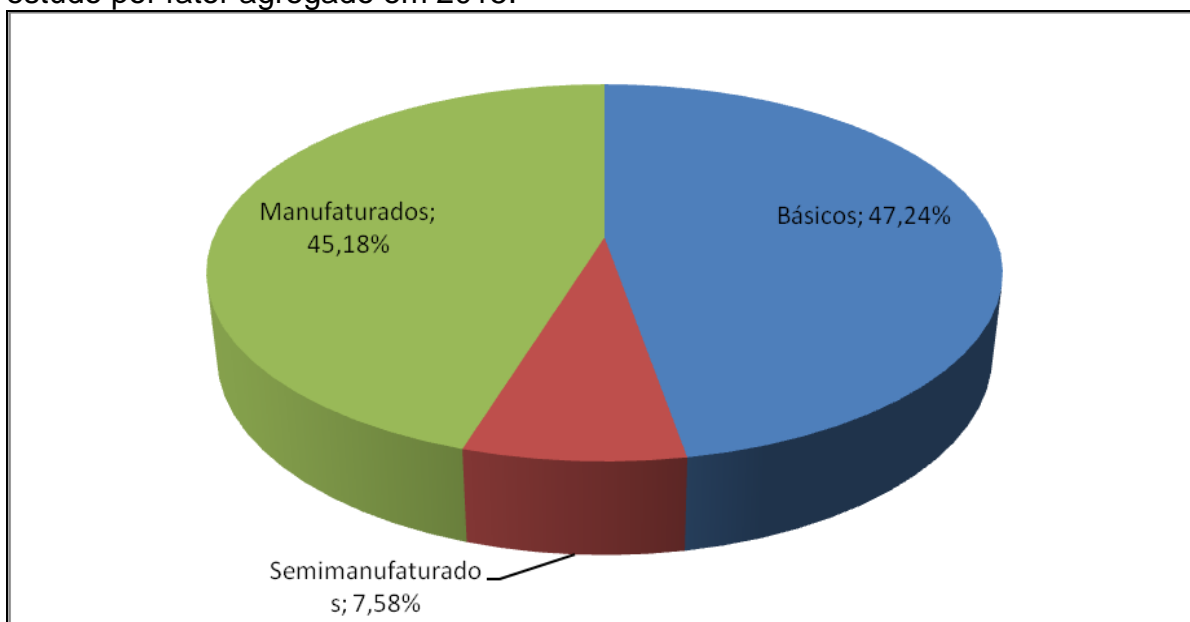
atender a demandas que seus parceiros possuem tanto com algumas manufaturas específicas e, também, fornecendo os produtos na qual o Brasil possui destaque e vantagem em comparação aos demais países, como minério de ferro, carne aviária, cana de açúcar entre outros.

4.4.2.2 Importações brasileiras por produto e fator agregado

As compras brasileiras de produtos provenientes das cinco economias em desenvolvimento analisadas neste estudo apresentam uma natureza variada e, historicamente, complementar à economia local, atendendo as necessidades que o Brasil sozinho não possui meios de produção capaz de suprir, sendo tanto bens básicos, intermediários ou industrializados.

A partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2016) é possível, pela Figura 39, analisar que o cenário descrito se aplica aos valores levantados a respeito das importações realizadas em 2015:

Figura 39 – Importações brasileiras oriundas dos países em desenvolvimento deste estudo por fator agregado em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2016).

De uma forma mais evidente que o cenário apresentado anteriormente com as exportações, no ano de 2015, os produtos importados pelo Brasil providos dos cinco países selecionados apresentaram um equilíbrio grande quanto sua

representatividade. As importações de produtos básicos e manufaturadas representaram em torno de 46% de todas as importações, novamente um cenário inédito a respeito das comercializações entre os três níveis de desenvolvimento econômico.

Para uma análise mais detalhada a respeito da natureza dos produtos comercializados pelo Brasil com os países do grupo de economias em desenvolvimento em questão, foram selecionados para cada uma das cinco economias, os cinco produtos mais importados pelo Brasil no período de dez anos em estudo. O Quadro 22 elenca os vinte e cinco produtos resultantes desta coleta e os enquadra em ordem de valores US\$/FOB.

Quadro 22 - Os produtos-NCM mais importados pelo Brasil oriundos dos países em desenvolvimento deste estudo por valor agregado total US\$/FOB no período.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM DO PRODUTO	VALOR EM US\$	PESO EM KG	PAÍS DE ORIGEM
27090010	Óleos brutos de petróleo	63.831.670.074	92.649.368.871	Nigéria
27090010	Óleos brutos de petróleo	22.518.067.893	36.910.336.044	Arábia Saudita
87042190	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	15.307.663.767	1.106.998.184	Argentina
87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	13.033.687.879	1.127.848.038	Argentina
74031100	Cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas	12.990.341.648	1.836.446.506	Chile
26030010	Sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados	8.232.101.526	4.255.919.600	Chile
87032100	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	7.339.866.292	742.500.947	Argentina
10019090	Trigo (exceto trigo duro ou para semeadura), e trigo com centeio	6.450.613.940	27.328.479.134	Argentina
87032210	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3, mas (...)	6.205.193.844	529.167.132	Argentina
27111100	Gás natural liquefeito	2.770.852.637	5.240.920.467	Nigéria
27101241	Naftas para petroquímica	2.429.748.705	3.187.677.873	Venezuela
03021400	Salmão-do-atlântico e salmão-do-Danúbio, fresco ou refrigerado	1.835.911.841	322.517.252	Chile
74081100	Fios de cobre refinado, com a maior dimensão (...)	1.714.685.230	232.580.512	Chile
27101141	Naftas para petroquímica	1.221.811.641	1.710.728.467	Venezuela
29051100	Metanol (álcool metílico)	1.111.328.345	3.258.597.115	Chile
27131100	Coque de petróleo não calcinado	1.043.990.259	10.190.189.870	Venezuela
27101141	Naftas para petroquímica	512.062.494	718.904.089	Nigéria
29051100	Metanol (álcool metílico)	423.021.517	1.373.635.787	Venezuela
27111910	Gás liquefeito de petróleo (glp)	395.046.496	561.225.545	Nigéria
27101921	Gasóleo (óleo diesel)	392.799.115	462.884.484	Arábia Saudita
27160000	Energia elétrica	373.371.598	238	Venezuela
27101911	Querosenes de aviação	309.580.602	401.442.883	Arábia Saudita
27111290	Outros propanos liquefeitos	277.820.710	400.525.521	Arábia Saudita
25030010	Enxofre de qualquer espécie, exceto (...)	262.806.726	1.248.907.612	Arábia Saudita
27111290	Outros propanos liquefeitos	202.757.895	290.260.865	Nigéria

Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017).

Observando os vinte e cinco produtos deste grupo de nível de desenvolvimento mais importados pelo Brasil, se evidencia o cenário mencionado anteriormente na qual o país, nestes últimos dez anos, recorreu aos países em desenvolvimento para a obtenção de produtos tanto de natureza básica quanto de produtos industrializados.

Por meio das informações disponibilizadas pelo *Alice Web* no Quadro 22 é possível evidenciar que a Argentina, além de importar veículos oriundos do Brasil, também vende para ele este mesmo tipo de mercadoria. Isto, em parte, se justifica pela existência de diferentes montadoras em cada um dos países se utilizando dos benefícios oferecidos pelo MERCOSUL para facilitar sua comercialização entre estes países.

Quanto aos demais países, percebe-se a predominância da comercialização de produtos básicos ou semimanufaturados. O Chile, por exemplo, apresenta-se como um grande fornecedor de cobre para o mercado brasileiro, e, o mercado venezuelano é um grande fornecedor de derivados do petróleo como naftas e metanol. Porém, assim como observado nos níveis de desenvolvimento anteriores, o produto básico que se destaca nas importações brasileiras é, novamente, o petróleo.

A partir da relação de produtos importados pelo Brasil no Quadro 22, nota-se que o principal fornecedor global de petróleo bruto para o Brasil é a Nigéria com mais de US\$ 63 bilhões comprados no período analisado, superando a Arábia Saudita, líder mundial nas exportações deste produto e que se encontra na vice colocação na tabela com vendas de US\$ 22 bilhões para o Brasil de petróleo bruto.

A presença constante do petróleo bruto ou de seus derivados nas tabelas de importações brasileiras demonstram que o país ainda possui uma dependência muito grande do petróleo estrangeiro para a demanda interna e que ainda não possui fatores de produção para processar na quantidade necessária deste produto. A aquisição de refinarias americanas nos últimos anos e a descoberta de grande quantidade de petróleo e gás na camada do pré-sal na costa brasileira tentam, e podem, alterar essa situação positivamente para a economia brasileira

4.4.3 Cooperação internacional – economias em desenvolvimento

Este subcapítulo tem como principal objetivo expor e analisar os principais acordos estabelecidos pelo Brasil junto às cinco economias selecionadas para a construção do grupo de países em desenvolvimento, procurando, quando assim evidenciado, estabelecer relações com os números disponibilizados anteriormente sobre outros níveis de desenvolvimento econômico.

4.4.3.1 Atos internacionais Brasil x países em desenvolvimento

Na tentativa de evidenciar, também, a postura brasileira quanto aos acordos estabelecidos com os países em desenvolvimento, assim como realizado com os níveis de desenvolvimento anteriores, foram elencados e analisados os acordos comerciais assinados pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2016, com cada um dos países membros do dito nível de desenvolvimento socioeconômico, para desta forma, apontar suas principais características no âmbito das diplomacias.

O Quadro 23 elenca todos os acordos vigentes assinados pelo Brasil com as economias emergentes selecionadas entre os anos de 2006 e 2016:

Quadro 23 – Atos internacionais entre o Brasil e países em desenvolvimento assinados entre 2006 e 2016.

(Continua)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Argentina	Cooperação Técnica: Casa dos Direitos	20/11/2014	20/11/2014
Argentina	Intercâmbio de Documentos sobre Graves Violações dos Direitos Humanos	29/01/2014	11/04/2014
Argentina	Intercâmbio de Documentos sobre Graves Violações dos Direitos Humanos	29/01/2014	29/01/2014
Argentina	Estudo a respeito do aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados	15/08/2013	15/08/2013
Argentina	Facilitar trânsito dos portadores de passaporte provisório	10/12/2012	10/12/2012
Argentina	Intercâmbio de Energia Elétrica	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Promoção da Igualdade de Gênero e Proteção dos Direitos das Mulheres	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Declaração Conjunta de Cooperação	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Massificação do acesso à Internet em Banda Larga (2011-2015)	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Promoção Comercial Conjunta	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Cooperação Técnica: Laboratórios de Farmácia	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Aproveitamento dos Recursos Hídricos	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Fórum de Empresários Argentina-Brasil	31/01/2011	31/01/2011
Argentina	Declaração de Cooperação	03/08/2010	03/08/2010
Argentina	Declaração Diplomática sobre as Malvinas	03/08/2010	03/08/2010
Argentina	Cooperação Nuclear	03/08/2010	03/08/2010
Argentina	Cooperação Técnico-Científica: Pecuária Leiteira - Argélia	19/07/2010	19/07/2010
Argentina	Declaração Conjunta de Cooperação	18/11/2009	18/11/2009
Argentina	Cooperação Técnica: Controle da Dengue	18/11/2009	18/11/2009
Argentina	Facilitação Turística	18/11/2009	18/12/2009
Argentina	Vigilância Sanitária	18/11/2009	18/11/2009
Argentina	Cooperação nos usos pacíficos de Energia Nuclear	18/11/2009	18/11/2009
Argentina	Convênio de Cooperação entre as centrais elétricas nacionais	18/11/2009	18/11/2009
Argentina	Declaração Conjunta de Cooperação	23/04/2009	23/04/2009
Argentina	Convênio de Cooperação entre as centrais elétricas nacionais	08/09/2008	-
Argentina	Declaração Conjunta de Cooperação	08/09/2008	-

Quadro 23 – Atos internacionais entre o Brasil e países em desenvolvimento assinados entre 2006 e 2016. (Continuação)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Argentina	Minas e Energias	08/09/2008	-
Argentina	Declaração Conjunta de Cooperação	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Mapeamento Geológico e Mineral áreas de fronteira	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Recursos Hídricos	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Sistemas de Informação sobre Águas Subterrâneas	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Criação de Banco de leite humano na Argentina	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Melhoramento de Batatas	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Interoperabilidade do Governo Eletrônico	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Gestão e Sistematização de Informações	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Programas de Educação a Distância	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Gestão de Áreas Protegidas	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Cooperação Técnica: Trabalho Portuário e em vias aquáticas	21/02/2008	21/02/2008
Argentina	Aproveitamento dos Recursos Hídricos	07/12/2007	-
Argentina	Isenção de algumas contribuições sociais para empresas de transportes	16/05/2007	16/05/2007
Argentina	Cooperação Técnico-Científica: Cultivo de Hortaliças no Haiti	30/11/2006	30/11/2006
Argentina	Cooperação Educacional	19/07/2006	19/07/2006
Argentina	Cooperação Técnica em prol do Haiti	23/05/2006	23/05/2006
Arábia Saudita	Cooperação Relações Diplomáticas	14/04/2015	-
Arábia Saudita	Estabelecimento de consultas políticas	16/05/2009	16/05/2009
Arábia Saudita	Acordo geral de cooperação	16/05/2009	22/09/2010
Chile	Intercâmbio Cultural	26/01/2013	23/01/2013
Chile	Cooperação científica, técnica e tecnológica	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Acordo complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Criação de Grupo de Cooperação em Integração Produtiva	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Criação de Grupo de Cooperação em Saúde	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Criação de Grupo de Cooperação em Desenvolvimento Social	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Cooperação Técnica - Des. Pequenas e Médias empresas e Defesa Civil	17/08/2010	17/08/2010
Chile	Cooperação Esportiva	09/04/2010	09/04/2010
Chile	Cooperação na área de Televisão Digital Terrestre	12/02/2010	12/02/2010

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Quadro 23 – Atos internacionais entre o Brasil e países em desenvolvimento assinados entre 2006 e 2016. (Continuação)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Chile	Projeto de exportação postal para Médias, Pequenas e Microempresas	30/07/2009	30/07/2009
Chile	Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Chile	30/07/2009	30/07/2009
Chile	Aplicação do Convênio de Previdência Social	30/07/2009	26/04/2007
Chile	Cooperação em matéria de Defesa	03/12/2007	30/12/2009
Chile	Biocombustíveis	26/04/2007	26/04/2007
Chile	Convênio de Previdência Social	26/04/2007	-
Chile	Declaração Conjunta a respeito de Cooperação	26/04/2007	26/04/2007
Chile	Cooperação Educacional	26/04/2007	26/04/2007
Chile	Estabelecimento de comissão mista permanente - energia e mineração	11/04/2006	11/04/2006
Chile	Cooperação Técnica com Meio Ambiente	11/04/2006	11/04/2006
Venezuela	Produção de Semente de alto valor estratégico	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Criação de centro nacional de monitoramento agrícola	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Plano de erradicação da febre aftosa	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Criação de distrito polo de desenvolvimento no sul do estado Bolívar	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Criação de quatro centro técnicos produtivos florentinos na Venezuela	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Primeiro plano de ação social entre Brasil-Venezuela	06/08/2010	06/08/2010
Venezuela	Financiamento projeto de saneamento e desenvolvimento integral Rio Tuy	06/08/2010	06/08/2010
Venezuela	Cooperação Técnico-Científica: institutos de geografia e estatística	06/08/2010	25/11/2010
Venezuela	Desenvolvimento de orquestras infanto-juvenis	28/04/2010	28/04/2010
Venezuela	Energia Elétrica	28/04/2010	28/04/2010
Venezuela	Autorização de sobrevoos em área de fronteira	28/04/2010	28/04/2010
Venezuela	Cooperação em desenvolvimento sustentável para as favelas de Caracas	28/04/2010	01/12/2010
Venezuela	Criação de Regime Especial Fronteiriço	28/04/2010	28/04/2010
Venezuela	Cooperação na área de Turismo	28/04/2010	28/04/2010
Venezuela	Cooperação para melhoramento na radiodifusão de televisão digital terrestre	30/10/2009	30/10/2009
Venezuela	Estabelecimento de Regime de Depósitos Francos	30/10/2009	30/10/2009
Venezuela	Cooperação setores Alimentícios e de Comercialização de Alimentos	30/10/2009	30/10/2009
Venezuela	Cooperação Esportiva	27/10/2009	19/10/2010
Venezuela	Financiamento de projetos binacionais	26/05/2009	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

Quadro 23 – Atos internacionais entre o Brasil e países em desenvolvimento assinados entre 2006 e 2016. (Conclusão)

PAÍS	DESCRIÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA
Venezuela	Assistência Técnica na área de Agricultura Familiar	26/05/2009	-
Venezuela	Cooperação Técnica: Agroindústria	16/01/2009	06/04/2009
Venezuela	Cooperação Técnica: Energia Elétrica	16/01/2009	25/05/2009
Venezuela	Implementação de programa de produção de Soja	30/09/2008	30/09/2008
Venezuela	Implementação de programa de agricultura familiar	30/09/2008	30/01/2009
Venezuela	Desenvolvimento de Centro Binacional	27/06/2008	27/06/2008
Venezuela	Cooperação Bilateral	27/06/2008	27/06/2008
Venezuela	Siderurgia	27/06/2008	-
Venezuela	Cooperação Ambiental	27/06/2008	24/12/2008
Venezuela	Sistema de reserva de alimentos entre Brasil e Venezuela	26/03/2008	26/03/2008
Venezuela	Cooperação Técnica: Tecnologias para Cítricos (pequena escala)	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Vigilância contra contaminação de alimentos	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Controle de produtos de uso e consumo humano	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Beneficiamento do Café	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Criação de Banco de leite humano na Venezuela	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Produção de Mandioca em estados Venezuelanos	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Cooperação Técnica: Instituições de estudos na área de Saúde	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Programa de trabalho em matéria de Cooperação Industrial	13/12/2007	13/12/2007
Venezuela	Área de Infraestrutura	23/04/2007	-
Venezuela	Declaração do Rio de Janeiro: Grande Gasoduto do Sul	18/01/2007	18/01/2007
Nigéria	Diálogo Estratégico	26/11/2013	26/11/2013
Nigéria	Estabelecer mecanismos de Diálogo Estratégico	23/02/2013	23/02/2013
Nigéria	Combate à discriminação e promoção da igualdade racial	15/03/2010	15/03/2010
Nigéria	Direitos culturais, Combate à discriminação e promoção da igualdade racial	15/03/2010	15/03/2010
Nigéria	Acordo de cooperação econômica, técnica e científica - biotecnologia	29/07/2009	-
Nigéria	Cooperação com Energia	29/07/2009	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MRE (2017).

O grupo que representa as economias em desenvolvimento é, dentre os demais, o que mais possui acordos bilaterais firmados com o Brasil entre os anos do estudo, equivalendo a 113 atos internacionais firmados, destes 104 foram firmados com os parceiros sul-americanos do país, demonstrando a importância que o Brasil dá para os países vizinhos.

Novamente, assim como ao analisar os acordos bilaterais estabelecidos, com os níveis de desenvolvimento anteriores, se evidencia o predomínio dos atos voltados à cooperação técnica e de investimentos em diversos setores que compõem a economia destes países. Entretanto, diferentemente do observado com os países desenvolvidos, os acordos demonstram que o Brasil é, em muitos destes atos, aquele que passa a investir capital e não é o destino do investimento. O principal país a firmar este tipo de acordo com o Brasil, entre os selecionados, foi a Venezuela, no intuito de acelerar o crescimento de sua economia. Com este país, no entanto, o Brasil também firmou acordos que repercutem na sua balança de produtos importados e exportados analisados anteriormente. Este é o caso dos atos firmados a respeito de energia elétrica, um dos produtos importados pelo Brasil, e da comercialização de alimentos.

O país que mais firmou atos internacionais com o Brasil no período analisado foi a Argentina com 46 acordos (40,7% do total). A Argentina é, disparada, a maior parceira comercial brasileira entre os cinco países e, somado ao fato de estar presente no MERCOSUL junto ao Brasil, representa um dos países a nível global na qual o Brasil possui a maior proximidade diplomática. As características dos atos firmados entre os dois países caracterizam-se como, majoritariamente, acordos de parcerias em programas de cooperação em setores de interesses comuns, como o caso da gestão de águas subterrâneas e mapeamento geológico e mineral nas regiões de fronteiras entre ambos países. Os acordos comerciais apresentam-se em segundo plano. Isto pode ser justificado pelo fato de que estes assuntos os países negociam a nível regional com os demais países do bloco econômico na qual fazem parte.

Na próxima seção será apresentado uma análise compilada, detalhada e comparativa a respeito dos dados apresentados nas seções anteriores no intuito de

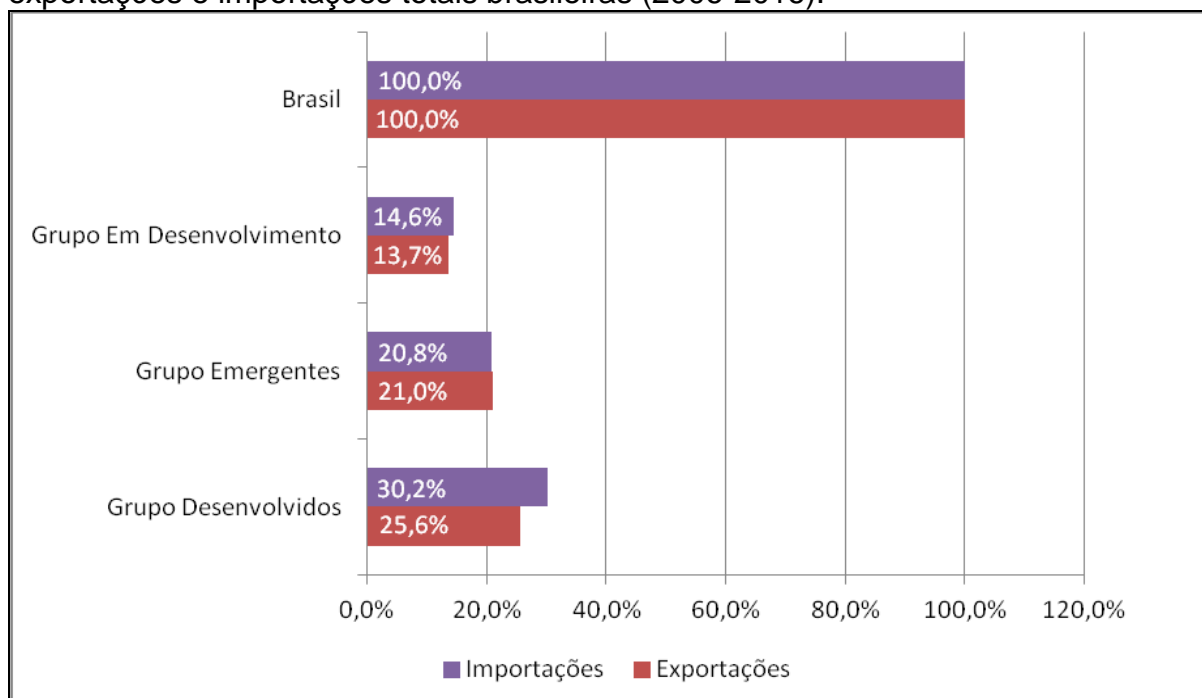
atender aos objetivos específicos propostos e caracterizar o comportamento do Brasil ao negociar com estes diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA

Nesta seção, serão apresentados os principais dados coletados referentes às características comerciais dos três níveis de desenvolvimento econômico do estudo (economias desenvolvidas, emergentes e em desenvolvimento), e os elementos relacionados às operações comerciais com o Brasil.

Conforme as informações disponibilizadas sobre as operações comerciais dos quinze países selecionados, a Figura 40 compara a participação das exportações e importações de cada um dos níveis de desenvolvimento do estudo no percentual total das operações comerciais brasileiras entre os anos de 2006 e 2016.

Figura 40 – Participação dos países-membros dos grupos em estudo nas exportações e importações totais brasileiras (2006-2016).



Fonte: Elaboração própria a partir de Alice Web (2017).

Verifica-se a grande participação dos países desenvolvidos selecionados na balança comercial brasileira no período, quando, apenas os cinco países

selecionados, foram o destino de um quarto de todas as exportações brasileiras e os fornecedores de pouco menos de um terço de todas as importações.

Destes percentuais apresentados na Figura 40, em cada um dos três níveis de desenvolvimentos elencados, há um país predominante quanto aos valores representativos às exportações e importações. Dentre os valores correspondentes a participação dos países desenvolvidos, destaca-se, dentro desses números, a participação americana, que é responsável, sozinho, por 12,1% dos 25,6% das exportações brasileiras para este grupo de países, quase a metade do total, e 15,28% de todas as importações do Brasil, equivalendo a aproximadamente 50% de todo o valor de produtos importados.

Em relação às economias emergentes, a China desempenha papel ainda mais representativo. O país asiático representa sozinho, 15% dos 21% da participação das economias emergentes nas exportações brasileiras (71% do total do grupo) e, no caso das importações, 14% dos 20,8% (69% do total dos países emergentes selecionados).

Por fim, a Argentina demonstra também uma alta representatividade relativa aos valores das economias em desenvolvimento selecionadas. O país-membro do MERCOSUL representou, no período, 8,02% dos 14,6% correspondentes às vendas para os países em desenvolvimento, representando aproximadamente 55% de todo o valor do grupo. Sobre as importações, a Argentina equivale a 53% de todo o total de valores do grupo, ou seja, 7,3% dos 13,7% dispostos na Figura 40.

Quadro 24 – Análise comparativa dos níveis de desenvolvimento presentes no estudo entre os anos de 2006 e 2016.

CRITÉRIOS AVALIADOS	GRUPO DESENVOLVIDOS	GRUPO EMERGENTES	GRUPO EM DESENVOLVIMENTO
Participação PIB global (média do período)	38,95%	17,21%	2,70%
Saldo comercial global (média do período/US\$ trilhões)	-0,35	0,32	0,14
Saldo comercial - Balança brasileira (US\$ Bilhões)	-13,9	55,9	23,2
Participação nas Exportações Brasileiras	25,6%	21,0%	13,7%
Participação nas importações Brasileiras	30,2%	20,8%	14,6%
Exportações Brasileiras - % Básicos (2015)	50,02% ³	53,70%	32,12%
Exportações Brasileiras - % Semimanufaturados (2015)	14,14% ³	18,44%	12,92%
Exportações Brasileiras - % Manufaturados (2015)	34,18% ³	27,86%	54,94%
Importações Brasileiras - % Básicos (2015)	1,98% ³	5,52%	47,24%
Importações Brasileiras - % Semimanufaturados (2015)	1,48% ³	10,42%	7,58%
Importações Brasileiras - % Manufaturados (2015)	96,54% ³	84,06%	45,18%
Principal NCM Exportado – Brasil (período)	Óleos brutos de petróleo	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto (...)	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros
Principal NCM Importado – Brasil (período)	Gasóleo (Óleo Diesel)	Gasóleo (Óleo Diesel)	Óleos brutos de petróleo
Atos Internacionais Vigentes (período)	Majoritariamente cooperação técnico-científica voltados à sustentabilidade	Majoritariamente cooperação técnico-científica	Majoritariamente cooperação técnica

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2017).

³ Para o grupo de países desenvolvidos foi possível coletar e apresentar dados das importações e exportações referentes ao ano de 2016.

Os dados comprovam que o PIB do grupo de países desenvolvidos selecionados representou em média no período analisado, mais que o dobro da soma do PIB dos outros dois grupos, totalizando um pouco menos de 40% de todo o PIB global, fundamentado nas fortes economias americana, alemã e japonesa. O aproximado 17% de participação média do PIB dos países emergentes vem a evidenciar como estas economias adquiriram um poder econômico muito grande nas últimas décadas elevando-os da condição de serem países em desenvolvimento e que futuramente, igualarão as atuais economias desenvolvidas.

O saldo comercial global dos países emergentes apresentou o maior *superávit* entre os três níveis estudados totalizando US\$ 320 bilhões. Isto se justifica pela constante crescente das exportações realizadas pelo grupo, e, exportações estas que são cada vez mais de produtos de alto valor agregado graças a modernização das malhas industriais e produtivas destes países. Por outro lado as importações dos países desenvolvidos selecionados superaram as exportações naquele período totalizando um *déficit* comercial de US\$ 350 bilhões.

A respeito das informações comparadas sobre as operações comerciais com o Brasil, o saldo comercial mais elevado do país foi com os parceiros de economia considerada emergente na qual o país ficou com saldo positivo de US\$ 55 bilhões, em contraste com o déficit brasileiro apresentado na comercialização com os países desenvolvidos, o mesmo totalizou saldo negativo de US\$ 31 bilhões justificado pelo alto valor das importações realizadas pelo Brasil em contraste com suas exportações.

Mesmo com o constante crescimento das relações comerciais brasileiras com economias emergentes, os países desenvolvidos ainda são as economias mais participativas das exportações e importações realizadas pelo Brasil no período do estudo representando respectivamente 25,6% e 30,2%, quase o dobro dos países em desenvolvimento, por exemplo.

Destas relações comerciais, pode-se estratificar ainda mais esta análise quanto ao fator agregado que compõem as exportações e importações realizadas com os três grupos. As exportações de produtos básicos se mostraram sempre muito participativas nas balanças comerciais brasileiras, representando aproximadamente a metade de todo o exportado com os países que compõem o

grupo de economias desenvolvidas e emergentes, e um terço de todo o vendido para as economias em desenvolvimento selecionadas.

As vendas de produtos semimanufaturados apresentou-se discreta para todos os grupos de países do estudo, nunca ultrapassando um quinto do valor total. As exportações de produtos manufaturados, por sua vez, teve na balança comercial com países em desenvolvimento a maior representatividade alcançada quando equivaleu a mais da metade dos valores totais, e, ainda, os produtos manufaturados equivaleram a mais de um terço de todo o vendido para economias desenvolvidas e 27% do todo exportado para economias emergentes.

Analisando estes três fatores juntos quando analisadas as exportações, percebe-se que as vendas brasileiras para países emergentes se assemelham muito mais às exportações para as economias desenvolvidas do que às em desenvolvimento, ou seja, grande fornecedor de produtos básicos, mesmo enfatizando o crescente percentual ocupado pelos produtos de natureza manufaturada.

Quanto aos fatores agregados referentes às importações, novamente as informações se assemelharam entre os países desenvolvidos selecionados e os emergentes. No Quadro 24 se verifica que ambos os grupos são fornecedores de, em grande maioria, produtos manufaturados. No caso dos países emergentes esta participação corresponde a 84% do total importado, já quanto aos países desenvolvidos este percentual salta para ainda maiores 96%. A respeito das importações provenientes dos países em desenvolvimento selecionados, este grupo é o grande fornecedor de bens básicos para o Brasil, atingindo o percentual de 47% desta operação, mas há um equilíbrio entre este percentual e o correspondente referente aos bens industrializados.

Analisando as relações comerciais brasileiras com os determinados grupos, se evidencia que alguns produtos se destacam quanto exportações e importações no período analisado. Nas importações nota-se a predominância do petróleo como principal produto comprado dos três níveis de desenvolvimento. Como principal produto oriundo dos países em desenvolvimento, o petróleo é adquirido na forma bruta (básico), mas, nas importações provenientes dos países desenvolvidos e emergentes, é na forma refinada e transformada em óleo diesel (manufaturado).

Quanto às exportações, os produtos em destaque são mais variados em comparação às importações. Nas vendas aos países desenvolvidos e emergentes predomina a exportação de bens básicos. Respectivamente, petróleo bruto e minério de ferro. Já no caso dos países em desenvolvimento, predomina a exportação de um bem manufaturado: os automóveis.

Por último, em geral, os atos internacionais bilaterais firmados pelo Brasil com as quinze economias participantes do estudo tem como características serem, em sua predominante maioria, de cooperação técnica e voltadas a investimento na área de desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, elevar indicadores socioeconômicos ou investimento em setores específicos da economia com a outra parte integrante do acordo bilateral.

5 CONCLUSÃO

As últimas décadas do século XX, com o fim da Guerra Fria, representaram o início da soberania capitalista no cenário global. Este novo contexto econômico fundamentou-se nos ideais neoliberais de mínima interferência dos governos sobre a economia. Com isto, diversos mercados se abriram para o mercado externo aproximando os países de maneira inédita. Fenômeno este conhecido como processos de Regionalização e Globalização.

Estes fenômenos permitiram um aumento jamais visto no volume de produtos comercializados, alavancando o desenvolvimento de muitos destes países que deixaram a condição de “terceiro mundo” como eram antes reconhecidos. Assim, algumas economias cresceram consideravelmente e passaram a ser reconhecidas como emergentes, visto sua crescente importância e participação. E o Brasil é um destes países considerados emergentes.

Diante deste cenário, este estudo buscou analisar as relações comerciais do Brasil com países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, considerando a variável temporal de 10 anos (2006 a 2016).

Verificou-se que, devido o volume total comercializado pelo Brasil durante o período definido para estudo, seria necessário selecionar os cinco países mais representativos na balança comercial brasileira para cada nível de desenvolvimento como métrica para a análise dos dados. Desta forma, foi evidenciado que os países desenvolvidos mais relevantes na balança comercial brasileira no período foram os EUA; a Alemanha; o Japão; a Coreia do Sul e os Países Baixos. Todos estes estavam posicionados entre os dez maiores parceiros comerciais brasileiros.

Para a composição do grupo de países emergentes, os mais participativos na balança com o Brasil foram três países asiáticos (China; Indonésia e Índia), um europeu (Rússia) e um americano (México). Por último, os representantes Em Desenvolvimento são, na maioria, países sul-americanos (Argentina; Chile e a Venezuela), além da africana Nigéria e a asiática Arábia Saudita.

Evidenciou-se que os países desenvolvidos selecionados são os mais relevantes a nível global entre os selecionados. Estas economias possuem um PIB duas vezes maior que os outros dois grupos de economias combinados. Mesmo assim, o crescimento da participação das economias emergentes merece ser

destacado. Apresentando altos valores nas suas exportações, na qual os produtos de valor agregado estão cada vez mais presentes, o grupo de países emergentes apresentaram o maior saldo superavitário ao considerar as negociações a nível internacional. Enquanto que os países desenvolvidos apresentaram um *déficit* comercial. Quanto às economias em desenvolvimento, se evidencia uma pequena participação percentual sob os valores do comércio e PIB em escala global.

Em relação à comercialização com o Brasil, a balança comercial foi superavitária para o lado brasileiro quanto ao comércio com países emergentes e em desenvolvimento, em contraste com o *déficit* apresentado nas comercializações com as economias desenvolvidas. Mesmo com a ascensão das economias emergentes, os países desenvolvidos selecionados ainda são os mais participativos nas relações comerciais brasileiras, agindo como fornecedores de produtos manufaturados de alto valor e compradores de produtos básicos.

Percebeu-se, ainda, que quanto aos produtos negociados com os países emergentes, o Brasil adota um comportamento muito semelhante ao cenário evidenciado com os países desenvolvidos: fornece, em sua maioria, produtos básicos, e adquire produtos de maior valor agregado. Entretanto, é importante frisar a crescente representatividade que os produtos manufaturados desempenham nas vendas do Brasil para estes países. Por sua vez, a situação se reverte quando observada as relações com os países em desenvolvimento. Neste cenário o Brasil é um grande fornecedor de produtos manufaturados, e, importador de bens básicos.

Alguns produtos se destacaram nas relações comerciais brasileiras com os países selecionados. As importações apresentaram, para os três níveis de desenvolvimento, o petróleo como produto destaque, sendo refinado (países desenvolvidos e emergentes) ou em forma bruta (países em desenvolvimento). No caso das exportações brasileiras, os produtos apresentaram variação. Os países desenvolvidos e emergentes importaram principalmente bens básicos, petróleo bruto e minério de ferro, respectivamente, e, os países em desenvolvimento, tiveram automóveis como produto mais importado do Brasil.

A respeito dos atos internacionais de natureza bilateral firmado entre os países do estudo, prevaleceu os acordos voltados à cooperação técnica e também investimentos direcionados ao desenvolvimento sustentável de determinados setores das economias. Desta forma, sugere-se que o Brasil busque por meio de

acordos voltados às relações comerciais de seus produtos de maior valor aumentar sua competitividade no cenário global também neste segmento, na tentativa de conquistar novos mercados e atrair mais capital.

As limitações encontradas durante o desenvolvimento da pesquisa relacionaram-se à indisponibilidade de algumas informações nos bancos de dados de órgãos internacionais. Informações estas, a respeito da comercialização de bens e serviços referente ao ano de 2016 referente alguns países selecionados para a pesquisa. Nestas ocorrências, a análise não conseguiu abranger o período sugerido, e sim disponibilizando valores referentes aos anos entre 2006 e 2015.

Devido às circunstâncias do desenvolvimento desta pesquisa, considera-se que a opção por cinco economias em cada nível de desenvolvimento econômico também se apresenta como uma limitação à análise proposta. Desta forma, sugere-se que estudos futuros, sob diferentes circunstâncias, ampliem o número de países selecionados em cada grupo, e, ao optar por analisar os dados de balança comercial referentes a anos ainda por vir, possam comparar seus resultados com o cenário evidenciado neste estudo quanto aos anos entre 2006 e 2016.

Conclui-se que o tema apresentado é importante para a compreensão dos diferentes cenários existentes perante as relações comerciais brasileiras, e, que aspectos como blocos regionais e desenvolvimento econômico de poucos países podem modificar o cenário econômico de todo o globo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Banco central diz que recessão econômica está mais moderada**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-08/banco-central-diz-que-recessao-economica-esta-mais-moderada>>. Agosto de 2016. Acesso em: 08 out, 2016.

AGÊNCIA BRASIL. **Recessão no Brasil deve continuar em 2017, diz OCDE**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/recessao-no-brasil-deve-continuar-em-2017-diz-ocde>>. Junho de 2016. Acesso em: 08 out, 2016.

ALTOS ESTUDOS BRASIL XXI. **Vinte anos de economia brasileira: 1995/2015**. Disponível em: <<http://www.altosestudosbrasilxxi.org.br/documentos/finish/7/1454>>. Acesso em: 10 mar, 2017.

ARBIX, Glauco (et al). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ASEAN. ASEAN Official Website. **ASEAN member states**. Disponível em: <<http://asean.org/asean/asean-member-states/>>. Acesso em: 11 mar, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro**. Janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22 set, 2016.

BACIC, Nelson Olic. **A desintegração do leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental**. Editora Moderna: São Paulo. 1993.

BARRAL, W. (org.) **O Brasil e o protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 270 p.

BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a economia global**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

CAMPOS, Luís; CANVEZES, Sara. **Introdução à globalização**. Abril, 2007. Disponível

em: <<http://dSPACE.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 27, Set. 2016

CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. Traduzido por: Sonia Midori Yamamoto e Leonardo Piamonte. São Paulo: Pearsona Prentice Hall, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CIGNACCO, Bruno Roque. **Fundamentos de comércio internacional para**

pequenas e médias empresas. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMEXVIS. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de comércio exterior: MERCOSUL.** Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-bloco?bloco=mercosul>>. Acesso em: 11 mar, 2017.

COUTINHO, L. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global.** Rio de Janeiro: SOBEET: Campus, 1996. p. 219-237.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAEMON, Dalton. **Economia internacional: análises e comentários.** Blumenau: Ed. Da FURB, 1995.

DEAKIN, Simon. **Brexit, labour rights and migration: What's really at stake.** 2016. Disponível em: < <http://www.blogs.ibs.cam.ac.uk/cbr/wp-content/uploads/2016/06/brexit-labour-and-migration.pdf>>. Acesso em: 28 fev, 2017.

_____. **Dinamismo dos países emergentes estimula demanda global, segundo IPEA.** 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/dinamismo-dos-paises-emergentes-estimula-demanda-global-segundo-ipea>>. Acesso em: 23 ago, 2016.

EL PAÍS BRASIL. **Economia: PIB do Brasil recua 5,4% e confirma maior recessão em 25 anos.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/01/economia/1464782680_061608.html. Acesso em 08 out, 2016.

EU. European Union Official Website. **The 28 members countries of the EU.** Disponível em: http://europa.eu/european-union/about-eu/countries_en. Acesso em 11 mar, 2017.

FERREIRA, Oliveiros. **Perestroika: de esperança à nova pobreza.** 2004. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/perestroika.pdf>>. Acesso em: 28 fev, 2017.

FINGERMAN, Natalia. **A cooperação sul-sul no governo Dilma.** 2015. Disponível em: <http://neai-unesp.org/a-cooperacao-sul-sul-no-governo-dilma-por-natalia-fingermann/>. Acesso em: 02 out, 2016.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz na Terra, 1998.

GERBER, Konstantin. **A defesa comercial no Brasil segundo a Organização Mundial do Comércio.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, nº 87, abril 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9245>. Acesso em: 08 out, 2016.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMIDE, Alexandre de Ávila, BOSCHI; Renato Raul. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Capacidades estatais em países emergentes: O Brasil em perspectiva comparada**, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27410>. Acesso em: 17 ago. 2016.

GRUPO BBVA. BBVA Research. **BBVAs Eagles**. Disponível em:< <https://ws1.grupobbva.com/KETD/ketd/ing/nav/eagles.jsp>>; Acesso em: 11 mar, 2017.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, 194 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas escolar: blocos econômicos**. Disponível em:< http://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_blocos_economicos_1.pdf>. Acesso em: 11 mar, 2017.

IMF, International Monetary Fund. **World economic outlook** April, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/pdf/text.pdf>> Acesso em 02 set, 2016.

INVESTE SÃO PAULO. **Exportação é saída para tirar Brasil da crise, diz Márcio Franca na abertura do SP Export, da Invest SP, em Franca**. Disponível em:< <http://www.investe.sp.gov.br/noticia/exportacao-e-saida-para-tirar-brasil-da-crise-diz-marcio-franca-na-abertura-do-sp-export-da-investe-sp-em-franca/>>. Acesso em: 04 abr, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Alemanha**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:< <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDAlemanha.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Arábia Saudita**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:< <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDArabiaSaudita.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Argentina**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:< <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDArgentina.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil – China**: balança comercial. Disponível em:< <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDChina.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil – Coreia do Sul**: balança comercial. Disponível em:<
<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDCoreiadoSul.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil – Estados Unidos**: balança comercial. Disponível em:<
<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em: 10 mai,2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil – Japão**: balança comercial. Disponível em:<
<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDJapao.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Chile**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDChile.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Índia**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDIndia.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Indonésia**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDIndonesia.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **México**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDMexico.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nigéria**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDNigeria.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Rússia**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDRussia.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Países Baixos**: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:<
<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDPaísesBaixos.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

INVEST E EXPORT BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Venezuela: intercâmbio comercial com o Brasil e comércio exterior. Disponível em:< <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDVenezuela.pdf>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior:** abrindo as primeiras páginas. 4. Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

KLARE, Michael. **Resource wars:** The new Landscape of Global Conflict. Traduzido por: Carlos José Crêspo Santos. 2002. Disponível em:< <http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=moncoes&page=article&op=view&path%5B%5D=4055>>. Acesso em: 14 set, 2016.

LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2003. 295 p.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. **Política externa brasileira para a América do Sul:** uma análise comparada entre os primeiros mandatos do governo Lula e Dilma. 2016. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6730/1/BEPI_n22_Politica.pdf>. Acesso em: 01 out, 2016.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina.** Estud. av., São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Apr. 1999. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out, 2016. .

MAIA, Jayme. **Economia internacional e comércio exterior.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ministério busca novos mercados para a venda de gado vivo.** Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/06/ministerio-busca-novos-mercados-para-a-venda-de-gado-vivo>>. Acesso em: 18 ago. 2016;

MAZAGÃO, Thiago Veiga. **Lobby e protecionismo no Brasil contemporâneo.** Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n3/a02v62n3.pdf>>. Acesso em: 23 ago, 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.** Disponível em:<

<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Sistema atos internacionais**. Disponível em:< <http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai, 2017.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional**: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Revista de Economia Política: 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n2/v32n2a04.pdf>. Acesso em: 21 abr, 2017.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. As relações Brasil-África: de 1996 a 2005. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

MULVANEY, Dustin. **Green politics**: an A-to-Z guide. 2010. 1st Edition, San Jose, USA: Ed. SAGE. 503 p.

MUNHOZ, Carolina. **Defesa Comercial**: medidas compensatórias e de salvaguarda na rodada Doha. Revista Paradigma: 2004. Disponível em:< <http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/27/34>)>. Acesso em: 19 abr, 2017.

NETO, Walter Antonio; ALBRES, Hevellyn Menezes. **Relações Brasil-Estados Unidos no governo Dilma**: A agenda das visitas presidenciais em 2011 e 2012. 2012. Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4513/1/BEPI_n11_relacoes>. Acesso em: 02 out, 2016.

NORRIS, Floyd. Maybe **developing nations are not emerging but have emerged**. The New York Times, 2006. Disponível em:<<http://www.nytimes.com/2006/12/30/business/30charts.html>>. Acesso em: 02 out, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações internacionais do Brasil**: Temas e Agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Maxwell. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

O'NEILL, Jim. **Building better global economics BRICs**. Global Economics Papers No: 66. 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 12 ago, 2016.

ONUKEI, Janaina. **O Brasil e a construção do Mercosul**. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. 2006;1:299-320.

PACEK, Nenad. **O futuro dos negócios nos mercados emergentes**: estratégias para crescer com vigor nos países do futuro. Traduzido por: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PIGNATA, Francine; CARVALHO, Daltro. **Efeitos da crise econômica no Brasil em 2015**. Disponível em:< <http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao9/1-artigo.pdf>> Acesso em 08 out, 2016.

POPOV, Vladimir. **Quais são as lições das economias em transição para o sucesso do desenvolvimento**: colocando os casos de sucesso no mundo pós-comunista em uma perspectiva mais ampla. 2009. Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6176/1/RTM_v1_n1_Li%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em 12 out, 2016.

PORTAL BRASIL, 2015. **Novos mercados ampliam perspectivas de exportações do agronegócio**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/novos-mercados-ampliam-perspectiva-de-exportacoes-do-agronegocio>> Acesso em 20 ago, 2016.

PORTAL BRASIL, 2016. **Itamaraty confirma suspensão da Venezuela do Mercosul**. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/itamaraty-confirma-suspensao-da-venezuela-do-mercossul>>. Acesso em: 12 mar, 2017.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio Sá. **O “milagre” brasileiro**: Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. Disponível em:< <http://prosaeconomica.com/wp-content/uploads/2015/04/MILAGRE-BRASILEIRO.pdf>>. Acesso em: 01 set, 2016. 26 p.

RAMOS, Leonardo. **Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial?**: Uma análise do BRICS no G20. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 22, n. 50, p. 49-65, Junho, 2014 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 Set. 2016.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **De BRIC a BRICS**: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. Rio de Janeiro , v. 37, n. 1, p. 255-287, Abril. 2015 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100255&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 15 Set. 2016.

RIGOLON, Francisco José Zaagari. GIAMBIAGI, Fábio. **A economia brasileira**: panorama geral. Site do BNDES. Disponível em:< http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/estudos/ecobras.pdf> . Acesso em: 05 out, 2016.

SAMPIERI, Roberto. COLLADO, Carlos. LUCIO, Pilar. **Metodologia de Pesquisa**.

3ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Globalização e exclusão**: a dialética da mundialização do capital. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a08n6.pdf>>. Acesso em: 10 out, 2016.

SILVA, Antônio João Hoyacen da. **Metodologia de pesquisa**: conceitos gerais. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2014.

SILVA, José Ultemar da. **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo: Cengage learning, 2008.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Site do sistema de análise das informações de comércio exterior**. Disponível em:< <http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan, 2017.

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS. **Site da SAIN do Ministério da Fazenda**. Disponível em:< <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/integracao-regional-e-comercio-exterior/defesa-comercial>>. Acesso em: 25 set, 2016.

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL, Palácio do Planalto. **Decreto nº1.751, de 19 de dezembro de 1995**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1751.htm>. Acesso em: 22 abr, 2017.

THE WORLD BANK. **World bank national accounts data, and OECD national accounts data files**. Disponível em:< <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 2 mai, 2017.

_____. **Trade in goods OECD indicators**. 2016. Disponível em:< <https://data.oecd.org/trade/trade-in-goods.htm#indicator-chart>>. Acesso em: 07 set. 2016

ULTEMAR DA SILVA, José. **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

VASCONCELOS, Cláudio Roberto Fóffano; VASCONCELOS, Silvinha Pinto. **Medidas "antidumping" e resultados colusivos**: o caso do PEBDL na economia brasileira. Nova econ., Belo Horizonte , v. 15, n. 3, p. 117-141, Dec. 2005 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Set. 2016.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. **Crescimento econômico em economia emergentes selecionadas**: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a04.pdf>>. Acesso em: 24 ago, 2016.

WCOOMD. World Customs Organization Organisation Mondiale des Douanes. **NAFTA origin model**: origin provisions of the north american free trade agreement. Disponível em:< <http://www.wcoomd.org/en/topics/origin/instrument-and->

[tools/comparative-study-on-preferential-rules-of-origin/specific-agreements/nafta.aspx](#)>. Acesso em: 11 mar, 2017.

WTO, World Trade Organization. **International trade statistics**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf> Acesso em 28 ago, 2016.

WTO, World Trade Organization. **Members and observers of the WTO**. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/org6_map_e.htm. Acesso em: 16 mar, 2017.

WTO. World Trade Organization. Statistics database. Disponível em: <http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>. Acesso em: 2 mai, 2017.

WTO, World Trade Organization. **Why is Brazil's economy closed to trade?** Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/01/why-is-brazils-economy-closed-to-trade/>. Acesso em: 21 abr, 2017.

ZILLI, Julio César; SCARDUELLI NETO, Valdir; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. **A balança comercial do Brasil e do estado de Santa Catarina com o Mercosul – Uma análise histórico-descritiva**. Revista Eletrônica do CRA-PR, 2016. Disponível em:< <http://recc.cra-pr.org.br/index.php/recc/article/view/40/55>>. Acesso em 12 mar, 2017.